

LUÍS CARDIM

Professor da Faculdade de Letras do Pôrto

ESTUDOS
DE LITERATURA
E DE LINGÜÍSTICA

Faculdade de Letras do Pôrto

SECRETARIA



PÔRTO
FACULDADE DE LETRAS
1929

ESTUDOS
DE LITERATURA
E DE LINGÜÍSTICA

0.3.50)2+)

LUÍS CARDIM
Professor da Faculdade de Letras do Pôrto

DO AUTOR

A Tragédia de Júlio César, de Shakespeare, traduzida em verso e prosa, conforme o original, e profusamente anotada. Edição da Renascença Portuguesa.

Aspectos cooperativos da Educação nos Estados Unidos da América. (Separata da revista «A Águia»).

Sobre o ensino do inglês nos liceus (Revista de Educação Geral e Técnica).

Iniciação no estudo do inglês. (Esgotado).

Psicologia fisiológica, de J. Mantovani. (Tradução).

VERSO:

Luz reflectida (com numerosas traduções do inglês).
Auto da Natividade.

EM PREPARAÇÃO:

Shakespeare e o drama inglês.

ESTUDOS
DE LITERATURA
E DE LINGÜÍSTICA



Faculdade de Letras do Pôrto
SECRETARIA

C. D. U. 8.091

UNIVERSIDADE DO Pôrto
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N. 1660R
Data 28.11.63

PÔRTO
FACULDADE DE LETRAS
1929

ESTADO
DE PORTUGAL
REPUBLICA



ESTADO

EMP. INDUST. GRÁFICA
DO PORTO, L.da - Rua dos
Mártires da Liberdade, 178

SYR TORRENT OF PORTYNGALE

SYR TORRENT OF PORTYNGALE ⁽¹⁾

Here beginneth a good tale
Of Torrent of Portyngale

Apesar desta fórmula propiciatória, ninguém hoje considera o romance das aventuras de *Torrent* mais do que medíocre; se não fôra pertencer a uma época recuada, de que se aproveitam e se criticam todos os documentos, correria mesmo sério risco de ser inteiramente esquecido. Quanto ao que nele se contenha de relacionado com o nosso país, eis o que vamos tentar averiguar; mas não será estranhável que bem pouco de positivo se determine, sabendo-se quanto são fantasiosas a geografia e a história dêste

(1) Publicado originalmente na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.ºs 1 e 2.

gênero de composições. Antes de mais nada, porém, digamos algumas palavras sôbre a obra.

*

* *

O *Torrent of Portyngale* encontra-se em um manuscrito único, do séc. XV. É desconhecido o autor; nem esse manuscrito é obra sua, mas de um copista que muito corrompeu e transtornou o romance. Dêste próprio facto, todavia, se tira a conclusão de ter o poeta vivido, sem dúvida, bastante mais cedo, provindo as adulterações por aquele cometidas de não compreender muitas expressões já antiquadas. Por outro lado a dicção artificial, ao mesmo tempo que cheia de trivialidades, e a extensão e o enfadonho dos episódios, parecem indicar ter sido escrito quando já era passado o melhor tempo destas composições.

Que o seu autor deve ter sido um monge, provam-no em seguida as benções com que começa e termina o romance, as longas orações que precedem e seguem cada episódio, a freqüente intervenção directa do Céu, o falar-se na comunhão e em missas e o louvar-se *Torrent* por fundar igrejas e abadias. Faltam ao mesmo tempo as características dos menestreis, tais como o vaticínio dos destinos do herói, e a menção dos próprios talentos poéticos e das recompensas que por êles auferem. Diremos por fim que o poema, abundante em aliterações, se

encontra composto na estância *caudata*—*rime couée*, *tailed rhyme*—tão freqüente nestas composições ⁽¹⁾, e no dialecto central.

Além do manuscrito há mais sete breves fragmentos de uma edição impressa, que, provindo de um texto um tanto mais puro, servem para a correccção daquele. Cremos existirem do *Torrent* apenas duas edições modernas, a de Halliwell, de 1842, (in *The Thornton Romances*), e a de Adam, publicada em 1887 pela Early English Texts Society. É do prefácio desta que aproveitamos o que fica dito.

Quanto ao seu conteúdo, o romance admite a consideração de duas partes: versando a primeira o tema vulgar de aventuras «por sua dama»

37. For love of thys lady Deyr
In dede of armys far and nere
Aventorres gan he take

as quais constam de terríveis combates com dragões e gigantes, libertação de prisioneiros, etc., até ser finalmente concedida ao herói a mão da princesa

(1) O nome de *romance-six*, aplicado às estrofes dêste tipo, mas de seis versos apenas, assim o testemunha; no *Torrent*, porém, as estrofes são de doze versos, o que também indica uma origem central ou setentrional, visto não serem estas usadas nos romances do sul. Sôbre a proveniência desta estância, pode ver-se Saintsbury, *Manual of English Prosody*, pág. 329.

de Portugal; e constituindo a segunda vários sucesos guerreiros na Terra Santa, onde *Torrent* cerca e toma cidades e figura de grande capitão.

Diversos motivos romanescos e uma lenda hagiográfica se encontram encorporados nesta segunda parte. Embora o casamento esteja combinado, o rei de Portugal, que só a custo acedeu, impõe ainda aos noivos que esperem *halfe yere and a day* (1353), condição cruel que os lança nos braços um do outro; em seguida *Torrent* parte de novo para longes terras, por lá se encontrando quando a princesa deu à luz dois gémeos. O rei seu pai abandona-a então, juntamente com os netos, numa barca sem govêrno ⁽¹⁾; levanta-se a aragem da terra

1840. The wynd Rose ayen the nyght
Fro lond it blew that lady bryght
Vppon the see so grene.

e a barquinha vai finalmente dar à Palestina. Aqui

(1) Estas barcas maravilhosas aparecem por tôda a parte nos mitos, lendas e ficção literária; pelo que respeita à Inglaterra ocorrem, entre outros, no romance de *Emare*, que se diz fundado em um lai bretão, no *Richard Coer de Lyon*, em *Sir Triamour* e na lenda de Constança, qual a encontramos em Gower e no *Man of Law's Tale*, de Chaucer, que a tiraram da crónica anglo-francesa de Trivet. Quanto ao tema da «mulher perseguida», apresenta-se, como se sabe, sob variadas formas: Crescência, Sibila, Oliva, Griselda, etc.

intervem a lenda de S.^{to} Eustáquio ⁽¹⁾: um dos filhos da princesa é arrebatado por um grifo, o outro por um leopardo, mas são ambos salvos maravilhosamente e criados nas côrtes dos reis de Jerusalém e da Grécia. Ao cabo de quinze anos *Torrent* é feito prisioneiro em batalha, e mais tarde libertado, por um dos filhos, sem se conhecerem, e do mesmo modo os vence ainda a ambos em torneio, quando se dá então o reconhecimento geral, em que intervem certos aneis — temas estes, como é sabido, por igual forma correntes neste género de literatura.

Devemos ainda acrescentar que segundo Holland ⁽²⁾, citado por Adam, os romances de aventuras que versam a lenda de S.^{to} Eustáquio, ou Estácio, são os seguintes:

(1) V. a nota complementar sôbre a lenda, no fim dêste artigo.

(2) *Chrestien von Troies*, Tübingen, 1854. Não sabemos se terá aparecido recentemente alguma lista mais completa.

Knust, no seu esplêndido trabalho *Dos obras didácticas y dos leyendas*, embora se reporte igualmente àquele, acrescenta-lhe a obra espanhola *La Historia del Cavallero Cifar*, traduzida, segundo o seu prólogo, «de Caldeo en Latin et de Latin en Romance», e que na sua primeira parte é também uma versão da lenda; e o poema de Ulrich von Eschenbach, *Wilhelm von Wenden* (Ob. cit. pág. 88 e 96). Também dá noticia de mais um fragmento e duma versão completa da lenda de Guilherme de Inglaterra, diferentes do poema de Chrestien. No *Cifar* a mulher do cavaleiro mata a tripulação do navio e este é, em seguida, governado pelo menino Jesus.

1.º—O poema attribuído a um Chrestien — que julgamos ainda se discute se é Chrestien de Troies — *Del roi Guilhaune d'Angleterre* (1).

2.º—Os dois poemas em médio alto alemão, *Die gute Frau* e *Der Graf von Savoyen*.

3.º—Os romances ingleses de *Isumbras*, *Octavian* (2), *Syr Eglamour of Artois* e *Syr Torrent of Portyngale*.

Dêstes últimos, o que mais se aproxima do *Torrent* é o de *Syr Eglamour*. Halliwell (3), que foi o primeiro a notar esta semelhança, considerava o *Torrent* como fundado em parte em *Sir Eglamour*; mas Adam, cotejando os romances, e acentuando que o primeiro concorda mais com a lenda hagiológica do que o segundo — a princesa, por exemplo, tem no *Torrent* dois filhos, em *Sir Eglamour*

(1) Existem em castelhano duas versões: uma *Estória* e uma *Chronica del rey dō Guillermo rey de Ynglaterra*, sendo a primeira a tradução daquele poema francês e a segunda, provavelmente, a duma obra escrita em latim (Knust, ob. cit. pág. 159).

(2) Em espanhol o *Cuento muy fermoso del enperador Otas de Rroma e de la infanta Florencia, su fija*, etc. (Menéndez y Pelayo, *Origenes de la Novela*, vol. I, pág. CLVIII).

(3) *The Thoruton Romances*. O romance de *Syr Eglamour*, igualmente considerado mediocre, tem contudo de notável o apresentar o nome de *Christabel*, celebrizado por Coleridge, que no entanto não devia conhecer aquele poema.

mour apenas um; *Torrent* tem de combater e sofrer em terras pagãs, como Eustáquio, e aquele aparece como um simples cavaleiro errante — refuta essa opinião e conclui pela conjectura, realmente plausível, de que ambos os romances provêm de uma versão única anterior, hoje perdida. Mas, sem excluir a hipótese de uma primitiva fonte francesa, segundo é regra geral para os romances de cavalaria ingleses, e apontando mesmo indícios nesse sentido, infere de um certo número de coincidências verbais entre os dois poemas que êsse original mais próximo era já em inglês; e para explicar as suas divergências, bastante consideráveis, supõe que os autores dessas versões mais tardias, redigindo de memória, alteraram, omitiram e acrescentaram o que lhes pareceu, substituindo à sua guisa o que lhes tinha esquecido.

*
* *
*

Vamos agora ao nosso *Portyngale*.

Todo o romance é da maior segura no que diz respeito a determinações. Da comparação das obras desta categoria com os seus originaes franceses, quando se conservaram, verifica-se que foram muitas vezes encurtados e resumidos na tradução; trata-se além disso, aqui, dum romance tardio; ambos êstes factos contribuirão pois para explicar aquella circunstância.

Assim a única qualificação que nele se encontra do nosso país está no verso

13. In Portynggall, that Ryche lond

quási exclusivamente acompanhada (1), quanto à corografia, pela indicação de se passarem vários episódios

412. At Perrown on the see syd.

Que esta cidade é em Portugal, dizem-no explicitamente as linhas

1772. In Portyngale.....

In a riche town
That hath hight be her day,
And euer shall, as I you say,
The town of Peron.

Trata-se, pois, também duma «rica» cidade; o autor era bem parco em epítetos; *riche* e *bryght* quási esgotam o seu arsenal.

Por outro lado, que a geografia do poeta não era inteiramente arbitraria mostram-no-lo os «reinos» que mais relaciona com o nosso país: a Galiza, o Aragão e a Provença. Ocorrem-nos imediatamente as relações políticas, dinásticas e literárias que a êles

(1) V. ainda, no entanto, as duas citações que fazemos na nota (1) da pág. 19.

nos ligaram, e não deixam também de nos lembrar as peregrinações a Santiago de Compostela (1).

Uma fortuíta associação de ideias abriu-nos, porém, um caminho que nos levou para bem longe. Dada a existência do romance paralelo *Sir Eglamour of Artois*, êsse «Artois» fez-nos pensar se *Perrown*, *Perowne* ou *Peron* não seria, afinal, a vizinha cidade de *Péronne* — abstraindo da circunstância de figurar no romance como à beira-mar; e daí fomos levados a perguntar-nos se *Torrent of Portyngale* não seria acaso *Ferrand de Portugal*.

Como se sabe o infante D. Fernando, filho de D. Sancho I, casou em 1221 com Joana, filha de Balduino, conde da Flandres e primeiro imperador latino de Constantinopla, que morrera deixando-a de tenra idade. Ora o nome de Ferrand, forma abreviada de Ferdinand — cp. *Ferrão* — tem igualmente a forma *Ferrant* (2); e, quanto ao nosso príncipe,

(1) Cf., por ex., a primorosa edição crítica do Cancioneiro da Ajuda, onde a erudita romanista D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos registou desenvolvidas investigações histórico-literárias acerca das relações de Portugal com os países estrangeiros nos primeiros tempos da nossa nacionalidade.

(2) No *Dictionnaire des Noms*, de Larchey, encontramos *Fèrand* e *Fèrant* como abreviaturas de Ferdinand muito usadas na Idade Média, e mais adiante, ainda como abreviatura do mesmo nome, as formas *Ferran*, *Ferrand* e *Ferrant*, com a indicação de significarem cavalo tordilho na lingua d'oc. Com os mesmos valores ocorrem, excepto *Ferran*, nas canções de gesta (cf. Langlois, *Table des*

anda em geral ligado ao do seu país, o qual por seu turno admite, entre outras, a grafia *Portingal* ⁽¹⁾,

noms propres contenus dans les chansons de geste). Jogando com a palavra se zombou de *Ferrand*, quando, depois de Bouvines, êle foi passeado ignominiosamente por Paris, carregado de ferros, a caminho da prisão: *Si croit le peuple quand Ferrant passoit, par maniere de gober et mocquer, que deus ferrans portoient Ferrant, mais Ferrant estoit enferrez.* (*Chron. manuscrit*, cit. na *Art de verif. les Dates*, ed. de 1818, tomo XIII, pág. 320).

(1) Sobre as diferentes formas da palavra Portugal em textos estrangeiros medievais v. D. Carolina Michaëlis, ob. citada, vol. II, pág. 695. Em inglês era também nome de naturalidade, como se vê, por exemplo, em indicações de scena da *Spanish Tragedy: Enter two Portingals* (acto III, sc. 9); *Enter... Portingal Ambassador* (acto II, sc. 3), ao lado da forma *Portuguese*

And now to meet these Portuguese

(acto III, sc. 14). No *Torrent* veem-se as grafias *Portynggall*, *Portynggale*, *Portingale*, *Portyngale*; a primeira forma aparece exclusivamente até à linha 877, e depois na 1255; a segunda apenas na linha 883; e a partir da linha 1069 ocorrem indistintamente as duas últimas, com a excepção acima apontada. Dá a ideia de que, em certa altura, o copista viu em qualquer parte uma grafia diferente da do seu original, que passou a empregar.

É escusado dizer que a letra *a* da sílaba final se não lia [ei], valor que, como se sabe, o *a* longo só veio a adquirir nos fins do séc. XVIII — mas [a:] ou [e:] — Wyld, *A History of Modern Colloquial English*, págs. 71 e 194 e segs. Cf. também o nosso estudo, *Some Notes on the Portuguese-English and English-Portuguese Grammars to 1830*, adiante publicado.

conforme se lê ainda no livro de 1509, *Les nobles prouesses et vaillances de Baudoyrn conte de Flandres et de Ferrant filz au Roy de Portingal qui après fust conte de Flandres* ⁽¹⁾.

Poderia pois *Torrent of Portingale* ser uma deturpação de *Ferrant de Portingal*, tanto mais que o nome do herói, aparecendo no romance sob várias formas, duma vez está escrito *Terrant*, doutra *Terrent* e de onze vezes *Torrant*, como que encontrando-se registada por estes vestígios a própria transição de *Ferrant* para *Torrent*.

Procurando materiais para firmar a nossa hipótese, deparamos no livro de Francisque Michel, *Les Portugais en France et les Français en Portugal*, com a afirmação, justamente, de que *Torrent* é *Ferrant*; porém, dedicando o autor apenas algumas linhas ao assunto, e embora deva ter percorrido o romance — de que cita a edição de Halliwell — ou a sua sùmula, o facto é que das suas escassas palavras «*Nous citerons encore un roman qui ne se rapporte au Portugal que par le nom de son héros...*» ⁽²⁾, o qual diz ser o nosso Fernando, não se pode deprender como chegou a tal conclusão.

(1) Não lemos esta obra, citada por Luciano Cordeiro (*A Condessa Mahaut*, pág. 11) nem a sua variante, de que igualmente nos fala, e que se encontra na *Symnicta Lusitânica* da Biblioteca da Ajuda.

(2) Ob. cit., *Appendice III, Principaux romans de chevalerie écrits en portugais*, pág. 262.

Seja como fôr, a ideia de Michel parece ter ficado adormecida no seu livro, não possuindo nós indicação alguma de que o assunto fôsse tratado ulteriormente; nem Adam na sua edição do *Torrent* a tal se refere, nem, por exemplo, Schofield, na *History of English Literature from the Norman Conquest to Chaucer*, onde apenas o menciona, junta a essa referência a simples linha que seria bastante para registrar a aproximação. E tampouco o fazem o Prof. Ker na *Cambridge History of English Literature* (vol. I, cap. XIII), ou Lewis Spence, no seu *Dictionary of Romance and Romance Writers*.

Dada a inferioridade do romance não é o facto, todavia, para estranhar, pois que o nosso ponto de vista só razoavelmente a um português pode atrair, ou a quem às nossas coisas se dedique.

*
* *
*

Já seria para nós decerto bem interessante que Fernando, pela fama que deixou do seu valor militar, tão somente emprestasse o seu nome para uma narrativa heróica; cumpre-nos porém averiguar de tudo o que nela possa verdadeiramente existir acêrca do nosso infante, ou relacionado com o nosso país. Ora o próprio Michel, não tivesse êle lançado a sua hipótese apenas de passagem, e superficialmente, com facilidade se teria lembrado de que na mesma Flandres, pouco antes de aquele, encon-

tramos, realmente casado com uma princesa de Portugal, e tendo combatido na Terra Santa, o conde Filipe de Alsácia, marido de Matilde, filha de D. Afonso Henriques (1).

Sem podermos afirmá-lo definitivamente, afigura-se-nos que o romance representa uma poetização dos amores de Filipe, quais a história ou a lenda — para o nosso ponto de vista a lenda tem mesmo, como se compreende, maior importância — no-los apresentam.

Em volta dêsse casamento, que se realizou em Bruges, no ano de 1184, com extraordinária pompa, bordou-se na Flandres uma lenda romanesca, segundo a qual Filipe de Alsácia, tendo visto Matilde em Portugal a quando da sua peregrinação a Compostela, ou de passagem em Lisboa na volta da Palestina, enviaria, rendido pela sua extraordinária beleza, sucessivas embaixadas a D. Afonso I para lhe conceder a mão da filha, ao que êste só a custo assentira e por intervenção de Henrique II de

(1) Em Portugal teve o nome de Teresa, que trocou em França por Matilde ou Mafalda; Raul de Diceto dá-lhe ainda o de Beatriz, e diz que não era formosa. Foi ela que mais tarde, vinte anos depois da morte de Filipe e em seguida a acidentadas disputas com os seus sucessores, tratou do casamento de Ferrand com Joana de Constantinopla, confiada à sua tutela. Da sua história se ocupa Luciano Cordeiro no livro citado. V. também a nota complementar a seu respeito, no fim dêste artigo.

Inglaterra (1). Não teremos aqui um paralelo às repetidas provas a que o rei de Portugal, no romance, submete *Torrent*, só vindo a ceder por interferência do «imperador de Roma»?

Á barquinha maravilhosa em que, no romance, a princesa de Portugal é levada à Palestina, onde

(1) Herc., *Hist. de Port.*, tom. III, pág. 117 ss. (ed. de 1916); D. Carolina Michaëlis, ob. cit., vol. II, pág. 701 ss.; Sueyro, *Chronica de Flandres*, liv. VII; Luc. Cordeiro, ob. cit..

A peregrinação a Santiago realizou-se em 1172, a expedição à Terra Santa em 1177-78—isto é, respectivamente doze e seis anos antes do casamento. A primeira mulher de Filipe, Isabel, condessa de Amiens e Vermandois, morreu em 1182: e o trágico episódio, revelador da época, em que ela figurou, deu-se em 1174. Mas Dozy (*Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le moyen âge*, vol. II, pág. CIX ss.) prova que a crónica flamenga que regista a passagem por Lisboa—confrontando-a com a *Chron. Lusit.*, Raul de Diceto, Roberto do Monte Saint Michel e ainda com outra crónica de Flandres—«*n'est qu'un tissu d'erreurs*». Parece mesmo que Filipe de Alsácia voltou do Oriente por terra.

Em qualquer caso, porém, vê-se que a lenda existiu, o que para nós é o importante.

Filipe de Alsácia é filho de Thierry ou Teodórico de Alsácia, conde de Flandres, que provavelmente comandava a frota que em 1158 ajudou D. Afonso I contra Alcácer. Eram aparentados com a dinastia portuguesa; uma irmã de Filipe esteve casada com Humberto II de Saboia, irmão da mulher de D. Afonso Henriques. (D. Carolina Michaëlis, loc. cit.).

mais tarde se reúne ao herói, não poderá corresponder a romanesca armada que conduziu D. Matilde, atacada por piratas normandos, em cujo enalço teria ido uma frota enviada ou comandada pelo próprio Filipe? (1)

E no casamento ajustado entre a filha do rei de Portugal e o filho mais novo do rei de Aragão, e que se está celebrando quando *Torrent* volta da Calábria, acabando o herói por alcançar que se pronuncie o divórcio—não haverá confusão com a outra Mafalda, também filha do nosso primeiro rei, que aos oito anos contrataram em casamento com aquele que

(1) Mesmo nas versões segundo as quais Filipe da Alsácia vem a Portugal na armada flamenga que leva Matilde, faz a viagem para a França separado dela: ou partindo adiante com uma parte dos navios, para lhe preparar a recepção, ou indo por terra. Dois autores italianos do séc. XVI dão o casamento como realizado no Pôrto, mas não são dignos de fé; a seu respeito v. ainda a nota complementar sobre Mafalda e Teresa, no fim deste artigo. Parece, no entanto, que do Pôrto saiu realmente a frota conduzindo a infanta. (D. Carolina Michaëlis, ob. cit., pág. 702, nota 2).

Há no poema duas referências curiosas, sendo a primeira a um pôrto

2134. In the havyn of Portyngale

e o segundo a um castelo

2620. In the Castell of Portyngale

mas será difícil decidir se acaso se reportam ao velho *Portucale* ou *Portugale*.

veio a ser Afonso II de Aragão, igualmente ainda criança? E note-se mais que êsse casamento, tal como no romance, nunca chegou a realizar-se, supondo-se geralmente que a infanta morreu anos depois ⁽¹⁾.

Quanto às façanhas do Oriente, a História, é certo, está longe de exaltar as de Filipe de Alsácia ⁽²⁾, mas o notável prestígio do conde de Flan-

(1) V. a nota complementar sôbre a possível identidade de Mafalda e Teresa-Mafalda, no fim dêste artigo.

(2) Chegado Filipe de Alsácia à Terra Santa, recebeu do rei de Jerusalém Balduino IV, cujas enfermidades aumentavam dia a dia, a proposta de lhe confiar a administração do reino. Recusou a regência, bem como o comando do exército que estava pronto a marchar para o Egipto, e só consentiu em passar ao principado de Antioquia, onde, com o príncipe Boemundo e o conde Tripoli, sitiou Harenc. Mas os príncipes e outros chefes do exército passavam o tempo a divertir-se, de modo que ao fim de seis meses o cerco foi levantado vergonhosamente e Filipe de Alsácia voltou para a Flandres, *in nulla re relinquens post se in benedictione memoriam*, segundo Guilherme de Tyro. (*Art. de verif. les Dates*, T. XIII, pág. 311-12). Luciano Cordeiro diz no entanto (ob. cit., pág. 17) que «a História consigna e a lenda exalça as façanhas e aventuras de Filipe no Oriente», etc. Não sabemos quais fôssem as suas fontes.

Em compensação encontramos na lenda das suas façanhas na Terra Santa um combate singular com um agigantado príncipe turco — *excedia el Barbaro la comun estatura* — da qual vitória, segundo alguns, lhe teriam vindo as armas que passou a usar depois da sua volta da Terra Santa. A maioria, porém, atribui-lhes outra origem. (Sueyro, ob. cit., pág. 105).

dres, cognominado o Grande, emprestava brilhantes côres para uma lenda. Filipe cerca Harenc ou Aretha, *Torrent* sitia e toma *Quarelle* e *Raynes* ⁽¹⁾, a respeito de ambos se fala em Antioquia; e não devemos esquecer que o poeta teve de ocupar o seu herói durante o tempo necessário para crescerem os

(1) *Raynes* é talvez a antiga Ramah (Arimatea), que se diz corresponder à actual Ramleh e figura em poemas do ciclo das cruzadas com as fôrmas de *Rames* e *Raines*; *Quarell*, que é dada como junto de *Raynes*, aproximamo-la de uma *Carel* que aparece no episódio dos *Chétifs*, ligado ao poema de *Godefroid de Bouillon*, como sendo uma cidade conquistada pelos cruzados (Langlois, ob. cit.). Cidade perto de Ramah é, porém, a antiga Lydda, hoje Ludd; ambas se encontram no caminho de Joppé ou Jaffa para Jerusalém, e ambas foram tomadas, primeiro Lydda e depois Ramah, pelos cruzados que conquistaram a cidade santa, mas não com os longos cercos de que fala o romance. Langlois não faz a identificação de *Carel*.

Por outro lado Harenc, como se sabe, é perto de Antioquia, e do seu cerco e papel de Filipe no mesmo já vimos o que nos diz a História.

Pela sua descrição, aliás muito breve, os cercos do romance lembram os dois grandes cercos da Terra Santa. No primeiro *Torrent* ordena, depois de tomada a cidade ao cabo de dois anos, que sejam passados à espada os seus habitantes — tal como fez Ricardo Coração de Leão em Ptolomaida (ante cujos muros, mais tarde, Filipe morreu da peste); e no segundo os sitiados sofrem uma grande fome, como no de Damieta, em 1218. Mas crueldade para com os vencidos e carência absoluta de viveres são circunstâncias fáceis de ligar a cercos, mesmo quando puramente fantasiados.

filhos, demorando-o primeiro, é certo, bastante tempo na Noruega, mas depois, também, por largos anos na Palestina.

Em qualquer caso a lenda em volta do casamento existiu, e isso nos interessa. A própria magnificência dos presentes enviados por D. Afonso Henriques — segundo Sueyro, por se lembrar do auxílio que lhe tinham dado os flamengos ⁽¹⁾ na tomada de Lisboa — o faz realçar nos cronistas coetâneos.

Sabe-se, por outro lado, como o norte e o nordeste da França foram nesta época um foco de composição de romances; e acêrca da Flandres fala-nos especialmente Teófilo Braga nos seguintes termos: «Tôda esta actividade de elaboração poética, que se expande no meado do século XII, está ligada à vida das côrtes e à extraordinária época da segunda cruzada; os poetas foram suggestionados por narrativas em prosa que metrificaram entremeando-as com as fábulas orientais trazidas para a Europa, e pelo estabelecimento da nova Côrte de Bisâncio. Dá-se êste sincretismo... e em Flandres, na côrte de Filipe de Alsácia, o apaixonado da *Puella de Portugal*, D. Tereza Mafalda, filha do rei D. Afonso Henriques ⁽²⁾». Sabe-se ainda quão correntemente encontramos citado

(1) Da armada de cruzados faziam efectivamente parte flamengos, sôb o comando de Cristiano de Gistell, e não de Teodórico de Alsácia, como foi também de errada tradição (Herc., *Hist. de Port.*, vol. III, pág. 67).

(2) *Tristão o Enamorado*, pág. 29-30.

o nome de Filipe de Alsácia como patrono de troveiros, ligado até ao do próprio Chrestien de Troies. Nada mais natural, portanto, do que a composição de um romance, ou a remodelação de algum anterior, aludindo ao enlace tão faustosamente celebrado, e amplificando ao mesmo tempo as façanhas de Filipe na Terra Santa ⁽¹⁾.

Na vida de Fernando, pelo contrário, é que, parece-nos, só forçadamente se poderão encontrar episódios comparáveis aos do romance — principiando por não ser filho de um *erell* (*earl*), mas do próprio rei. Mesmo o seu cativoiro, na Torre do Louvre e prolongando-se por doze anos, está longe do cativoiro de *Torrent*, que é em Jerusalém e dura pouco mais de um ano. *Ferrant* teria pois entrado no romance mais tardiamente, por influência de nele aparecer o nome de Portugal — a não ser que, para figurarmos tôdas as possibilidades, fôsse, ao invéz, a atribuição das aventuras a Fernando que para êle tivesse levado o nosso país, e do mesmo passo confundido a sua vida com a de Filipe da Alsácia. A sua entrada com João Sem Terra na coalisão contra Filipe Augusto forneceria,

(1) Também o autor do *Wilhelm von Wenden*, um dos poemas paralelos ao *Torrent*, o adaptou provêlmente, segundo Knust, «á los sucessos tan vários de la juventud de Wendel II de Bohemia, tal vez en recuerdo de que êste rey no solamente favoreció à los poetas», etc. (ob. cit., pág. 97).

para não deixarmos igualmente de o considerar, uma via possível para o nome se ter deparado ao autor intermédio, se foi já na Inglaterra que *Torrent-Ferrant* (?) se substituiu ao herói primitivo; e em qualquer caso não deixa o facto, como acentuamos, de ser bem interessante para nós portugueses (1).

E *Perroun* à beira-mar? Confessamos agora que já nos tinha sido dado resolver a dificuldade. *Peron-Péronne* foi uma ponte que nos levou ao Artois e à Flandres, mas a que podemos agora substituir outra noção mais concordante com a nossa hipótese. Na excelente *Table des noms propres contenus dans les chansons de geste*, que se deve ao Prof. Langlois, pode-se ver, com efeito, o nome de *Perron* designando El Padron, a cêrca de trinta quilómetros de Santiago de Compostela, lugar aonde, conforme a lenda, veio dar o navio que conduziu da Terra Santa o corpo do apóstolo (2), e pôrto de relativa

(1) V. ainda a terceira nota complementar do fim deste artigo.

(2) Segundo a lenda, degolado o apóstolo por ordem do rei Herodes Agrippa, para ser agradável aos judeus, e lançados os seus restos às feras, foram estes contudo recolhidos por alguns discípulos e levados a furto para Jafa, onde os esperava um navio maravilhoso que, *manu Domini gubernante* (*Hist. Compost.*), em sete dias chegou a Iria Flavia, na Galiza — pois que S. Tiago teria evangelizado em Hespanha. Ai, onde era o porto interior, e no sítio em que desembarcaram o corpo, encontra-se erguida a igreja de Santiago del Padron — assim chamada, também segundo a lenda, por causa duma pedra ou «padrão» com uma ins-

importância na Idade-Média — um daqueles em que desembarcavam os peregrinos que vinham por mar ao célebre santuário, a Mecca do Ocidente. Portanto o poeta, querendo colocar em Portugal a acção principal do romance, e sabendo apenas acêrca da nossa terra que ela era perto da Galiza, atribui-lhe o *Perroun on the see syd* de que tinha conhecimento.

*
* * *

Resta-nos verificar se o romance, na sua generalidade, se conforma com a hipótese que apresentamos. Vejamos em primeiro lugar os «reinos» nele mencionados.

1.º — *Gales*. É sem dúvida aqui a Galiza, bem conhecida na Europa de então por virtude das

crição meio apagada, encontrada no lugar, e a que teria estado amarrada a barca onde vinha o santo corpo. Donde igualmente o nome que a vila já tinha ao tempo das peregrinações medievais a Compostela.

Quanto a ser pôrto de desembarque de peregrinos, diz-nos D. António López Ferreiro, na sua vasta *História de la Santa A. M. Igreja de Santiago de Compostela* (vol. V. pág. 93): «Los que habían preferido hacer el viaje por mar, como sucedia en la Alemania del Norte, en Dinamarca, en los Países Bajos, en Flandes y en Inglaterra, veniam a desembarcar principalmente en la Coruña, en Noya y en Padron, si no lo habían hecho antes en Sonlac, à la desembocadura del Garona, en Francia».

peregrinações a Compostela. Quando *Torrent* liberta a um tempo a princesa de *Gales* e o príncipe de *Provyns*, são enviados de Portugal mensageiros anunciando a boa nova ao rei da Provença, que para Portugal embarca ao recebê-la—ao passo que nada de semelhante se diz quanto à princesa libertada.

Não há no romance nenhuma outra determinação acêrca do reino de *Gales*. Nas *chansons de geste* a forma mais semelhante que aparece é *Galis* ⁽¹⁾. É curioso notar que a grafia primitiva do manuscrito, das três vezes que a palavra ocorre, na segunda era *Calles* e na terceira *cales*, em ambos os casos emendada a tinta mais pálida para *Gales* (notas de Adam).

2.º—*Aragon* (*Eragon*) e *Pervens* (*Pervyns*, *Provyns*). De regresso de uma das suas façanhas, *Torrent* sabe que a princesa de Portugal vai casar

1103. With an uncouth Ray ⁽²⁾

o qual é o príncipe de Aragão. Já dissemos o que

(1) As formas colhidas por Langlois são: *Galice*, *Galyce*, *Galis*, *Galise*, *Galisce*, *Galisse*.

(2) É decerto curioso figurar ainda na versão inglesa o vocábulo *ray*, de origem meridional. Pelo que diz respeito ao costume peninsular primitivo de usarem os infantes o título de rei, lê-se ainda na *Hist. Geneal. (Provas*, T. I. pág. 75), em relação a D. Teresa: «Alguns historiadores flamengos, que não sabiam o motivo de se entitular rainha esta sua condessa, o atribuíram a vaidade ambiciosa de elevação desta princesa».

respeita a êste contratado e desfeito casamento da princesa; nenhuma outra determinação há também no romance relativamente a êste reino. É total a omissão de outros reinos peninsulares; *Torrent*, para ir de Portugal à Provença, segue *by a Redy wey* (867), sem se falar em lugares intermediários.

Quanto à Provença, vemos registada no romance a fama das suas festas e dos seus trovadores:

942. Menstrelles was them a-monge
Trompettes, harpys, and myrre songe

É também sobremodo curioso encontrarmos Portugal, a Galiza, o Aragão e a Provença ligados, no poema, com o foco do lirismo trovadoresco da França do norte na segunda metade do séc. XII e no séc. XIII, constituído pela Champagne, a Picardia, a *Flandres* e o *Artois* ⁽¹⁾.

O «reino» da Provença, de que aliás ainda vemos coroar-se rei o imperador Frederico Barbaruiva em 1178, ao passo que confirmava os direitos de Afonso II de Aragão ao condado, ocupa no romance, ao lado de Portugal, o maior papel, uma vez estabelecidas as relações amicais com *Torrent* pela libertação por êste do seu príncipe ⁽²⁾.

(1) Gaston Paris, *La littérature française au moyen âge*, pág. 182-3.

(2) Encontramos na História o filho de um conde da Provença, simultaneamente rei da Sicilia, feito prisioneiro: o filho de Carlos I, caído às mãos do célebre almirante

3.º — *Calabur e Hungry*. A êste respeito as determinações do poema são as seguintes: o herói, que já vimos chegar de Portugal à Provença como que de um salto, dirige-se à Calábria por um caminho à beira-mar

948. And toke a Redy weyye
Be a see syd as yt laye

e chegando lá, a cavalo

953. With in to days ore III

encontra tôda a população a fugir dum gigante, sendo-lhe todavia dito que êste se encontra... na Hungria (1). Parece pois que o poeta apenas «de

aragonês Roger de Laria numa batalha naval ao largo de Nápoles. Em favor de Carlos I, seu tio, e de Carlos II (que esteve prêso durante cinco anos e foi solto por composição com o rei de Aragão) vemos curiosamente combatendo na Calábria — que também figura no *Torrent* — uma personagem do Artois, o conde Roberto II.

Dentro da época que, *grosso modo*, podemos atribuir à versão primitiva do romance, também um conde da Provença, Afonso II, é feito prisioneiro à traição, em 1205, pelo conde de Forcalquier, e encerrado em um castelo, de onde o foi libertar seu irmão D. Pedro II de Aragão. (Çurita, *Anales de Aragon*, liv. II, cap. 51; Hénault, *Abrégé de l'histoire d'Espagne et de Portugal*, pág. 298).

(1) Não podendo extractar largamente do romance, devemos dizer que não há menor indicação de que tenham

nome» conhecia estas duas regiões, ou pelo menos a última, que nem é dada como reino, senão como cidade

969. We wot will wher he doth ly:
Be-fore the cyte of Hungry

qual a vimos já no romanceiro castelhano e cremos também ocorre no português. Mas tanto a Hungria como a Calábria são adereços usuais da ficção medieval, não faltando também nos romances ingleses, como, por exemplo, no *Squire of Low Degree* e no *Ypomydon*.

Com respeito a ser dado como à beira-mar o caminho que *Torrent* tomou da Provença para a Calábria, diz-nos Bédier — cuja autoridade no assunto

influido na efabulação dêste episódio as guerras de Luís I da Hungria no reino de Nápoles, no meado do séc. XIV; o mesmo se tem de dizer quanto às diversas relações dinásticas entre a Hungria e os soberanos angevinos de Nápoles, bem como entre aquela, o Aragão e a Sicília — qual o casamento de Constança, viúva de Emérico ou Henrique da Hungria, com Frederico, rei da Sicília, depois imperador, celebrado em 1209 em Palermo, aonde a acompanhou desde Barcelona seu irmão Afonso II da Provença «com grandes companhias de ricos hombres y Cavalleros Aragoneses, Catalanes e del condado de Proensa», diz Çurita. Na época de Filipe de Alsácia encontramos o rei da Hungria Bela III desposando em 1185 Margarida, irmã de Filipe Augusto, o que poderia talvez ter sugerido a Hungria.

é bem notória — que, entre os vários caminhos de peregrinação a Roma, havia um, *utilizado por quem vinha das regiões meridionais*, que seguia *la rive de mer*, por Menton e Vintimiglia ⁽¹⁾. Isto é, da Provença partia-se para a Itália, bem como para a Hungria, por êsse caminho costeiro — o que poderá ter significação para o romance.

4.º — *Norway*. Será decerto difícil de determinar se alguma coisa chamou em especial a atenção do autor do *Torrent* para êste país, onde o herói tem igualmente aventuras com dragões e um gigante. Uma irmã de Fernando, Berengária casou em 1214, como se sabe, com o rei de um país setentrional, mas não da Noruega: com Valdemar II da Dinamarca; e mais tarde uma sobrinha, Leonor, com o filho dêle, outro Valdemar, em 1229. A duração da viagem por mar desde Portugal é fixada *within the ffyfty dayes* (1411).

5.º — *Jerusalem, Nazareth, Grece*. Se houvessemos que procurar equivalência para o segundo, seria talvez o principado de Galiléa; quanto ao terceiro, poderia representar um conhecimento vago e confuso dos estados feudais latinos estabelecidos na Grécia, ou talvez o império grego do Oriente. Ou será tudo fantasia pura. É completa a ausência de referências a Constantinopla, e Jerusalem é dada como ainda em poder dos cristãos. A guerra entre

(1) *Les légendes épiques*, vol. II, pág. 149.

Torrent, que está em Antioquia, e o rei de Jerusalem, é um eco das lutas entre os senhores cristãos da Palestina; e tôdas estas circunstâncias delimitam dum modo geral uma época que decerto condiz com a nossa hipótese.

Vê-se portanto desta breve análise que, quanto aos «reinos» meridionais mencionados no romance, para êle parece terem sido chamados pela colocação no nosso país do seu teatro principal, sob a noção de serem regiões de certo modo tôdas *para o mesmo lado*, talvez porque para tôdas *se partia pelo mesmo caminho*: porventura o que, vindo do norte, passava por Clermont-Ferrand, Brioude, Alais, Nîmes, Arles, S.^t Gilles de Provence e Montpellier, depois seguia a Tolosa, atravessava os Pirineus na portela de Aspre e, descendo junto ao rio Aragão, ia constituir na península o «caminho francês» para Santiago ⁽¹⁾. Devemos no entanto acrescentar que, dum certo número de impressões, aliás bastante vagas — nem o romance nos oferece outras — mas somando-se tôdas, parece esboçar-se, ao menos como arrimo da efabulação, qualquer coisa de relativo à Provença quando nela começou a exercer-se o domínio aragonês, isto é, ao tempo de Filipe e de Fernando; já acima, no texto e em notas, o deixamos apontado. Mas tudo se harmoniza, afinal, com

(1) Bédier, ob. cit., vol. I, pág. 368 e 374; vol. III, pág. 93; D. António Ferreiro, ob. cit., vol. V, pág. 91.

a nossa hipótese, que também não é contrariada pelo que diz respeito ao Oriente.

Para fechar apontaremos algumas outras possíveis aproximações quanto a nomes próprios:

Brasill: floresta na costa da Noruega — a desparecida ilha de Braçir, Braxil, Brazille ou Brasile, cuja existência os geógrafos da Idade Média supunham no Atlântico, figurando em várias cartas, por ex. no portulano Mediceu; variadamente colocada: ao largo da Inglaterra, na latitude do Land's End, nos Açores, e também na baía de Galway, na costa ocidental da Irlanda. Dizia-se que no seu interior se encontrava *um bosque misterioso*.

Calamond (Calomond, Calomand, Colomond): nome do rei de Portugal — *Calom* é um rei sarraceno do romance de *Ogier*.

Mas o nome que o rei de Portugal tem no romance faz-nos sobretudo lembrar o de *Calais*, filho de Bóreas, rei da Trácia, um dos Argonautas e um dos lendários fundadores do Pôrto — segundo no-lo refere, em repetidas passagens, Manuel Pereira de Novais, na sua *Anacrisis Historial*.

Cardon: castelo de um gigante (na Calábria) — Cardona, na Catalunha, onde há um célebre castelo de origem romana, sucessivamente remodelado.

Também da Provença se podia passar à Catalunha pela garganta do Perthus, e da Catalunha seguia por Lerida uma antiga via romana, em direcção à Galiza.

Cargon: cidade de Aragão — Carrion (Carryon)

de los Condes. A forma como entrou no romance: se por se encontrar no *camino frances* ⁽¹⁾, ou em atenção ao mosteiro de S. Zoylo e S. Felix de Carrion; e o motivo porque *Cargon* (se é realmente Carrion de los Condes) é colocado no Aragão, são pontos que careceriam de largo estudo, se o romance verdadeiramente o valesse ⁽²⁾.

Gendres: princesa de Noruega — será corrupção de Gersende, nome que tinha, por exemplo, a mulher de Afonso II da Provença?

Torrayne: a Turena. No romance o rei de Portugal

26. To-warde hym he takythe Torrayne

Em época pouco anterior às suas lutas com o nosso Ferrant, Filipe Augusto confiscou a Turena e outras províncias a João Sem Terra.

(1) Entre as estações de Fromista e Sahagun. (D. António Ferreiro, ob. cit., vol. V, pág. 91). V. também Bédier, ob. cit., vol. III, pág. 125, e mapa anexo.

(2) No século XII foi trazida por D. Maurício, arcebispo de Coimbra, a cabeça do apóstolo S. Tiago Menor, de Jerusalém para S. Zoylo de Carrion, então de posse do rei de Aragão; depois D. Urraca mandou que se conduzisse esta reliquia para uma igreja de Lião, de onde o bispo Gelmires a trouxe para Compostela. É possível a confusão entre os dois santos homónimos (qual a vemos em Migne, *Dictionnaire des Pèlerinages*, em contradição com o seu *Dictionnaire Hagiographique*); se esta fôsse a via por que Carrion entrou no romance, explicar-se-ia talvez por este modo a falta de menção de terras intermediárias entre o Aragão e Portugal.

Finalmente não deixaremos de notar quão curioso é registrar-se exclusivamente nos Açores, em S. Jorge, de colonização flamenga ⁽¹⁾, um romance popular onde um rei abandona a filha ao mar em uma nau sem govêrno, por ela amar «um capitão». O Dr. Teófilo Braga não lhe aponta paralelo algum nos romances peninsulares ⁽²⁾. Não resistimos a transcrevê-lo na parte coincidente com o *Torrent*:

Eu era filha de um rei
Chamada Dona Maria
Amava a um capitão
Pelo bem que êle me queria.
O meu pai, tanto que o soube.
Dava-me muito má vida:
Só me dava o pão por onça
E a água por medida.

(1) Especialmente a respeito de S. Jorge lê-se, por ex., nas *Saúdades da Terra*, de Gaspar Frutuoso (apud Ant. Cordeiro, *Hist. Insulana*, pág. 426. «O mais antigo povoador que se sabe da ilha de S. Jorge foy um fidalgo flamengo, muito rico, natural da cidade de Bruges... trouxerão da Flandres dous navios carregados de gente e de muitos officiaes de officios diversos... desembarcarão em a ilha de S. Jorge».

A esta colonização liga-se o nome de outra nossa princesa, Isabel, filha de D. João I, mulher de Filipe o Bom, duque de Borgonha e também conde da Flandres.

(2) V. *Cantos populares do arquipélago açoreano*, págs. 302 e 433.

Mandou botar um pregão
Por tôda a cidade acima:
Calafates, carpinteiros
Se ajuntassem nesse dia
Para fazer uma nau
Para ir Dona Maria.
Calafates eram muitos
Deram-na feita num dia;
Meteram-lhe mantimentos
Para sete anos e um dia;
Meteram-na nesses mares,
Sem velas, nem remaria;
Dona Maria foi nela,
Só, sem a mais companhia.

No *Torrent* a princesa de Portugal invoca o auxílio divino:

1832. On Jesu Cryste dyd she call;
Down Knelid that lady clene:
«Rightfull god, ye me sende
Some good lond, on to lende,
That my chyldren may crystonyd bene!»

No nosso romance, Dona Maria, voltando na mesma nau, conta ao pai como passou o mar:

«Os mares me cataram honra
E os ventos cortezia,
E os anjos iam de noite
Para minha companhia,
Iam com uma hora de sol,
E vinham com outra de dia,
E a virgem me chamava
Sua donzela Maria».

Será um *abreviamento*, deformado, do romance de *Emarè*? Ou será antes um eco do romance primitivo, poetado talvez na Flandres, donde teria provindo o *Torrent*?

*
* *
* *

Podemos pois resumir dêste modo as inferências que, ao menos como probabilidades, conseguimos tirar da análise do romance *Torrent of Portyngale*:

1.º—A alusão fundamental do romance é a Filipe de Alsácia e ao seu casamento com Matilde de Portugal.

2.º—*Ferrand de Portingal* parece ter ao poema dado apenas o seu nome.

3.º—Quem colocou a acção em Portugal não conhecia o nosso país; tinha talvez vindo a Santiago, provavelmente por mar (1), ou à lenda do santo, foi buscar *Peron* (2), e sabia que Portugal é contíguo à Galiza.

(1) É verdade que ainda se diz

Quen vai a Santiago e non vai a Padron
Ou fai romaria ou non

mas a nossa conclusão integra outros elementos.

(2) A ligarmos alguma importância a um caminho «à beira-mar» que no romance figura em Portugal, poderia este talvez ser o correspondente à estrada romana *per loca maritima* do itinerário de Antonino, que passava em Iria

4.º—Conhecia talvez directamente a Provença, o caminho por onde se partia desta para o Aragão e para a Galiza, e também o para a Itália — mas provavelmente só lhes conhecia a parte inicial.

Devemos finalmente esclarecer que, embora no romance, e mesmo sem nos referirmos aqui ao seu «maravilhoso», haja numerosas circunstâncias que divergem profundamente das da vida de Filipe da Alsácia, tais como as de ser *Torrent* filho dum conde português, de se vir a apoderar do trono de Portugal e de acabar «imperador de Roma», não nos parece que êstes factos invalidem a nossa tese, não só por se tratar, como dissemos, da poetização duma lenda heróica, como pelas transformações que o romance terá sofrido até chegar à forma em que o possuímos.

Restaria agora tentar um estudo comparativo com os romances paralelos e outros que com o *Torrent* podem relacionar-se, e bem assim com as suas possíveis fontes. Um tal estudo é, no entanto, bastante difícil de realizar sem recorrer a alguma das grandes bibliotecas estrangeiras, visto que as nossas, para certos assuntos, são bastante falhas

(D. António Ferreiro, ob. cit., vol. I, pág. 222). E a *mounteyn of Perrown*, que também ocorre no poema, não poderá ser o próprio monte Ilicinio, onde os discípulos do santo o sepultaram? Também um passeio de *Torrent* com o rei de Portugal pela margem de um rio (469, 476) condiria com a hipótese.

dos elementos indispensáveis, e que não chegou ainda o tempo de os nossos magnates de riqueza se resolverem a dotá-las generosamente, bem como às escolas.

NOTAS COMPLEMENTARES

1. *Sobre a lenda de Santo Eustáquio*

Segundo a lenda o santo era, antes do baptismo, um capitão de Trajano chamado *Plácidas*. Um dia, na caça, Cristo crucificado apareceu-lhe entre as hastes de um cervo. Plácidas converteu-se adoptando o nome de Eustáquio. Deus anunciou-lhe por intermédio de um anjo o seu futuro martírio. Perseguiram-no terríveis calamidades, perdeu tódas as suas terras e viu-se obrigado a exilar-se com a mulher e os filhos. Quando ia a bordo de um navio velejando para o Egipto, o dono do barco apaixonou-se pela mulher de Eustáquio, e lançou este com os filhos em uma praia; aí, ao passar um rio, uma das crianças foi-lhe arrebatada por um leão e logo depois, ao tentar salvar aquela, a outra foi-lhe levada por um lobo. Tendo vivido por longo tempo como trabalhador do campo, foi desco-

berto por mensageiros que Trajano enviara em sua procura e encarregado de uma expedição contra a Dácia.

Durante a guerra encontrou finalmente a mulher em uma choupana — o mestre de bordo tinha caído morto ao atrever-se a tocá-la — bem como os filhos, a quem pastores tinham salvo das feras e educado. Porém voltando a Roma e recusando sacrificar aos deuses pagãos, acabaram por ser lançados dentro de um boi de bronze aquecido com grande fogo, onde morreram, embora os corpos fôsem depois retirados milagrosamente intactos.

São numerosas as versões medievais desta lenda, em latim e noutras linguas. Em espanhol encontra-se a *Estoria del Cavallero Plácidas que fué después christiano e ovo nombre Eustacio*. Menéndez y Pelayo (*Origenes de la Novela*, pág. CLIX, nota 1.^a), diz que a lenda não foi das mais populares em Espanha: além do texto antigo só haveria *uma mala comedia* dos fins do século XVIII; Knust afirma que não deixou mais vestígio na literatura espanhola do que estas duas obras. Aos romances que a aproveitaram já nos referimos acima (pág. 9 e nota 2.^a).

2. *Mafalda e Teresa seriam uma única pessoa?*

Ocorre-nos o que a este respeito escreve Luciano Cordeiro, e não nos consta que fôsse devidamente apreciado:

«Confessamos de passagem que a tradição de uma outra filha do rei Afonso, e a existência indiscutível da infanta Mahalda, Mafalda, nascida antes de D. Sancho, nos tem suscitado a suspeita duma possível identificação dessa infanta com a própria D. Teresa, que pela primeira vez aparece nos documentos no ano seguinte àquele em que inteiramente desaparece deles essa D. Mafalda, negociada em casamento, que não se realizou, em 1160, com o futuro Afonso II de Aragão. Explicar-se-ia assim, naturalmente, a regressão mais tarde ao primeiro nome de Mahaut, Mahalda, Mathilde — nome originário da mãe —

mais fácil e conforme à eufonia e à tradição francesa e flamenga do que o de Tarasia, Tareija, Teresa. Mas é uma simples hipótese, menos até; uma supeita passageira, insignificante, realmente.» (Ob. cit., pág. 62).

Nada de positivo julgamos contudo ter-se averiguado sobre a morte desta infanta, devendo talvez Herculano, como se dá com Figanière, ter-se fundado na falta de notícias sobre ela depois de 1164. Figanière julga todavia que seja desta D. Mafalda, pois que não pôde ser a de sua mãe, uma sepultura do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, de que fala Rui Fernandes na *Descrição do Terreno em roda da Cidade de Lamego (Inéditos da Hist. Portug., T. 5, pág. 565)* «o que se torna tanto mais provável quanto não há notícia alguma acerca da sua morte e enterro» (*Mem. das Rainhas de Port.*, pág. 234). Eis porém o que Rui Fernandes escreve: «e asi a sepultura de dona mofalda que digo estar em vila boa do bispo, outros dizem que a ossada está no mosteiro de arouca; dela nom som bem certificado... a não fui ver como estas outras sepulturas». A sepultura de Arouca é de uma filha de D. Sancho I, ainda do mesmo nome; e Figanière acrescenta que, por informações que lhe vieram do próprio local, consta que no Mosteiro de Vila Boa do Bispo, hoje propriedade particular, não existem já vestígios do túmulo da referida D. Mafalda, que aliás poderia ter desaparecido como muitos outros monumentos antigos, etc. De tudo isto resulta, afinal, que nada se conclui também de Rui Fernandes sobre a morte da infanta. Figanière diz ainda que Bofarull nada encontrou a seu respeito nos arquivos de Aragão.

Também na crónica flamenga impugnada por Dozy, que não pudemos ler, se vê, segundo este, que Filipe desposou *la fille du feu roi Alfonse, qui avait perdu son mari et qui avait deux fils; à l'un elle avait donné le royaume, a l'autre le duché d'Algarve* (!). Mas quem fôra esse marido? Paolo Emilio e Guicciardini, confundindo mãe e filha, casam Filipe com a primeira, que estaria viuva de D. Afonso (o

contrário é que se dava, como se sabe: a mulher dêste tinha morrido em 1158); segundo Sueyro o engano proviria de usar Matilde também o título de rainha. Não terá, porém, a sua origem naquela crónica? É curioso entretanto o paralelismo relativo da versão flamenga com o romance, onde, como vimos, a princesa de Portugal, não viuva, mas divorciada de um rei, na ausência do herói dá à luz dois gémeos, que depois vêm a ser reis de Jerusalém e da Grécia. No romance, contudo, são filhos do próprio *Torrent*, e para o romance afinal, podem ter vindo unicamente da lenda de Eustáquio. E Filipe de Alsácia deixou apenas uma filhinha, que morreu cedo (D. Car. Michaëlis, loc. cit.).

Mas, nesta confusão de Mafaldas, em tudo isto, não haverá qualquer coisa em favor da «suspeita» de Luciano Cordeiro — e da nossa própria tese?

3. «*Torrent*», «*Ferrant*» e «*Tirant lo Blanch*»

Aparecendo no romance o nome do herói também com a grafia *Tyrrant*, embora duma só vez, ocorre perguntarmo-nos se não poderá haver qualquer relação entre *Torrent-Ferrant* e o célebre romance catalão *Tirant lo Blanch*, que o seu principal autor, Johanot Martorell, diz ter traduzido do inglês para português e desta lingua para castelhano, a pedido de outro nosso D. Fernando, o filho de D. Duarte. Mas no *Tirant lo Blanch*, em que a maioria das façanhas se passa na Inglaterra e depois em Rodes, Constantinopla e Berbéria, só poderíamos entrever como alusão ao *Ferrant*, filho de D. Sancho I, a circunstância do casamento com a filha do imperador de Constantinopla. Além disso o *Tirant lo Blanch* — que é um arranjo do romance inglês de *Guy of Warwick*, com outras influências, havendo nele, por outro lado, muitos pormenores estritamente regionais, como títulos nobiliários, nomes próprios e feitos históricos dos catalães — tanto pela época da

sua composição, como pela de certos sucessos a que nele se alude, é bastante mais tardio que a vida do nosso infante.

Em todo o caso, na falta de melhor explicação para esse enigmático nome de *Tirant*, depara-se-nos aqui esta, embora bem ténue. A parte final do *Tirant lo Blanch* é da autoria de Martin Juan de Galba. Martorell apresenta-se como sendo *cavaller al serenissim Princep don Ferrando de Portugal*.

NOVOS DOCUMENTOS SOBRE
AS «LETTRES PORTUGAISES»

NOVOS DOCUMENTOS SOBRE
AS «LETTRES PORTUGAISES» (1)

O professor F. C. Green, da Universidade de Rochester, U. S. A., encontrou em França alguns novos documentos relativos às *Lettres Portugaises*, baseando neles uma revisão dos problemas da autoria e nacionalidade, que publicou na *Modern Language Review* de Abril de 1926. O assunto pertence aos romanistas; pela nossa parte quasi nos limitaremos a transmitir aos leitores portugueses as novas descobertas, que supomos não terem ainda sido tratadas na nossa imprensa, completando-as num ou noutro ponto com alguns elementos que conseguimos colher. Reproduziremos ainda uma breve nota bibliográfica de Barbier, que julgamos não fôra ainda notada pelos críticos modernos, e

(1) Publicado em *A Águia*, 3.^a série, n.ºs 49 a 54.

nos parece curiosa pelos seus argumentos em favor da autenticidade.

No artigo do prof. Green consideraremos em primeiro lugar os documentos que desvenda, e depois a argumentação, de ordem literária ou histórica, com que procura reforçar o significado que pretende dar-lhes.

*
* *
*

O estado anterior da questão é demasiado conhecido entre nós para nos demorarmos em minúcias (1).

A primeira edição das *Lettres Portugaises* é a do livreiro Claude Barbin, de Paris, com o *achevé d'imprimer* de 4 de Janeiro de 1669. Subscrive as cartas o nome da autora, *Marianne*, mas, como era

(1) A obra fundamental a consultar sôbre o assunto é, como se sabe, a de Luciano Cordeiro, *Soror Marianna, a freira portuguesa*, publicada em 1888, com uma segunda edição, revista e aumentada, de 1890. É a esta edição que reportamos as nossas citações.

Uma boa apreciação em Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica*, vol. 2.º, pág. 293 e seg.

Deve-se ainda notar que vários pormenores da questão andam freqüentemente deturpados ou esquecidos, mesmo em alguns dos autores que dela trataram com mais elevação crítica. Por isso nos não pareceu também ocioso restabelecê-los com tôda a sua correção.

de esperar dada a sua natureza, sem nenhum apelido. No «ao leitor» declara-se que são duma religiosa portuguesa a um gentil-homem francês que serviu em Portugal, mas que se ignora o nome daquele a quem foram escritas, bem como o de quem fez a tradução.

A primeira atribuição definida, quanto a estas duas personagens, é ainda do mesmo ano, e vem numa outra edição, a de Pierre du Marteau, impressa em Colónia; reproduzindo no demais o prefácio de Barbin, declara porém que o destinatário é o «Chevalier de Chamilly» e o tradutor «Cuilleraque» (1). Êste último nome foi na edição de Roger, 1699, emendado para Guilleraque (2), e mais tarde, desde 1778 (3), identificado, com ou sem razão, com o conde Lavergne de Guilleragues, que privou com Racine, Boileau, Mme de Sévigné e a Maintenon, dirigiu por algum tempo a *Gazette de France*, e acabou embaixador na Turquia.

Sôbre o apelido da freira portuguesa reinou obscuridade durante cêrca de século e meio; é só em 1810 que êle aparece indicado num folhetim do *Journal de l'Empire*, subscrito apenas com um *omega*, cujo autor o encontrara numa nota manuscrita do seu exemplar da primeira edição. Sabe-se que o

(1) Cordeiro, ob. cit., pág. 61.

(2) Ibid., pág. 65.

(3) Ibid., pág. 333.

artigo é do crítico Boissonade (mais tarde tradutor do *Hyssope*), porque Barbier assim no-lo diz logo no mesmo ano ⁽¹⁾, e porque o exemplar em questão, com a reprodução da nota, figura num catálogo dos seus livros ⁽²⁾. Ora, segundo essa nota, a autora das cartas fôra «Marianne Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estremadure et l'Andalousie». A grafia *Alcaforado* também ocorre em português, encontrando-se, por exemplo, no manuscrito da Biblioteca Municipal do Pôrto, *Pumar* (sic) *genealógico*, de Frei João da Madre de Deus; quanto ao *a* final, como se sabe, indica a forma feminina do patronímico, ao uso do tempo.

Logo o Morgado de Mateus começou a investigar, mas mediaram ainda muitos anos antes que as pesquisas fôssem inteiramente bem sucedidas. Nem Sousa Botelho, nem Felner, nem Juromenha conseguiram descobrir essa vergonosa bejense da família daquele apelido ⁽³⁾. Camilo, em 1876, na continuação

(1) Vem na *Bibliothèque d'un homme de goût*, de Chaudon, publicada primeiro anônimoamente, depois sucessivamente aumentada pelo abade de La Porte, por Desessarts, e finalmente por Barbier: edição de 1810, vol. V, pág. 309. Sôbre Alexandre Barbier, bibliógrafo do Conselho de Estado, ver a «Notícia biográfica e literária» publicada por seu filho em 1827, no 4.º volume da segunda edição da sua obra principal, o *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*, notícia que é seguida duma lista dos seus numerosos trabalhos.

(2) L. Cordeiro, ob. cit., pág. 85.

(3) *Ibid.*, págs. 85 e 91.

ção do *Curso de Literatura Portuguesa* de Andrade Ferreira, é o primeiro a apontar, seguindo certas genealogiãs, e existência real duma Mariana Alcoforado no convento da Conceição, em Beja, em época que não desconvinha à cronologia ⁽¹⁾. Finalmente em 1888 Luciano Cordeiro firmava definitivamente esta indicação, apresentando vários documentos, entre êles os assentos do baptismo e do óbito, respectivamente em 1640 e 1723 ⁽²⁾, bem como o testamento de seu pai, de 1660, em que é designada como já professa.

As hipóteses relativas às Cartas podem talvez ordenar-se como segue:

a) As cartas são inteiramente forjadas, em francês, decerto por um homem. Rousseau considerava que uma mulher nunca as poderia ter escrito ⁽³⁾.

b) Os amores Chamilly — Mariana Alcoforado existiram, mas as cartas não foram escritas por Mariana: êsses amores apenas sugeriram a alguém a ideia das cartas, que foram portanto forjadas em

(1) Nota II, pág. 307.

(2) Como L. Cordeiro teve de suprimir na 2.ª edição da sua obra as transcrições dos documentos, e a 1.ª edição não se encontra facilmente, podem êstes dois termos ser lidos na obra do Sr. Dr. Asdubral de Aguiar, *Soror Marianna, estudo sôbre a religiosa portuguesa*, a págs. 18-21.

(3) Na *Lettre à d'Alembert*. Tradução do respectivo trecho em Luciano Cordeiro, ob. cit., pág. 38.



França, como no caso anterior, mas com aquela base (Camilo, António Sardinha ⁽¹⁾).

c) São autênticas cartas de amor, escritas por uma mulher, que poderá ser Mariana Alcoforado, ou Mme de Pédégache ⁽²⁾, ou qualquer outra, a um gentil-homem, que também pode ser Chamilly, ou Clermont ⁽³⁾, ou outro — mas em qualquer caso originariamente em francês (Herculano, Paléologue, Sabugosa) ⁽⁴⁾.

d) São de Mariana a Chamilly, escritas originariamente em português e traduzidas ou adaptadas com mais ou menos liberdade. É a opinião mais geral.

Quanto ao intermediário ou pseudo-intermediário francês, poderá ser ou o conde de Guilleragues, ou o advogado Subigny ⁽⁵⁾, senão o próprio Chamilly.

(1) A opinião fundamentada de António Sardinha vem em dois artigos insertos em *A Nação Portuguesa*, n.ºs 4 e 5 da 3.ª série (1925).

(2) Conjectura encontrada por Barbier num catálogo de livros, em 1808. Vem no seu *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*.

(3) Conjectura vagamente apresentada por Maurice Paléologue, num artigo da *Revue des Deux Mondes*, 15 Oct. 1889.

(4) A opinião de Herculano é-nos dada por Lopes de Mendonça no periódico *A Semana*, vol. II, 1852; a do Conde de Sabugosa vem na *Gente d'Algo*, a pág. 245 segs.. Sôbre M. Paléologue, ver a nota anterior.

(5) Segundo a *Biographie Universelle* (Michaud, Paris, 1814), Subigny não foi actor, como outros pretenderam. A indicação do nome de Subigny é-nos dada pela pri-

E a Mme Pedégache, como aventou Barbier, é talvez a *femme du monde* que escreveu as sete cartas que foram apensas às primitivas logo na segunda edição de Barbin.

*
* *
*

O primeiro documento novo apresentado pelo prof. Green corresponde a uma pista já levantada por Luciano Cordeiro; trata-se do Privilégio de publicação, que a êste foi impossível ver ⁽¹⁾. Eis como êle se reproduz no artigo da *Modern Language Review*:

«Ce jourdhuy 17 Novembre 1668 nous a été présenté à Paris le 28 de Octobre 1668 signé MAGERET pour cinq années pour un livre intitulé *Les Valentines lettres portugaises Epigrames et Madrigaux de Guilleragues*» ⁽²⁾.

Inferre de aqui o prof. Green que o registo dizia respeito a uma colectânea das obras de Guilleragues,

meira vez em 1796 por Mercier de Saint-Léger, acrescentando: «Seria que Guilleragues fizesse as respostas de Chamilly» — as publicadas por Loyson — «e Subigny a tradução das Cartas da religiosa portuguesa?» — (L. Cordeiro, ob. cit., pág. 74).

(1) Ob. cit., pág. 18.

(2) A data da concessão do privilégio confere com a dada na 1.ª edição de Barbin, cujas declarações legais vem traduzidas a págs. 307 da obra de Luciano Cordeiro.

e, visto que não se fala em tradução quanto às cartas, conclui que eram da sua autoria. Seria pois o livreiro Barbin que teria resolvido publicá-las em separado e anònimamente, por conjecturar que, tratando-se dos amores clandestinos duma suposta freira, e num país que fôra o teatro duma recente campanha francesa (sic), o successo era maior se a obra fôsse apresentada como genuína.

Será legítima esta conclusão? Duvidamos, visto tratar-se dum registo, formalidade burocrática em que não é nada para estranhar a ausência de minúcias, como a de se tratar, em parte, duma tradução. E depois, o que se sabe dêste Guilleragues? Estamos de acôrdo com o prof. Green em que não está demonstrada a sua identidade com o conde Lavergne de Guilleragues, embora a cronologia e outras circunstâncias se não oponham. Mas, nesse caso, o facto é que se conhece ainda menos a seu respeito... do que acêrca da nossa Soror ou Madre Mariana.

É estranhável que, dado o seu enorme successo, nunca fôsse reivindicada a autoria das cartas, se não são autênticas; mas sempre seria interessante comparar a sua linguagem com a de Lavergne de Guilleragues. Encontramos menção de vários trabalhos seus na *France Littéraire* de Quérard e nas várias enciclopédias francesas; êsses trabalhos são-nos, aqui em Portugal, inacessíveis, mas ignoramos a razão por que o professor Green não reconheceu a conveniência do confronto e o não efectivou,

É curioso também notar que, em Inglaterra, há,

entre outros costumes tradicionais, o de escrever bilhetes ou cartas amorosas às meninas solteiras, e mesmo às solteironas, no dia de S. Valentim (14 de Fevereiro); ora essas cartas chamam-se *valentines*. Segundo a *Encyclopædia Britannica*, «diz-se» que costumes idênticos se observavam em algumas partes da França, mas nada conseguimos averiguar a êste respeito ⁽¹⁾. Que relação terá êste facto com os titulos indicados no Privilégio? E — *Les Valentines lettres portugaises* — seriam uma e a mesma coisa, ou duas obras diferentes? À minúscula inicial de *lettres* deverá atribuir-se algum valor, ou será apenas proveniente duma escrita descuidosa?

Procuramos encontrar menção de alguma colecção impressa de cartas dêsse género, em inglês ou mesmo em francês, mas sem resultado. São contudo frequentes as alusões a tais costumes nos escritores ingleses: em Chaucer, Shakespeare, Drayton, Burton, Donne, etc.

(1) Lemos na *British Cyclopædia* que as práticas relativas ao dia de S. Valentim descendem talvez das antigas *Lupercalis*, o que deveria implicar a sua difusão nos territórios do império romano; e o nosso illustre colega e amigo Dr. Teixeira Rego informa-nos de que em Portugal também existem tradições análogas. É pois natural, por todos êstes motivos, que se tenham desenvolvido igualmente em França.

*
* *
*

Os outros novos documentados apresentados pelo prof. Green constam de duas referências às cartas, pondo em dúvida a sua autenticidade, feitas ainda no século XVII — isto é, anteriores às conhecidas afirmações das Memórias de Saint-Simon (anos de 1703 e 1715) e das de Duclos (ano de 1715) (1). A primeira é dum escritor chamado Gabriel Guéret, que morreu em 1688, e deixou um manuscrito intitulado *Promenade de Saint Cloud ou dialogue sur les auteurs*, publicado em 1757 nas *Mémoires* de Bruys. Não se deve confundir esta obra com outra *Promenade de Saint Cloud*, a de Fromageot. O opúsculo de Guéret, embora sem data, foi evidentemente escrito entre 1669 e 1688. Duas personagens, tendo estado a discutir o *Roman Bourgeois* de Furetière, continuam dêste modo:

«Vous ne voyez pas que ce roman soit débité.» «Voudriez-vous juger de la bonté des livres par le débit? Il me semble qu'il y en a d'excellens qui pourrissent dans les boutiques pendant que d'autres qui ne valent rien se débitent avec chaleur. Il ne faut pas aller plus loin que les *Lettres portugaises*. N'est-il pas surprenant combien il s'en est vendu et je n'en vois pas d'outre raison si ce n'est le

(1) L. Cordeiro, ob. cit., págs. 66 e 67. Ambos dizem categoricamente ter sido a Chamilly que foram dirigidas às *Cartas portuguesas*, escritas por uma freira que por êle se apaixonou quando, ainda novo, servira em Portugal.

charme de la nouveauté et qu'on a pris plaisir de lire des lettres d'amour d'une religieuse, de quelque manière qu'elles fussent faites sans considérer que ce titre est le jeu d'un libraire artificieux qui ne cherche qu'à surprendre le public.»

«Que vous souciez-vous» interrompít Cléonte, «qu'elles soient véritables ou non, pourvu qu'elles soient bonnes? N'ont-elles pas beaucoup de tendresse et seriez-vous homme á vouloir soutenir contre tous venants la fausseté des *Lettres portugaises* comme l'abbé Bourdelot soutient contre tout le monde la vérité du fragment de Pétrone? Croyez-moi, prenons ce que l'on nous donne de quelque main qu'il vienne, pourvu qu'il mérite d'être lu et donnons-nous de garde de ressembler à ces fanfarons qui ne voudraient pas d'une paire de gants si elle ne venait de chez Martial.»

«Il y a sans doute», repartis-je, «quelque tendresse dans ces lettres, si vous faites consister dans les mots passionnés comme les hélas, etc. Mas si vous la mettez dans les sentiments, á peine en trouverez vous deux qui soient remarquables. Et, en vérité n'est-ce pas une grande misère quand il faut lire un livre pour si peu de chose? D'ailleurs il n'y a pas même de style; la plupart des périodes y sont sans mesure et ce que j'y trouve de plus ennuyeux, ce sont de continuelles répétitions qui rabattent ce qui méritait á peine d'être dit une seule fois...»

A segunda nova citação é do manuscrito *Fr. 21945* (pág. 71) da Bib. Nacional de Paris, contendo «uma análise e apreciação cuidadosas» das obras de cada ano, feita por um certo «Monsieur de N...», que, assegura o professor Green, mostram ser o seu autor «um homem de discernimento e duma leitura invulgar, mesmo para o seu tempo». Em 1693, falando da *Lettre d'Héloïze à Abelard*, publicada em Ams-

terdão nesse ano, exprime a sua indiferença sôbre se essa carta é ou não autêntica, mas sustenta a sua afinidade com as *Lettres portugaises* «qu'on fit à plaisir il y a 24 ou 25 ans».

Sem dúvida estas duas referências, pela sua relativa proximidade da data da publicação das cartas, têm algum pêso: não nos parece contudo que, mesmo juntas com o Privilégio, invalidem o conjunto, bastante mais sólido, das descobertas e conclusões de Luciano Cordeiro. Já êste próprio, de resto, apontara uma manifestação de dúvida exteriorizada em época bem mais próxima da edição *princeps*: numa das várias *Réponses aux Lettres portugaises*, as impressas em Grenoble ainda no ano de 1669 ⁽¹⁾, alude-se às cartas da freira com a declaração de que «se não pretende esclarecer o leitor sôbre se as cinco cartas portuguesas são verdadeiras ou supostas, nem se elas se dirigem, como se diz, a um dos assinalados senhores do reino» ⁽²⁾. É verdade que se acrescenta: «a ingenuidade e a paixão das cinco cartas, a poucas pessoas permitirão duvidar de que tenham sido verdadeiramente escritas»; mas o facto é que ambas estas passagens traduzem uma incerteza, embora leve.

(1) São as chamadas «respostas de Philippes», do nome do seu editor, em contraposição às do livreiro Loyson, publicadas também no mesmo ano. Estas últimas são apresentadas como autênticas, aquelas lealmente como fictícias.

(2) Tradução de L. Cordeiro, ob. cit., pág. 60.

*

* *

Também encontrou o prof. Green, na Bibliothèque de l'Arsenal, um exemplar da edição de 1670 com uma nova atribuição de autoria, numa nota manuscrita, cuja letra, segundo lhe pareceu, deve ser do século XVII ou princípios do século XVIII: «Ces lettres sont attribuées par Mde. Desnoyers à Mlle. de St. Aignan abbesse de la Joie près de Nemours. Elles sont écrites à M. de Ségur surnommé le Beau mousquetaire». Outra nota a seguir, numa caligrafia nitidamente do século XIX, diz: «On sait maintenant que ces lettres ont été écrites par M. d'Alcoforada religieuse tourière d'un couvent de Lisbonne. Elles sont adressées au Chevalier de Chamilly depuis Maréchal de France». Acrescenta o prof. Green que «Mde. Desnoyers» é provavelmente Mme Du noyer, mas que não pôde consultar uma colecção completa das suas Memórias; e que Mlle de Saint-Aignan (1652-1734) foi efectivamente abadessa do convento de la Joie. Ainda segundo o articulista, a nota não tem valor intrínseco, e apenas mostra como as conjecturas andavam «no ar».

A nota do exemplar do Arsenal é verdadeira, mas a conjectura é infundada. A indicação vem a págs. 488 do tómo primeiro das *Lettres historiques et galantes* de Mme Du Noyer, que encontramos na Biblioteca Municipal do Pôrto, numa edição de Londres, 1741. A passagem aludida, que se segue a

uma pitoresca narrativa dos amores Ségur — Saint-Aignan, reza assim: On dit que c'est à cette Dame que l'on doit ces Lettres si passionnées qui ont paru dans le monde sous le nom de *Lettres Portugaises*. On pretend que c'est l'Abesse de la Joye qui les à écrites a M. de Segure, et que c'est pour depaïser la Scène qu'on a supposé qu'elles venoient de Portugal». Porém, segundo o *Dictionnaire Généalogique, Héraldique, Chronologique et Historique* de la Chesnaye-des-Bois ⁽¹⁾, «Henri-Joseph, aliàs Joseph-Henri, appellé marquis de Ségur», que se identifica plenamente ⁽²⁾ com o da anedota de Mme du Noyer, morreu em 1737 com 76 anos de idade, isto é, nasceu em 1661, seis anos depois do casamento de seu pai, cuja data está explicita: 1655. Tinha assim apenas oito anos à publicação das *Lettres portugaises*, que portanto não podem dizer respeito aos seus amores com Mlle de Saint-Aignan.

Restaria datar a conjectura, ainda que sem fun-

(1) A atribuição é de Barbier, no *Dictionnaire des Ouvrages Anonymes*, e interpreta as iniciais M. D. L. C. D. B. = Monsieur de La Chesnay-dos-Bois.

(2) As palavras de Mme Du Noyer — «Le Roi a donné une Lieutenance Générale de Champagne au Marquis de Segure, antrefois si connu sous le nom de beau Mousquetaire. C'est encore un homme très bien fait, quoi-qu'il ait un jambe de moins; car il en perdit une dans la dernière guerre à la bataille de Marsal» — só se podem aplicar ao marquês Joseph-Henri de Ségur.

damento. A edição mais antiga das cartas de Mme du Noyer de que encontramos menção (sob o nome de *Mme C...*) é a de Colônia, 1704 ⁽¹⁾. A edição de 1741 traz no comêço de vol. I a seguinte nota: «Comme ces lettres ont été écrites avant la Paix de Riswic, le Lecteur ne doit pas être surpris si l'on parle des choses sur le pied qu'elles étaient dans ce temps-là. On ne donne ici qu'un Essai, qui, s'il est goûté du Public, sera suivi d'une continuation de pareilles Lettres, qui, étant plus nouvelles, auront encore plus d'agrément, et les unes et les autres ne contiennent que des faits très véritables, connus pour tels dans les Pays d'où les Lettres sont écrites». Esta nota refere-se apenas às cartas contidas nesse vol. I, como se percebe do contexto das do vol. II e seguintes; é pois natural que essas cartas já venham das primeiras edições. Por outro lado o tratado de Ryswyc, que pôs termo à guerra da Liga de Augsburg, é de 1697; e no artigo *Dumoyer* da *Biographie Universelle* (Michaud, Paris, 1914) diz-se que as suas primeiras cartas são de 1695.

Ora na obra de Marcel Langlois *Louis XIV et la cour d'après trois témoins nouveaux* — uma das quais testemunhas é justamente Paul de Beauvillier, conde e depois duque de Saint-Aignan, irmão da abadessa de La Joye, e suposto autor dum manus-

(1) A partir da edição de 1710 anda apenso a estas cartas um volume de «Memórias».

crita que seria em parte autobiográfico — encontramos a pág. 82, muito secamente e sem que seja indicada a fonte, a data do escândalo: 1698. Não tivemos possibilidade de a verificar; mas, a não haver ali qualquer engano, então não só a referência à paz de Ryswyc como vários pormenores da narrativa de Mme Du Noyer estão errados. Diz-nos esta, por exemplo, que Mlle de Saint-Aignan era, ao tempo dos amores, *une jeune Nonnete*: ora, pela data do nascimento fornecida na *Histoire Généalogique* de Anselme, ela, em 1698, teria 46 anos. Também conforme o relato de Mme Du Noyer, M. de Ségur casa-se não muito depois do desfecho do seu idílio com Mlle de Saint-Aignan; e pelo *Dictionnaire Généalogique* vamos que casou em 1688. Fácilmente poderá, contudo, haver qualquer lapso ou mesmo êrro de imprensa nos algarismos de M. Langlois; para datarmos definitivamente a conjectura Du Noyer, se o caso ainda merece tal interêsse, seria pois necessário encontrar a fonte daquele historiador, que será talvez o «Journal» de Dangeau ou as «Mémoires» do marquês de Sourches. Não os obtivemos no Pôrto

*

* * *

Os argumentos de ordem literária em que o prof. Green apoia a sua tese da origem francesa das cartas são, em resumo, os seguintes:

A conjectura encontrada no exemplar da Bibliothèque de l'Arsenal liga as *cartas aos romans à clef* do reinado de Luís XIV. O teor das cartas também se integra no momento literário francês: a figura central tem tôdas as características duma *heroïne de roman*, e até a sua declaração de estar pronta a servir a sua rival é um eco do célebre *motivo* da renúncia, tão popular na novela sentimental que começava a entrar no favor do público. O seu estilo «exclamatório e elíptico», saúdado como uma prova da genuinidade das cartas pelos leitores crédulos, é também um prenúncio dessa novela sentimental, assim como da *comédie larmoyante*. Finalmente tudo nas cartas trái um arranjo artístico, e não uma espontânea naturalidade; e a própria falta de côr local está de acôrdo com o espírito da literatura francesa do séc. XVII, mais interessada em sentimentos e motivos do que em realismo pitoresco.

Explicar-se-iam dêste modo, também, tôdas as dificuldades que as cartas apresentam mesmo para quem aceita terem sido realmente escritas por Mariana Alcoforado, bem como as contradições que nelas se notam, ainda quando se distribuam na ordem que preconiza Mr. Paléologue — o professor Green não faz referência alguma à ordem adoptada por Luciano Cordeiro, e que já o tinha sido igualmente na edição de Kleffer, 1821.

Alguna coisa teríamos a ponderar a êstes argumentos — o reconhecimento da influência das cartas é corrente nos críticos franceses, sem os levar, con-

tudo, a concluir pela inautenticidade ⁽¹⁾ — mas preferimos deixá-los inteiramente à apreciação dos especializados. Limitar-nos hemos a reproduzir uma opinião que ainda não vimos citada, a juntar às do abade Saint-Leger, Dorat, Sousa Botelho (casado com uma francesa ilustre), Sainte-Beuve, Crépet, Asse, Gaucher e Paléologue ⁽²⁾, tôdas as transcritas no livro de Luciano Cordeiro. É o testemunho de Barbier, na *Nouvelle Bibliothèque d'un homme de goût*, edição de 1810, vol. V, pág. 308.

LETTRES PORTUGAISES

«Les lettres qui portent ce litre ont été écrites en langue portugaise par Marianne Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estramadure et l'Andalouzie; l'original est

(1) Tal é por exemplo a atitude do professor Paul Morillot, da Faculdade de Letras da Universidade de Grenoble, na grande *Histoire de la langue et de la littérature française*, dirigida por Petit de Juleville — tomo V, cap. X, pág. 555.

(2) Também Jaime Cortesão, no seu prefácio da edição das *Cartas* publicadas pelo *Anuário do Brasil*, encontra nelas portuguesismos, dizendo: «há frases obscuras, incoerentes ou artificiosas pela clara insuficiência do tradutor». E depois de citar como exemplo «*je te remercie dans le fonds de mon cœur, du desespoir...*», acrescenta com razão: «Necessário se torna que alguém com o conhecimento perfeito das duas línguas e da sua história, realize numa edição crítica o comentário filológico indispensável».

perdu et les recherches les plus exactes n'ont pu donner aucun renseignement satisfaisant à ce sujet. La traduction en est assez généralement attribuée à l'avocat Subligny; quoique écrite dans le dix-septième siècle, elle manque souvent de grâce, de naturel e même de correction; cependant telle est la vérité, la chaleur des sentiments dont elles sont remplies, qu'il est impossible de douter qu'elles n'aient été écrites par une aimante malheureuse, et qu'en les lisant, on ne suppose pas un seul instant que des choses si tendues (tendres?), si délicates, dites avec tant de négligence et d'abandon, aient pu sortir de l'imagination d'un auteur, quel'ingénieuse qu'on puisse se la figurer».

Segue-se uma referência à edição de Delance, de 1806, para a qual êle contribuíra com algumas anotações, e a informação a que já aludimos: «On doit à M. Boissonade la connaissance du nom de la Religieuse Portugaise», etc.

*

* *

Mas é nos argumentos de ordem histórica e topográfica que o artigo do prof. Green se abre mais à crítica. Em parte são repisados, em parte inteiramente descabidos, revelando mesmo no seu autor uma certa obstinação e cegueira.

Então Beja não fica, como diz a nota encontrada por Boissonade, entre a Extremadura — portuguesa — e a Andaluzia? Porque diz o Sr. Prof. Green que Luciano Cordeiro, traçando a genealogia da família Alcaforado, assentou em que «uma certa *Maria*» era

a *Mariana* das cartas? Acaso não consta dos termos de baptismo e de óbito o nome de Mariana? E não está igualmente justificada a expressão de Mariana à-cêrca da «mediocridade da sua condição», em relação à nobreza bem mais sólida de Chamilly? (1) E a explicação tão cabal de Luciano Cordeiro à-cêrca da varanda ou miradouro de Mértola — a que dava para as portas da cidade assim chamadas, por delas partir a estrada para aquela vila (2) — como pôde ela ficar incompreendida pelo ilustre articulista (3), que bastante cita o nosso meticoloso crítico, e alguma coisa o maltrata?

Julga o prof. Green que o anotador anónimo de Boissonade poderia ter tirado o nome de «Alcaforado» da tradução, ou melhor, adaptação, publicada também por Barbin, em 1771, duma das *Épanáforas* de D. Francisco Manuel de Melo, mas atribuindo-a a um tal D. Francisco «Alcaforado» (4); não será porém mais plausível supor que o próprio Barbin, sabendo ter a freira das cartas que pouco

(1) Salienta-o, por ex., António Sardinha, art. cit., pág. 174.

(2) L. Cordeiro, ob. cit., págs. 183 e segs., 203 e segs..

(3) Contudo o prof. Green, noutro ponto do seu artigo, citando como base a obra de Luciano Cordeiro, pág. 204, admite sem reparos (embora confundindo o que leu) a existência dum «portão (*gate*) conhecido pelo nome de *janello* (sic) de *Mertola*». (!)

(4) Suposto companheiro de Zarco na descoberta da ilha da Madeira. L. Cordeiro, ob. cit., pág. 22.

antes publicara o apelido de Alcaforado, e tratando-se, como diz o Sr. Green, duma «bogus translation», o aproveitasse ali para substituir o do primitivo autor?

A outra hipótese apresentada no mesmo artigo, a de que a indicação do nome de Alcaforado e da cidade de Beja teria sido fornecida ao anotador anónimo do exemplar de Boissonade por alguém conhecendo um pouco Portugal, talvez por qualquer oficial francês da época, seria bastante mais viável; mas como explicar, nesse caso, que Barbin tivesse chegado, independentemente (1), ao mesmo apelido para disfarçar D. Francisco Manuel de Melo? E se lhe juntarmos agora o aparecimento, justamente num convento de Beja, duma Mariana Alcaforado autêntica, e nas circunstâncias exigidas — não serão coincidências demais?

Quanto à possibilidade de se dar um tal caso de sedução nos conventos portugueses do tempo, que ao prof. Green custa a admitir, basta ler-se o decreto de 3 de Nov. de 1671 — cêrca de quatro anos posterior aos amores — reproduzido pelo Sr. Dr. Asdrubal de Aguiar no seu *Estudo sôbre a Religiosa Portuguesa*:... «por me ser presente o grande excesso, e demasia com que de algum tempo a esta parte se continua assi nesta Corte como no

(1) Porque, neste caso, se deve salientar que nem sequer os nomes de Chamilly e Guillaques apareceram primitivamente na sua edição: cf. pág. 49, supra.

Reyno, com notório escandalo, o trato e amizades illicitas com as Religiosas, violando huns sua clausura, com fim deshonesto, (de que ha poucos annos chegarão a publico alguns casos nos Juizos Ecclesiasticos e Seculares) e outros continuando nas grades dos Conventos com trato, e amizades indecentes...» O decreto renova e agrava, depois, para os casos de reincidência, as penalidades do de 1653, que eram de dois meses de prisão e oitenta mil réis de multa ⁽¹⁾.

Voltam-se contra o próprio articulista as suas injustíssimas palavras sôbre Luciano Cordeiro: «Realmente, com processos dêstes, a crítica deixa de ser um exercício da razão para se tornar num festim da fantasia».

Entusiasmado com as suas descobertas, o prof. Green perde decididamente, nesta parte do seu artigo, a serenidade do homem de sciência.

*
* *
*

Em resumo: os novos documentos do prof. Green não se nos afiguram de modo nenhum decisivos. O Privilégio apenas traz mais algumas probabilidades em favor dum Guilleragues — mas não necessariamente Guilleragues — como tradutor ou adaptador,

(1) Ob. cit., págs. 27 e 28.

contra Subigny; e as dúvidas de Guéret e M. de N., bem como a nova atribuição, tão somente corroboram que em certos espíritos existia a incerteza, o que já se sabia. É natural e humana a suspeita de inautenticidade, em casos como o sujeito; mas a tradição dos amores de Chamilly com a freira portuguesa manteve-se ininterruptamente, o que prova a sua força, e esta era tal que, segundo nos afirma Barbier, se fizeram «les recherches les plus exactes» em busca do paradeiro do original ⁽¹⁾.

Quanto a considerar as cartas como verdadeira e realmente do punho e do coração da nossa... «héroïne de roman», para algumas pessoas nem bastaria o aparecimento dos originais: seria ainda preciso que tivessem sido escritas perante duas testemunhas, e reconhecidas por um membro idóneo do notariado português, com o sêlo imperioso: *Suum cuique tuetur!*...

(1) V. a transcrição que damos da sua crítica das *Lettres portugaises*, a pág. 64, *supra*.

THE KILLING OF JULIUS CÆSAR
IN SHAKESPEARE'S TRAGEDY

THE KILLING OF JULIUS CÆSAR ⁽¹⁾
IN SHAKESPEARE'S TRAGEDY

The only stage direction in the First Folio about the assassination is

They stab Cæsar

About a score of lines below Brutus says:

... Stoope Romans, stoope,
And let us bathe our hands in *Cæsars* blood
Up to the Elbowes, and besmeare our Swords:

(III, i, 122-124).

(1) É o desenvolvimento de duas notas da nossa tradução da *Tragédia de Júlio César*. Destinava-se originalmente à *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, quando sobreveio a sua suspensão por falta de verba.

A little further on we hear from the mouth of Antony:

... those your Swords; made rich
With the most Noble blood of all this World.

(III, i, 178-179)

to which Brutus replies:

To you, our Swords have leaden points

Marke Anthony:

(III, i, 196).

In the second scene of the same act we read, in the oration of Brutus:

I have the same Dagger for my selfe, when it shall please my Country to need my death.

(III, ii, 48-50).

and in that of Antony:

I feare I wrong the Honourable men,
Whose Daggers have stabb'd *Caesar*: I do feare it.

(III, ii, 161-162).

Looke, in this place ran *Cassius* Dagger through:

(III, ii, 184).

Finally in Act V Antony and Octavius tax their rivals as follows:

Villains: you did not so, when your vile daggers
Hackt one another in the sides of *Caesar*: (V, i, 46-47).

... till another *Caesar*
Have added slaughter to the Sword of Traitors.

(V, i, 61-62).

while, later on, Cassius addresses himself to Pindarus in these terms:

... and with this good Sword
That ran through *Caesars* bowels, search this bosome.
Stand not to answer: Heere, take thou the Hilts,
And when my face is cover'd, as 'tis now,
Guide thou the Sword — *Caesar*, thou art reveng'd,
Even with the Sword that kill'd thee. (V, iii, 45-50)

which weapon also serves for the next suicide:

Come *Cassius* sword and finde *Titinius* hart.

(V, iii, 99)

From the passages here quoted ⁽¹⁾ a twofold question arises:

(1) Our quotations are from the 1st Folio, with some slight orthographical alterations, as introduced by several present-day editors of Shakespeare. The numbering of the lines also refers to the 1st Folio.

1) How was the deed acted in Shakespeare's time: with daggers, or with swords, or both?

2) Why do the conspirators, "besmear their swords" with Caesar's blood after the assassination, if committed *with those same swords*?

As regards the first question, we think we have, from the outset, to prove it legitimate. For we have seen how easily Shakespeare seems to interchange both terms, dagger and sword; and it may be easily held on literary grounds that one of them was taken in a general sense, the other particular weapon being implied all through by the writer.

Let us try, first of all, what results from taking those passages literally. Our conclusions will be the following:

Brutus stabbed with a dagger: he himself says it.

Cassius stabbed with a sword: he says so himself.

Antony, who was not present at the murder, believes, or has been told, that they killed Caesar with *daggers*, while he may know somehow that their swords are only bloody because they have just been "besmearing" them. He also believes, or has been told, that Cassius killed with a dagger.

And as to the reference of Octavius in act V a similar remark is to be applied: for he was even absent from Rome on the Ides of March.

We see in this way that the most important testimonies are obviously the first and the second, this latter receiving its corroboration from the

mouth of Titinius; and those testimonies are either antagonistic or they imply the simultaneous use of both weapons by the confederates.

One of the terms, however, may have been used in a general sense, as we have remarked. But which? If we take Brutus' word for it (as we ought in due homage to his historic and proverbial austerity), the assassination was committed with *daggers*. This would explain why the conspirators had to bathe their swords in Caesar's blood, and would also denote that Antony and Octavius had been well informed as to the weapons employed. It would, besides, be in accordance with the fact, pointed out by Verity, that "there was in England an old literary tradition that Caesar was killed with 'bodkins'; Chaucer, *Monkes Tale*, 716, and several of our old writers say that Caesar was slain with 'bodkins', and 'bodkin' is the word used for dagger in Hamlet, III, i, 76" (1). But Verity, at the same time, does not seem to be thinking here of our problem—the actual acting on the Shakespearean stage—since he refers himself in the same note to the historical facts about Caesar's assassination, by saying: "No doubt, each used a dagger (*pugio*) such as could be concealed under the *toga*, not a sword which would

(1) *The Pitt Press Shakespeare, Julius Caesar*, p. 124. But cf. his *Introduction*, p. xxxi ff.

be detected at once". This remark, which would apply to modern stage presentation, is not valid for the time of Shakespeare, when the thirst for "historical colouring" was still a thing to be.

Be it as it may as regards this last point, are we then to accept that, in this affair "Brutus *versus* Cassius" the first is right, and the second, in consequence speaks only figuratively about the weapon he used?

Looking at the matter more closely, we see that, on the contrary, if there is one passage in which a real sword is clearly meant, it is Cassius' death. Reporting ourselves to Shakespeare's chief source—North's rendering of the French translation by Amyot of Plutarch's *Parallel Lives*—we find in the *Life of Brutus* that Cassius "casting his cloke over his head, and holding out his bare necke unto *Pindarus*, gave him his head to be striken off", and that "the head was found severed from the body"—which means decapitation, and therefore excludes the use of a dagger. In Shakespeare's play, however, as everybody knows, there is no such thing: *Pindarus* only *holds and guides* the sword of Cassius; but this also points to the use of a sword, not of a dagger or poniard⁽¹⁾.

(1) Let us be allowed to recall that the now usually given stage direction "Pindarus stabs him" is from the *Cambridge* ed.. The first Folio has none; the other folios

This passage about Cassius' death seems to present so great a difficulty for admitting the exclusive use of daggers, that such an able and recent translator of Shakespeare's *Julius Caesar* as the French writer Louis de Grammont⁽¹⁾, while everywhere rendering "dagger" by "poignard" and "sword" by "arme"—i. e., taking "sword" in a general sense—in this passage is, most inconsistently, forced to translate this last word by "épée":

"Sois libre, mais de cette bonne épée, qui de *Caesar* fouilla le flanc..."

And we must call attention to the fact that M. de Grammont was writing an acting translation, that was presented at the Odéon; for, whatever may be said in defence of literary liberties, it is not to be denied that it would be incongruous for an actor to speak of a "sword" while holding a dagger before the whole audience.

Then one of the confederates at least, i. e., Cassius, must have stabbed Caesar, in Shakespeare's

have "Kills him", and so in Rowe. Capell has "Dies"; Pope, "Kills himself"; Collier III, "Cassius falls on his sword" (Furness's *New Variorum* ed., p. 260).

(1) Louis de Grammont—*Jules César, de William Shakespeare. Traduction intégrale. (Édition conforme aux représentations du théâtre de l'Odéon)*. Paris, 1907.

tragedy, with a sword. And, this being the case, are we to conclude, contrary to our first hypothesis, that all stabbed with swords, and that "dagger" is the word used in a general sense?

Two other factors, we think, are to be taken into account: Shakespeare's close adherence to North's Plutarch, and the well known fact that an Elizabethan costume was worn by players even in outlandish or historical plays⁽¹⁾.

(1) Cf., for instance, Wright (*Clarendon Press* ed., p. 105), who, commenting on the passage where Casca speaks about Caesar's "doublet", and though the word is in North's *Caesar*, says: «No doubt on the stage Julius Caesar appeared in doublet and hose, like an Englishman of Shakespeare's time»; Verity (op. cit., p. xxxi ff.; *Coriolanus*, p. xxiii ff.) who, after signalling that same passage in *J. C.*, and giving many other examples of "Elizabethan colouring" in Shakespeare's Roman plays, such as the mention of "doublets" among the spoils at Corioli, finishes by saying: "There was little incongruity, after all, in making Caesar wear a "doublet": the actor who took part would appear in one"; H. N. Hudson (*The New Hudson Sh., J. C.*, p. 26), who, writing still about I, ii, 286, says: "Shakespeare dresses his Romans like Elizabethan Englishmen"; etc..

As other hints of the fact that Shakespeare writes as if his Romans dressed like Elizabethans we find: "unbraided" (*J. C.*, I, iii, 56 and II, i, 290); broad-brimmed hats (II, i, 84); a "kerchief" (II, i, 347); a "pocket" (IV, iii, 156); a reference to "points", i. e., laces or tags used in fastening the costume (*Antony and Cleopatra*, III, iii, 156); etc.

In the *Life of Caesar* North employs everywhere "sword", but in the *Life of Brutus* the matter stands very differently: to Casca he gives a dagger, to the titular hero he once gives a dagger—when he leaves home for the Senate—and another time a sword—in the scene of the assassination—while to the conspirators in general he assigns as a rule swords, and in one passage, very expressly, swords *and* daggers. Now, as regards weapons, we find that the usual complement of the courtier's costume, in Shakespeare's time, was a rapier and a dagger. The use of the rapier was introduced early in the reign of Queen Elizabeth; there are several references to it in Shakespeare's works (although not in the Roman Plays, except in the doubtful *Titus Andronicus*), but in many plays the older kinds of swords are also mentioned, and that they were not altogether discarded by that time we infer, for instance, from an engraving of Swetnam's *School of Defence* (1617), which illustrates "a guard for the short sword and dagger to encounter against the long Rapier and Dagger"⁽¹⁾. So we find that either a rapier or a shorter sword, and a dagger, would have been worn by the actors on the stage, and in this way—the old "sword and buckler" being evidently out of question in a Senate session—

(1) Cf. *Shakespeare's England*, vol. I, pp. 131-2; vol. II, pp. 82 and 391-9.

we think we have to decide in favour of the simultaneous use of two weapons: some of the conspirators using their daggers, others their swords (1).

This, however, does not imply our denying that the words "dagger" or "sword" are sometimes used throughout the play, and especially in the mouth of Antony and Octavius, in a comprehensive sense — or else everybody in it would have always to say, like North, "swords and daggers". Only this, being ridiculous, is simply unthinkable from Shakespeare's poetic and dramatic taste.

Our conclusion is no doubt at first a little disconcerting, in face of historical truth and of a long stage practice in modern times — and only these are recorded. It would perhaps be easier to accept that the killing was done with swords — but our thesis,

(1) How precisely Shakespeare knew Plutarch's account of the murder, as given by North, comes out from V, i, 51-52

Whilst damned *Caska*, like a *Curre*, behinde
Strooke *Caesar* on the neck.

Casca's attitude seems to rule out the use of a sword, and 'dagger' is the word Shakespeare found in North's *Brutus*. In the same way the expression "hackt one another", some lines earlier (V, i, 46-47) seems also to correspond to North's *Brutus*: "Then the conspiratours thronging upon one another... so many swordes and daggers lighting upon one body, one of them hurt an other...".

we trust, is only the logical deduction of generally accepted data. And then comes in, in further support of our views, our second question: the besmearing of the swords.

This passage has puzzled several comentators, no one giving, we think, a satisfactory explanation. May it not substantially mean that there was in Shakespeare's time some staging difficulty for presenting bloody weapons after a simulated assassination, which difficulty was in this way overcome? Or was it that not all the actor-conspirators on the stage took part in the assassination; or that, in accordance with our previous hypothesis, some stabbed with daggers, others with swords, and the former subsequently bathed their untainted swords in *Caesar's* blood, because a sword would be a much more effective weapon to *wave over* one's head in the Market Place? (1)

It is not easy to decide upon this point, but if, as it is said, this graphic touch is often omitted in acting copies, the reason for the omission should

(1) "And waving our read Weapons o're our heads"... (*J. C.*, III, i, 126). Merivale (*A General History of Rome*, London, 1875, p. 380) has: The assassins now marched forth from the Curia, *brandishing their daggers*... But to "brandish" is not the same thing as to "wave over" one's head, which expression thus points to the use of the vocable "sword" in its proper sense, at least in this passage.

not be that its significance depends upon a hunting custom long obsolete ⁽¹⁾, but precisely that there seems to be no sensible purpose in besmearing with blood the weapons that, having served for an assassination, must already be bloody. It is probably the same reason that leads M. de Grammont and other translators to overlook altogether the words "and besmear our swords".

Finally we may ask ourselves how it was that Amyot, whom North closely follows (he has also "dagues" and "espees" and even "dagues et espees"), came to this confusion on the point. We think that the crux of the whole question lies in this.

Our Latin sources for the murder, when they mention the weapon used by the confederates, always speak of the Roman *pugio*, or poniard. So do Cicero ⁽²⁾—a personal witness—and Suetonius ⁽³⁾; but let us note, for future reference, that, in the latter, Caesar defends himself from "one of the Cascas" with a *graphium* or style. Iconography also supports it: we find at least a coin with the effigy of Brutus, bearing on the reverse

(1) Cf. M. Percy Simpson's account of Sir H. Beerbohn Tree's production of Julius Caesar, reproduced from Mark Hunter's edition in Furness's *Variorum*, p. 443.

(2) *Phil.*, 2, 12.

(3) *Caes.*, 82.

a *pileus* between two poniards, as well as an old statue of the same Brutus, a dagger in his hand ⁽¹⁾. These are the reasons why modern historians all speak as well of poniards as the arms employed in the assassination. At the same time a poet like Ovid may use a figurative language, speaking of *arma, enses, gladii* ⁽²⁾, but we cannot draw any historical inferences from poetry—although we may remember what a favourite he was with Shakespeare.

Now Greek historians give as a rule their ξίφος as the equivalent of the Latin *pugio*, and so did Plutarch everywhere when dealing with Caesar's murder. The ξίφος was a very short sword ⁽³⁾, and Plutarch surely meant by it, in those passages at least, a poniard and not a sword ⁽⁴⁾. But it seemingly happened that when, in later ages, Plutarch's *Lives* were rendered into Latin, his several translators did not understand his use of the word, and so it was that the primitive *pugio* became *gladius* through the Greek ξίφος. In the same way Amyot, whether

(1) Reproduced in Victor Duruy, *Histoire des Romains* (Paris, 1881), vol. III, pp. 426 and 418.

(2) *Metam.*, 15, VIII, 763, 776, 800-801 (ed. Nisard, Paris, 1850).

(3) Rich, *Dict. of Greek and Roman Ant.*

(4) In Bailly, *Dict. Grec-Français*, this passage of Plutarch's Brutus is especially pointed out as one in which ξίφος means precisely "poniard".

he translated directly from the Greek, as his countrymen pretend ⁽¹⁾, or used a Latin version, as others assume, always renders ξίφος by *espee*.

Another cause of confusion lies probably in the occasional use by Plutarch of the word ἐνχειρίδιον. This word has several meanings, among which those of a small, portable weapon, like a poniard, and of the handle of any object ⁽²⁾. Plutarch uses it in the *Life of Caesar*, in a passage that seems to correspond to that of Suetonius mentioned above; but in his *Life of Brutus* he clearly writes that Caesar laid hold of the hilt (λαβίη) of Casca's sword. And in this latter *Life*, Plutarch uses the word twice in connexion with the murder: Brutus leaves home for the Senate with a dagger girt under his clothes, and the conspirators, in the incident of Popilius Laena(s), fearing detection, grasp their poniards, or else the hilt of their swords, under their mantles.

Now Amyot translates ἐνχειρίδιον in the first of these passages by *espee*, in the second by *la main dont il tenoit sa dague*, and in the third, correctly, by *les manches de leurs espees*; but most probably it was this multiplicity of designations found in

(1) Cf. MacCallum, *Shakespeare's Roman Plays and their Background*, pp. ix and 127 ff..

(2) Bailly, *Dict. Grec-Latin*, s. v..

Latin writers, in Plutarch and in his translators that led him to write, in the crucial passage

& alors les coniuerez s'entrepessans les vns les autres pour l'affection qu'ils avoient de ne le point espargner, en frapant de tant de dagues & espees sur un seul corps... (1)

where the Chaeronean has simply

Οἱ δ'ἀφειδῶς ἀναπεπλεγμένοι πολλοῖς περὶ τὸ σῶμα κρούμενοι τοῖς ξίφεσιν ἀλλήλους ἐτίτρανον... (2)

From those *dagues et espees* North took his *swords and daggers*, and possibly Shakespeare the simultaneous use of both weapons in the scene of the assassination.

(1) Our quotations from Amyot are from the Paris ed. 1604.

In view of the possibility of Amyot's having had a Latin model for his "dagues & espees", we went through this passage in the Renaissance Latin translations we were able to come upon (Venice, 1491; Florence, 1517; Paris, 1520; Basel, 1531), but to no purpose.

(2) Ed. Döhner, Paris, 1857.

SOBRE O TÍTULO II DO NOBILÍARIO DO CONDE D. PEDRO

SOBRE O TÍTULO II DO NOBI-
LIÁRIO DO CONDE D. PEDRO (1)

De há muito se aponta o facto de que o Nobiliário do Conde de Barcelos contém, no seu Título II, a fantasiosa genealogia dos reis bretões da Inglaterra a partir de Bruto (2), bisneto de Eneas, para a

(1) Publicado originalmente em «A Águia», 3.ª série, n.ºs 11 e 12.

(2) O pretense epónimo dos bretões. A autoridade de Geoffrey com respeito a esta fabulosa origem dos bretões é Nennius na sua *Historia Brittonum* (circa 800), mas foi Geoffrey quem deu grande relêvo a esta nobilitação, preenchendo ousadamente — quer seguindo documentos hoje perdidos ou tradições não registadas em outra parte, quer, como mais correntemente se julga, dando largas à sua própria fantasia — a lacuna deixada por Nennius na genealogia real da Gran Bretanha entre Bruto e Júlio César, e apresentando esta completa até aos reis saxões.

Na parte não inteiramente efabulada as suas fontes principais são Gildas (séc. VI), Bede (séc. VIII) e ainda e sobretudo Nennius.

qual até hoje se não descobriu, no seu conjunto, origem mais remota que a célebre *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey of Monmouth, ou Galfridus Monumetensis — visto que a sua alegada fonte, no «*liber vetustissimus*» que lhe dera um hipotético arcediogo Walter ⁽¹⁾, nunca foi encontrada.

O problema de determinar os diferentes elos da cadeia que liga à *Historia Regum Britanniae* qualquer dos seus numerosos «descendentes» é tanto mais difícil quanto é certo que muitos dêles são compilações de várias fontes. Será possível encontrar para o Nobiliário pelo menos uma origem próxima?

A Dr.^a Elise Richter, no n.º 29 da revista *Englische Studien*, ano de 1901, pág. 208 e segs., acompanha uma tradução alemã da parte do Nobiliário relativa ao Rei Lear com uma breve nota em que afirma ser a versão do Nobiliário dependente

(1) A maior parte dos especialistas modernos nega a existência do *liber* bretão; no séc. XII era convenção corrente alegar para qualquer trabalho uma *fonte* fictícia. Outros pretendem que se trata justamente de uma ironia de Geoffrey para com os que o faziam. Em tempos confundiu-se o arcediogo Walter com Walter Map, mas este mal teria 12 anos quando Geoffrey morreu. Cf. Fletcher *The Arthurian Material in the Chronicles* (Harvard Studies and Notes, 1906) pág. 54, nota 3.^a, e Lewis Jones, *King Arthur in History and Legend* (Cambridge Manuals) pág. 46.

do chamado *Münchener Brut* ⁽¹⁾, que é um fragmento de uma tradução francesa, em verso, da obra de Geoffrey, como o é a *Geste des Bretons* de Wace. Esta tese porém não encontrou nenhum eco, sendo em especial rebatida em poucas palavras por Wilfrid Perrett no seu livro exaustivo *The Story of King Lear from Geoffrey of Monmouth to Shakespeare* ⁽²⁾.

A eminente romanista D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pelo seu lado, admite como provável derivar esta parte do Livro das Linhagens de alguma *Crónica General* castelhana, ainda inédita ⁽³⁾.

Wilfrid Perrett, na obra há pouco citada, julga, sem dar grandes razões ⁽⁴⁾, que o conde D. Pedro compilou o seu livro de muitas obras, incluindo a de Geoffrey.

(1) *Der Münchener Brut*, ed. Hofmann and Volmöl-ler, Halle 1877. O epíteto provém de ter sido encontrado em Munich, na Hof und Staatsbibliothek. Gröber (*Grundriss*, II, i, 473) inclina-se a que se trata de um fragmento da *Estorie des Bretons*, de Gaimar, que se sabe ter sido escrita, mas nunca foi encontrada com essa atribuição explícita. Alguns supõem-na a tradução de uma compilação de Geoffrey e outros.

(2) *Palaestra*, XXXV, (1904).

(3) *Revista Lusitana*, vol. VIII, pág. 221.

(4) Que D. Pedro tenha coligido para o seu livro de diversas fontes, achamos possível; que êle se tenha servido directamente da *História* de Geoffrey, parece-nos mais difícil de provar.

Finalmente num artigo recente da *Modern Language Review* ⁽¹⁾ o Sr. William Entwistle, professor de língua espanhola na Escola de Comércio e Administração anexa à Universidade de Manchester, chega à conclusão de que o texto de D. Pedro é «demasiado breve para nos facultar indicações sôbre se entre êle e o livro de Geoffrey houve versões intermediárias, sendo preferível admitir que D. Pedro se serviu directamente do livro latino a permitirmos qualquer hipótese arriscada» ⁽²⁾.

Note-se ainda que o Sr. Entwistle reconhece certas semelhanças particulares do Nobiliário, na passagem relativa à morte do rei Artur, com a célebre *Morte d'Arthur*, de Malory, e com o poema medieval inglês *Le Morte Arthur* (o estrófico e não o aliterativo), para os quais aponta como fonte, citando Sommer, a compilação francesa, em prosa, a que

(1) Outubro, 1922. *Geoffrey of Monmouth and Spanish Literature*, págs. 381-391. Protestamos contra o título. E mau sestro dos escritores estrangeiros incluírem sob o rótulo «Espanha» apreciações acêrca de coisas nossas; trata-se, bem sabemos, de uma designação geográfica aplicada à península, mas «Espanha» é também e principalmente o nome de uma unidade política — a que não pertencemos historicamente. Muito gostaríamos de ver sempre desdobrada a designação em «Espanha e Portugal». Deve porém dizer-se que no texto do artigo o Sr. Entwistle faz a necessária destrinça.

(2) Loc. cit., págs. 387-88.

êste deu o nome de *Suite de Lancelot* ⁽¹⁾. Portanto, pelo menos neste ponto, o Sr. Entwistle admite para o *Livro das Linhagens* um intermediário francês: mas, nesse caso, porque recusar-se tão categoricamente a admitir, para o resto do seu *Título II*, outro original que não Geoffrey?

*
* *

Não podemos deixar de concordar com o Sr. Entwistle em que será bastante difícil determinar com precisão para o Nobiliário uma ou várias fontes — e isto sobretudo a quem se encontra longe das grandes bibliotecas francesas e inglesas, onde, além

(1) J. M. Bruce (*The Evolution of Arthurian Romance*, I, 447, nota 12) acha impróprio o nome proposto por Sommer, e diz que essa versão é «obviamente um simples extracto (com variantes de somenos importância) da vulgata do *Lancelot* francês em prosa, V, 105-409». Mas, por outro lado, da exposição de Bruce (ob. cit., pág. 448) depreende-se que na chamada *Suite de Lancelot* se baseam tão somente os capítulos XI e XIII de Malory, enquanto os capítulos XVIII, XX e XXI dependeriam ainda duma outra fonte, essa hoje perdida, e comum também ao poema *Le Morte Arthur*.

Portanto o capítulo XXI de Malory — o que nos interessa — não derivaria, ao que parece, da *Suite de Lancelot*. Como não conseguimos alcançar a edição de Malory de H. O. Sommer, não sabemos onde reside o engano da citação do Sr. Entwistle.

das colecções de revistas, de obras sôbre o assunto, e de tôdas as reedições, se encontram tantos manuscritos ainda inéditos de versões intermédias, que grande luz podem certamente lançar sôbre este problema. Entretanto parece-nos exagerado não admitir que uma versão francesa, pelo menos, e muito provavelmente uma versão espanhola, tenham existido entre Geoffrey e D. Pedro.

Mesmo cingindo-nos, na falta dos documentos originaes — manuscritos ou suas edições impressas, antigas ou modernas — às análises sôbre elles feitas por autores hodiernos, salta logo à vista um certo número de particularidades em que o *Livro das Linhagens* concorda, não com a *Historia Regum Britanniae*, mas com versões intermédias. E assim que os maridos das irmãs de Cordelia são em D. Pedro um *rei* e um *duque*, tal como em Wace e nos que o seguem ⁽¹⁾; a morte de Cordelia é perfeitamente idêntica no Nobiliário e no *Polychronicon* de Higden: naquêlê lê-se que os sobrinhos a prenderam «meteromna em hum carçer, e ali a fizeram

(1) Cf. Perrett, ob. cit., págs. 54 e 162-165. Mas discordamos dêste autor quanto à importância de estarem trocados, como aparentemente em Geoffrey, os maridos de Goneril e Regan, tanto mais que as suas respostas a Lear também estão trocadas, facto que ainda não vimos apontado nem acêrca do Nobiliário nem de qualquer outra versão, e constitui assim talvez mais uma das singularidades daquelle quanto à história do rei Lear, a acrescentar às que Perrett lhe attribui.

morrer» — neste, «incarcaverunt et usque ad mortem affligerunt ⁽¹⁾»; as profecias de Merlin são omitidas, excepto as sôbre Vortigern — como em Wace e seguidores — embora estas, aqui, sejam attribuídas a um «profeta em Jerusalém ⁽²⁾»; o pormenor de Artur ser designadamente ferido por Mordred agrupa o Nobiliário com as versões que neste passo acompanham o *Lancelot* francês em prosa ⁽³⁾; a crença bretã na sobrevivência de Artur é primeiro expressa por Wace ⁽⁴⁾ e as palavras finais do Nobiliário a respeito do Rei Artur, onde essa crença se inclui, bem como uma referência a Merlin, são similares às de Wace e seus dependentes; o *Título II* termina no mesmo ponto que em Wace, substituída à conclusão de Geoffrey outra conclusão, etc., etc.

Algumas das últimas concordâncias coligem-se do próprio artigo do Sr. Entwistle, que no entanto só duas delas expressamente aponta, parecendo não ter reparado na presença das profecias sôbre Vortigern — como aliás também não viu tudo o que respeita a filiação de Galuam: se na passagem que nota é dado como *filho* de Artur, decerto por êrro de cópia, mais acima é apresentado como filho de

(1) Id., *ibid.*, págs. 54 e 241.

(2) Id., *ibid.*, pág. 136; *Portugalia Monumenta Historica, Scriptorum*, vol. II, pág. 242.

(3) Cf. Fletcher, ob. cit., pág. 230; Bruce, ob. cit., vol. II, pág. 378.

(4) Fletcher, ob. cit., pág. 100.

Loth e *Elena*, o nome aqui attribuído, em vez do de Ana, à irmã de Arthur (confundindo Galvão com seu pai, que o *Brut* francês em prosa apresenta como filho de *Elyn*?)

*

* *

Mas a maior proximidade de D. Pedro, no conjunto, em relação a Wace do que a Geoffrey pode ver-se de maneira mais directa. Colocando lado a lado os textos de D. Pedro, de Wace e de Geoffrey, traduzidos estes para português por conveniência de comparação, essa maior proximidade ressalta nitidamente, mesmo apesar de o Nobiliário resumir tanto. Tomemos, por exemplo, o trecho relativo ao segundo Constantino :

D. PEDRO

(Este rrey Aldroen... enviou seu irmão que auia nome Costantim e seus vassallos. E elles foram hi todos de booa vomtade com seu poder).

Quando souberom os das terras que eram escondudos per as montanhas e per os booscros achegaromsse todos e acompanharom todos com elles; e todos em sembra se foram combater com estes rreys pagaãos e vence-romnos e deitaromnos fora da terra.

Quando esto ouuerom feito veerom assy rresteter e comqueromno aquel rrey Costantim irmão delrrey Androen, e deromlhe molher de gram linhagem dos romaãos e foy senhor da terra. Este rrey Costantim ouue

tres filhos de sa molher, o mayor ouue nome Constant e fezeromno criar a Vinçester em huuma mongia e fezeromno monge, e o outro ouue nome Aurelius Canbrosius, o meor ouue nome Vterpamdregom. Costantim seu padre delles rreynou doze annos, e depois matouo huum seu vassallo a traíçom, que o tirou a departe a fallar e deulhe huuma cuytellada.

WACE (1)

Constantino veio ter a Totnes, e com ele muitos valerosos cavaleiros — nem um só que não fôsse digno de ser rei. O exercito poz-se em marcha para Londres, e enviou mensagens para toda a parte chamando em seu auxilio os Bretões, que até ali eram demasiado receiosos para sair dos seus retiros secretos. Quando os Bretões ouviram estas noticias, caíram, em chuva cerrada, das florestas e da montanha e apresentaram-se ao exercito em bandos e magotes. Para encurtar razões, tanto avançaram e praticaram tais feitos que por fim desbarataram essa gente funesta que tinha causado ao pais tão grande dano. Depois disto reuniram grandes côrtes em Cirencester, convocando para elas todos os senhores e barões do reino. Aí escolheram Constantino para rei, sem mais tardança, e sem que ninguem se atrevesse a recusa-lo. Assim, quando o instituíram rei, collocaram-lhe a corôa na cabeça com maravilhosa alegria e reconheceram-se por seus vassallos. Depois, por conselho deles, Constantino tomou por mulher uma dama que descendia de nobre sangue romano. Dela teve

(1) Não tendo conseguido obter a única edição impressa desta obra, a de Le Roux de Lincy, 2 vols., Rouen, 1836-1838, traduzimos esta passagem de uma versão inglesa (Masson, *Arthurian Chronicles*, Everyman).

três filhos. O mais velho — a quem o rei chamou Constant — ordenou que fosse criado em Winchester e aí o mandou educar para monge. O segundo filho chamava-se Aurelius, de sobrenome Ambrosius. Por último nasceu Uther, aquele cujos dias mais longos foram. Estes dois foram entregues à tutela do arcebispo Gosselyn.

Enquanto Constantino viveu o reino teve descanso e paz; mas morreu antes de chegar o seu tempo, porque reinou só doze curtos anos. Havia um certo Picto entre os de sua casa, um falso traidor que durante muito tempo estivera com ele. Não sei dizer a razão por que tinha ao rei um odio assim mortal. Este Picto chamou o rei de parte para um pomar, como se tivesse que lhe falar de algum assunto secreto. O rei não pensava em guardar-se deste falso traidor, que enquanto fingia falar ao ouvido do seu senhor, puchou duma faca e o feriu com tal manha que ele morreu.

GEOFFREY (1)

Quando terminaram todos os preparativos necessários, embarcaram e chegaram ao porto de Totness; e então sem demora reüniram o que ficara da mocidade da ilha, atacaram o inimigo e sobre ele obtiveram vitoria, pelos meritos do santo prelado. Depois disto, os Bretões que estavam dispersos vieram acorrendo de toda a parte e numas côrtes em Silchester elevaram Constantino ao trono e aí cumpriram a cerimonia da sua coroação. Deram-lhe ainda por mulher uma dama que descendia duma nobre familia romana, que o arcebispo Guethelin

(1) Não tendo conseguido obter nenhuma das edições de Geoffrey — das quais a mais considerada é a de San-Marte (A. Schulz), Halle, 1844 — traduzimos esta passagem da versão inglesa in *Six Old English Cronicles*, ed. Giles.

educara e da qual o rei teve depois três filhos Constans, Aurelius Ambrosius e Uther Pendragon. A Constans, que era o mais velho, mandou-o para a igreja de Amphibalus em Winchester para ser admitido como monge. Mas os outros dois, a saber, Aurelius e Uther, confiou-os ao cuidado de Guethelin para os educar. Por fim, depois de expirados dez anos, veio um certo Picto, que entrara para o seu serviço, e, sob o pretexto de ter uma conversação particular com ele, num viveiro de arvores novas onde não estava mais ninguem, matou-o com uma faca.

Como se vê, entre D. Pedro e Wace ha coïncidências verbais, como a da menção dos «booscos e montanhas», de ideias, como a de que os bretões estavam «escondudos», e na ordem da narrativa, que não se dão entre o primeiro e Geoffrey — embora haja sempre entre todos as que resultam de se tratar do mesmo assunto. O número de anos que Constantino reina também está em concordância com os 12 de Wace, ao passo que o «Monumetense» tem 10.

E, a seguir ao trecho acima reproduzido, em D. Pedro são «*todos os homens bons e ricos homens da terra*» que se reünem para escolher rei — em Wace o reino *inteiro* — em Geoffrey diz-se apenas que houve dissentimento entre a nobreza; no Nobiliário apresenta-se-nos expressamente Vrtigar falando no conselho dos barões em favor de Constant, como em Wace, etc., etc.

É claro que em alguns pontos, como, por exemplo, nas duas datas citadas pelo articulista, o *Livro das Linhagens* estará mais próximo de Geoffrey,

enquanto noutros diverge de ambos, como em dizer que Vortigern chamou em seu auxílio os *saisinis* (saxões) — versão que vem, em última análise, de Gildas e Bede, mas que parece apontar para alguma crónica medieval em latim como fonte ⁽¹⁾; em colocar o assassinato de Constant depois do massacre dos chefes bretões — que é organizado pelo próprio Vrtigar — o qual também só depois casa com Renem (Rowen), etc. Mas nós pretendemos sobretudo mostrar como D. Pedro, em bastantes passos, está mais próximo de Wace do que de Geoffrey ⁽²⁾ — donde se vê que não podemos deixar de admitir, embora o Sr. Entwistle o considere «arriscado», a existência de intermediários entre o Nobiliário e a *Historia Regum Britanniae*.

*

* *

Estamos confiados em que uma análise mais minuciosa e sistemática não infirmará estas impressões, e constatamos que o Sr. Entwistle, a propósito da «romanização» dos nomes próprios em D. Pedro, compara êstes não aos de Geoffrey mas aos da

(1) V. Fletcher, ob. cit., págs. 179-180.

(2) Uma divergência importante entre D. Pedro e Wace é a falta de menção, pelo primeiro, da Tavola Redonda. Mas é preciso não esquecer que o relato do Nobiliário é muito resumido.

Geste des Bretons. E não só o livro de Wace foi decerto um dos elos, e bastante importante, do encadeamento *Historia Regum Britanniae* — *Livro das Linhagens*, mas ainda, como já dissemos, nos parece também muito para considerar a hipótese de uma versão espanhola intermédia: formas como o rio «Homem» (Humber-hombre) parecem indicá-lo ⁽¹⁾, do mesmo modo que formas como «Verdescut» e «Preteeli», por exemplo, sugerem uma origem francesa mais remota. Também D. Carolina Michaëlis (*Rev. Lus.*, VI, pág. 8) aponta certos indícios duma tal origem, como *duc*, *Saisnes* (na ed. acad. *Saisinis*) e Sansonha, forma nasalizada de Saxónia (do francês *Sassonie*, *Sassoigne*, *Saissogne*, *Sessoigne*), enquanto a deturpação *Tostia* por *Scotia* não a explica ela referindo-a a *Escoce*, como faz o Sr. Entwistle (que também aqui nos envia para Wace, l. 1886), mas ao francês antigo *Escocie*, tal como se encontra no *Brut* de Munich, l. 2113, (*Rev. Lus.*, VIII, pág. 221).

Para um estudo cabal do problema das fontes do Nobiliário — estudo que porventura poderia ainda levar

(1) V. o artigo do prof. Entwistle, [pág. 378. Devido à decadência paleográfica que se faz sentir no Nobiliário, *Humbert* tornou-se *Imbereth*, e dêste modo o autor, para ligar a êste nome o do rio *Humber* ou *Hombre*, explica: «E por aquele homem que hi morreo ouve nome Agua-homem». Mas é curioso que a forma *Hombre* já vem de francês, encontrando-se por exemplo bastantes vezes na Vulgata francesa (H. Oskar Sommer, *The Vulgate Version of Arthurian Romances*: v. no índice geral, s. v. *Hombre*).

apenas a conclusões precárias, — seria necessário percorrer ⁽¹⁾ as inúmeras crónicas latinas em prosa e verso, muitas editadas modernamente na grande serie do Master of the Rolls (Guarda-mór dos Arquivos); os manuais de história inglesa, em francês, inglês ou latim, para uso das famílias nobres, muito resumidos como o *Livro das Linhagens* ⁽²⁾; os variados manuscritos do *Brut* francês em prosa, etc., etc.. Em dois dêstes últimos, apontados por Perrett (ob. cit., pág. 60), Cordélia também é morta pelos sobrinhos, como no *Polycronicon* de Higden; e, segundo o mesmo Perrett, há amplas provas de que esta

(1) O códice conhecido ha séculos pelo nome de Livro do Conde D. Pedro «pertence a mui diversas épocas e mui diversos autores, lendo-se aí passagens que evidentemente foram inscritas com um século de intervalo». O Conde de Barcelos «seria apenas um dos muitos.» «Seria um único autor que fecharia, não linhagens obscuras, mas sucessões reais, não de países remotos, mas das diversas monarchias de Hespanha, umas no princípio do sec. XIII outras nos fins do seculo XIV?» (Palavras de Herculano na sua *Memória sobre a origem provavel dos Livros de Linhagens*, reproduzidas em *Por. Mon. Hist., Scriptores*, vol. I. pág. 142).

Dêste modo, e embora o *Tít. II* tenha decerto probabilidade de vir desde o texto primitivo, esta mesma incerteza de data dá uma certa latitude para a investigação de fontes. O manuscrito actual é do punho de Gaspar Álvaro de Louzada Machado, 1554-1634, (Aubrey Bell, *Portuguese Literature*, pág. 62, nota 3) e guarda-se ainda na Torre do Tombo.

(2) Perrett, ob. cit. pág. 212.

versão depende em geral de Wace. É esta igualmente a opinião categórica de Friedrich Brie, in *Geschicht und Quellen der mittelenglischen Prosacronik «The Brute of England»*, págs. 38-39, embora acrescenta que essa dependência não é exclusiva; mas a êste respeito fala-nos ainda Brie na possibilidade da utilização pelo autor do *Brut* francês em prosa dum manuscrito de Wace diferente do que seguiu Le Roux de Lincy para a sua edição moderna. Ora talvez nalgum dêstes manuscritos se encontrasse dêste modo a chave do enigma do Nobiliário.

Seja como fôr, a abundância das versões a consultar pode bem avaliar-se percorrendo o livro citado, *The Arthurian Material in the Cronicles*; mas como realizar cabalmente tais investigações sem sair do país — se nem conseguimos encontrar entre nós as edições modernas de Geoffrey e de Wace, que datam dos meados do séc. XIX?

A William Entwistle, cujo artigo é bastante interessante sob vários pontos de vista, devemos reconhecimento por ter chamado de novo a atenção para o Nobiliário; e ousamos manifestar a esperança de que em breve alguma cousa se avançará — a despeito da baralhada de factos que por vezes se observa na narrativa, e que é quasi tão completa como a deformação dos nomes próprios — no estudo do seu *pedigree* quanto ao célebre *Título II*.

NOTA COMPLEMENTAR

Um livro do Sr. William Entwistle e uma modificação da sua tese

Logo depois da publicação, na revista *A Águia*, deste nosso artigo — reproduzido aqui com pequenas modificações e adições que nada o alteram na sua essência — enviámo-lo à *Modern Language Review*, confiado em que seria mostrado ao autor do estudo a que êle se referia. Estamos, porém, convencidos de que o Sr. Entwistle o não viu, pelos motivos que passamos a expor.

Em 1925, o Sr. Entwistle (actualmente professor da Fac. de Letras da Univ. de Glasgow) publicou um livro bastante desenvolvido sobre *The Arthurian Legend in the Literatures of the Spanish Peninsula*, em que, suprimindo, quanto ao Nobiliário, grande parte das suas considerações da *Modern Language Review*, e em particular as referências a Wace, dá uma nova modalidade à sua tese. A páginas 40 confessa-nos, com efeito, que «evidentemente o original do autor do *Titulo II* do Nobiliário não foi um texto latino, mas um manuscrito nalguma língua românica»; e uma das razões para lhe supor uma origem espanhola é justamente a existência daquela explicação do nome do rio Homem, acima referida. Mas no seu artigo da *M. L. R.* o Prof. Entwistle não se atrevera ainda a afirmá-lo, dizendo apenas «que o autor recorreu à etimologia popular» para estabelecer a conexão entre *Imbereth* e *Hombre-Homen*.

Esta modificação da tese do Prof. Entwistle já decerto bastante representa, mas nem por isso as palavras do nosso artigo deixam de aplicar-se-lhe, como vamos ver. É que, se o autor reconhece, com efeito, ser o Nobiliário fundado num modelo espanhol, nem por isso deseja renunciar por

completo às suas anteriores afirmações: as palavras do seu primeiro artigo passam simplesmente a aplicar-se a essa fonte espanhola, aliás hipotética, sendo esta agora, portanto, que se basearia directamente na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey, e, apenas numa fracção insignificante, na *Suite de Lancelot* (?) (cf. a nossa nota a págs. 95 supra). Ora nós mostramos no artigo acima que o *Livro das Linhagens* tem certas concordâncias particulares com outros autores, como o *Polycronicon* de Higden, o *Brut* francês em prosa, a *Vulgata do Lancelot*, e sobretudo a *Geste des Bretons* de Wace — e não desenvolvemos mais as nossas considerações tão somente pela falta absoluta no país do material bibliográfico imprescindível. Portanto, ainda que o *Titulo II* do Nobiliário se baseie exclusivamente num original espanhol — o que não está de modo algum provado — esse original espanhol é que não pode ter tido como único antecedente a *Historia Regum Britanniae*.

Vejamos no entanto rapidamente as razões que tem o Prof. Entwistle para supor que o manuscrito em língua românica, origem do Nobiliário, derivava directamente de Geoffrey.

As duas primeiras, de ordem geral e bastante vagas, são as de que a *Historia* de Geoffrey tinha foros de livro sério, de «autoridade», e a de que era mais facilmente compreensível por estar em latim. As razões seguintes são de ordem histórica.

O Prof. Entwistle discorda de D. Carolina Michaélis de Vasconcelos na sua presunção de que o gosto pela «matéria de Bretanha» teria sido trazido para Portugal por D. Afonso III. Mas é preferível cita-la por completo, como o Prof. Entwistle igualmente o faz: «E como as redacções francesas [do *Tristan*, em prosa] datam, a primeira de 1210 a 1220, e a segunda de 1230, não seria de modo algum impossível que o Bolonhês e os que com ele assistiram em França — o mais tardar de 1238 a 1245 — aí se

afeiçoassem, não só genero das pastorélas e balletas, mas também às últimas novidades em prosa sôbre *matière de Bretagne*—predilecção que, propagando-se, devia mais tarde ou mais cedo, creio que na mocidade de D. Denis, conduzir à nacionalização dos textos francezes.» (*Rev. Lusitana*, vol. VI, pág. 27).

Ora o Prof. Entwistle procura, por um lado, apontar novos medianeiros possíveis para a transmissão, indicando por exemplo, numerosos ingleses que estiveram na Península; por outro, apresentar uma referência peninsular, senão anterior, pelo menos contemporânea à da composição dos ciclos francezes em prosa. Essa referência encontra-a na bem conhecida entrada dos *Annales Tolédanos Primeros*, encerrados em 1219—: «Lidio el rey Zitus com Mordret su sobrino en Camblenc. Era DLXXX». E esta data representa a de Geoffrey, 542, transferida para a era Juliana; entretanto a mesma data encontra-se deturpada já em Wace.

Fundando-se pois, em primeiro lugar, na existência desta entrada nos *Anais*, redigidos na côrte de Enrique II de Castela, e, em seguida, e principalmente, na assunção de que por várias secções da *Grande e General Estoria*, a vasta compilação dirigida por Afonso X de Castela, se encontra distribuida uma tradução literal de Geoffrey—o que se poderá verificar em breve, visto estar annunciada a sua edição por Solalinde—conclui pela hipótese de que a introdutora da *Historia Regum Britanniae* na Península foi Leonor de Inglaterra, casada com Afonso VIII de Castela, mãe de Enrique I e bisavô de Afonso X; sendo um dos motivos principais desta sua convicção o facto de ter sido dedicada a Henrique II, pai da mesma Leonor de Inglaterra, a terceira edição da obra de Geoffrey.

Esta parte da tese do Prof. Entwistle interessa-nos menos directamente, e por isso não a discutiremos, só lhe fazendo, de passagem, duas objecções. Não será estranho que «devendo o escriba [dos *Anais*] ter tido eviden-

temente diante de si uma cópia da própria *História* de Geoffrey», o grande interêsse que decerto o moveu a registar uma entrada relativa ao já famoso rei Artur o não impedisse de lhe deformar o nome para «Zitus»? E, pelo que respeita à importância da dedicatória de Geoffrey, não foi acaso também dedicada a Leonor de Aquitania, isto é, à mãe da mesma Leonor de Inglaterra, o *Brut* de Wace?

Quanto pròpriamente ao Nobiliário, o Prof. Entwistle relaciona também a sua derivação da *História* de Geoffrey com o aliás afastado parentesco entre D. Pedro e Afonso o Sábio e Leonor de Inglaterra: o livro do Monumetense teria sido apreciado e acarinhado através de várias gerações como um tesouro de familia. O argumento parece-nos bastante fraco, sobretudo quando aplicado ao bastardo de D. Dinis, sôbre quem as influências francezas devem ter sido grandes; mas trata-se além disso, de certo modo, duma petição de principio, porquanto o Prof. Entwistle, por outro lado, invoca justamente essa pretensa filiação directa do Nobiliário em Geoffrey como um dos argumentos para demonstrar que êste, e a matéria de Bretanha, entraram na Península por via de Leonor de Inglaterra.

Resta-nos pois como única prova concreta de que o Nobiliário se baseia na *História* o facto de duas datas, a da última batalha de Artur e a da morte de Cadwallader (e esta mesma com um pequeno desvio, aliás fácil de explicar), conferirem com as do Monumetense; mas deve-se ainda aqui notar que o articulista entende que o autor da fonte espanhola (perdida) do Nobiliário, seguindo a *Suite du Lancelot* na parte relativa à morte do rei Artur, recorreu no entanto a Geoffrey para a data da batalha de Camlan. Ora as mesmas razões nos assistiriam para admitir que o autor do *Livro das Linhagens* se pode ter baseado em Wace, ou nalguma compilação dêle dependente, para o resto do *Título II*, recorrendo à *História* para a outra

data. Isto é, o facto de as datas concordarem com as de Geoffrey bem pouco prova quanto à generalidade do texto; e ainda faltaria averiguar com precisão se não existem versões posteriores a Geoffrey cujas datas confirmam também com as dêle.

As razões do Prof. Entwistle para manter a sua tese da origem do Nobiliário em Geoffrey, agora atravez dum modelo espanhol perdido, afiguram-se-nos pois demasiado vagas e evanescentes, faltando sobretudo uma comparação, passo a passo, dos dois textos. Esta esboçamo-la nós no artigo acima, e apesar de ela ser apenas parcial e incompletíssima, devido à falta de bibliografia, as nossas considerações de que Wace, pelo menos, foi um dos elos da cadeia Geoffrey—D. Pedro continuam, como dissemos, inteiramente de pé. É verdade que o próprio Sr. Entwistle começa o capitulo em que se ocupa especialmente dêstes assuntos pela restrição de que «os nossos conhecimentos nos não autorizam talvez a integrar todo o corpo de literatura Arturiana em Espanha e Portugal no âmbito duma teoria única», acrescentando que «para o fazer precisaríamos de extrair dos textos todas as particularidades da sua origem, autoria e história, e os textos estão longe de confiar os seus segredos ao primeiro investigador». Eis-nos inteiramente de acôrdo.

O EXEMPLAR DE CHAUCER DA BIBLIOTECA DO PÔRTO

O EXEMPLAR DE CHAUCER
DA BIBLIOTECA DO PÔRTO ⁽¹⁾

Entre os livros apartados, pela sua antigüidade e raridade, na Biblioteca Municipal do Pôrto, figura um exemplar de uma edição das obras de Chaucer. É um exemplar truncado; àcêrca dêle resa o catálogo textualmente (salvo apenas quanto à ortografia do português, que actualizamos):

«Chaucer (Geoffrey): — The Caunterburie tales. (Seguido de) «The Romaunt of the Rose». E outras poesias, principalmente Baladas; e também a tradução inglesa de «Boecius: de consolatione.»

«Edição in fólio, *gótico*, a 2 colunas, do meado do século XVIº. (falta o último ou últimos fólhos em

(1) Publicado na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto*, n.ºs 3 e 4.

que se achava o Colofão). Existem 375 fólhos, tendo o último dêles o reclamo *How*.»

«O frontespício dos *Canterbury tales* e do Romance da Rosa são formados por uma estampa a traço (a mesma em ambos) contendo os retratos de todos os personagens das casas rivais (York e Lancaster) «a rosa branca e a rosa vermelha», figurando ramos de dois troncos opostos que saém dos cantos inferiores da estampa, e se reünem no cimo simbolizando o enlace das ditas casas e terminando pelo fruto dêsse enlace — O rei Henrique VIII (a quem provavelmente era dedicada a edição).»

«Como contém o *Plowman's tale* é evidentemente posterior a 1542.» (1)

Do facto de só aparecer registado no suplemento vê-se, à parte quaisquer conclusões sobre a data da sua aquisição (v. i.), que a inscrição se deve ao insigne bibliotecário Dr. Eduardo Augusto Allen, de ascendência inglesa.

Com o auxílio do excelente e exaustivo trabalho da Dr.^a Eleanor Prescott Hammond, intitulado «*Chaucer, a Bibliographical Manual*», facilmente identificamos a edição. Foram numerosas as impressões antigas de Chaucer, de obras isoladas ou coligidas, desde a primeira publicação dos Contos de Cantuária pelo célebre Caxton, talvez em 1478. Das edições

(1) Suplemento geral ao catálogo, fascículo 2.^o, *Obras acrescidas*, pág. 213.

de obras coligidas a primeira é a de *Pynson*, de 1526, a segunda de *Thynne*, 1532, a terceira e quarta do mesmo, de 1542 e sem data, respectivamente, e a quinta a de *Stow*, de 1561. É a esta que pertence o exemplar da Biblioteca do Pôrto.

É curioso que Allen, tendo dado a notícia que transcrevemos, e sem nada lhe acrescentar em uma primeira referência da *Tábua sinóptica* final — VIII, *Literatura e Poligrafia*, § 2.^o, *Literatura inventiva*, pág. 235 — no § 4.^o, *Bibliografia, Paleografia*, etc., e só aí (pág. 236), acrescenta à menção do livro, entre parêntesis, a pergunta: (*de 1561?*).

Vê-se pois quão perto da verdade êle andou. Quanto à sua referência ao *Plowman's tale*, aparece de facto (o de autor desconhecido) publicado em 1542 na segunda edição de *Thynne*, atribuído a Chaucer; porém já fôra impresso isoladamente, sem data, mas, segundo Skeat, *circa* 1532-35.

Da edição de *Stow* fizeram-se duas tiragens que mostram entre si pequena diferença. A primeira tem no Prólogo dos contos 26 gravuras em madeira representando vários dos peregrinos, as quais já tinham sido empregadas por *Pynson*; como o exemplar da Biblioteca as não apresenta, pertence claramente à segunda impressão, onde elas faltam. Quanto pròpriamente à identificação da edição, não oferece ela dúvida alguma. Bastavam as gravuras figurando a ascendência de Henrique VIII para nos elucidar; conferimos no entanto minuciosamente tôdas as indicações de Hammond, sem encontrar discrepância. Em par-

ticular verificamos a existência da seguinte nota, em que aparece o nome do editor:

«Here foloweth certaine woorkes of Geffray Chauser, whiche hath not here tofore been printed, and are gathered and added to this booke by Ihon Stowe.» (1)

Seja dito de passagem que, das produções assim acrescentadas, só duas ou três são hoje consideradas autênticas; Stow, alfaiate feito antiquário, entendeu exceder as edições anteriores, juntando-lhes tudo quanto de Chaucer lhe pareceu, e ainda, mas declaradamente o atribuindo a Lydgate, «*The siege and destruccion of the worthy citee of Thebes*». Deve porém observar-se que da mesma inautenticidade sofrem bastantes das produções anteriores ao seu aviso, o qual vem ao alto do fólio CCCXL.

Êste John Stow é o autor de várias obras, das quais se destaca a *Survey of London*, importante acima de tudo pelas suas minuciosas informações acerca da cidade nos tempos isabelinos, e que passou por várias reedições, sendo uma na sua vida, e a terceira e quarta feitas por aquele Anthony Munday que tem para nós o interêsse especial de ter sido o tradutor (embora não do português) do *Palmeirim de Inglaterra*, do *Amadis de Gaula* e ainda de outros autores

(1) Notamos em todo o caso duas diferenças, pois Hammond tem *Chaucer* e *John*. Ou virá assim primeira tiragem, ou são lapsos de cópia ou de revisão.

nossos (1). Mas na sua *Survey* nova judiaria faz a Chaucer: reíncidindo em superficialidade... sartória, desloca o túmulo do poeta para os claustros de Westminster. Por alguma coisa teve Jaime I de lhe conceder, nos últimos anos da sua vida, licença para pedir «amongst our loving subjects their voluntary contributions and kind gratuities»...

Na mesma *Survey*, Stow diz ainda que as obras de Chaucer, *duplicadas* (!) por êle em 1561, foram «*beautified with notes by me, collected out of divers records and monuments, which I delivered to my loving friend Th. Speght*», etc. Speght é o editor de Chaucer que se segue (1598, 1602 e 1687); e Stow deu ainda para as edições dêste uma lista das obras de *John Lydgate*, que tinha decididamente a mania de impingir, e de quem diz possuir muitos manuscritos.

Quanto, pròpriamente, ao exemplar da Biblioteca, em primeiro lugar devemos completar as indicações de Allen sôbre os fólios que faltam (2); não só no

(1) Cf. a êste respeito o exaustivo estudo do eminente lusófilo H. Thomas, *English Translations of Portuguese Books before 1640*, do qual demos um extracto na *Revista de História*, vol. XIV, págs. 157-160. Dêle se vê, porém, que o tradutor do vol. II do *Amadis* foi Lazarus Piott.

(2) Segundo o Dr. Hammond o texto regista-se pelas letras A i-U vi, Aa-Zz, Aaa-Uuu vi, com mais duas fôlhas. Começando o exemplar de que tratamos por A.ii e terminando por Uuu.v, vê-se que faltam exactamente uma fôlha de texto e três no fim.

fim do livro se perderam (mas apenas da *Story of Thebes* de Lydgate), senão também no princípio as fôlhas contendo:

o frontispício (do qual não constava o nome de Stow);

uma carta dedicatória de Thynne ⁽¹⁾ a Henrique VIII, reproduzida nas suas edições. (Ainda aqui Allen deduziu com acêrto, como se vê);

o índice;

quatro breves poemas, impressos também na edição de Thynne depois do índice, e que não são de Chaucer,

Segue-se-lhe a portada dos *Canterbury Tales*, primeiro fólio no exemplar a que nos reportamos; a confusão de Allen quanto a esta falta dos primeiros fólios vem talvez de que a numeração dêstes *ao alto* começa apenas *depois* do Prólogo, no *Knights Tale*. Do mesmo modo o título da obra na segunda tiragem é, não *The Caunterburie tales*, mas

*The workes of Geffrey Chau- | cer, newly
printed, with diuers ad- | ditions, whiche were
neuer in printe before: With the siege and |
destruccion of the worthy citee of Thebes, com-*

(1) A carta não era realmente de Thynne, mas de *Sir Brian Tuke*.

*piled | by Jhon Lidgate, Monke of Berie. | As
in the table more plainly | dooeih appere. |*

Ao título segue-se uma grande estampa do braço do Chaucer, com o dístico:

*Vertue flourisheth in Chaucer still,
Though death of hym, hath wrought his will.*

O colofão é o mesmo nas duas tiragens:

*Imprinted at Lon- | don by Jhon Kingston for
Jhon | Wight, dwellyng in Poules | Churchyarde |
Anno. 1561. |*

Se a Biblioteca do Pôrto quisesse reconstituir em manuscrito as fôlhas que faltam poderia fazê-lo aproveitando êstes elementos e, com referência às do princípio, copiando-as da edição *fac-simile* da de Thynne, 1532, publicada pela *Oxford University Press*. Quanto a completar a *História de Tebas* o problema será difícil, porque só estão reproduzidos modernamente, que sabemos, o Prólogo e a primeira parte, e desconhecemos se a *Early English Texts Society*, que a editou em 1911, pensa em completá-la. Mas, como acentuamos, nenhuma produção de Chaucer falta neste exemplar. De mais conveniência, no entanto, seria a substituição do índice manuscrito por outro menos deficiente.

Aparte as mutilações apontadas, o exemplar da Biblioteca do Pôrto mostra-se bem conservado; apenas para o fim alguma coisa picado de bicho, afectando por vezes o texto.

Apresenta várias frases manuscritas, nem sempre facilmente inteligíveis, e que em geral se nos afiguraram de nenhuma consequência. Logo na portada dos Contos escreveram o nome de Chaucer, com a indicação, como se sabe errada, de que êle era «*brother in law to John of Gaunt & Great Duke of Lancaster*»; na mesma portada, ao alto, figura três vezes a data de 1718; e no corpo do livro, em variados sítios, e em uma caligrafia já do novo tipo italiano, introduzido no séc. XVI, mas ainda de carácter bastante antiquado, aparece o nome de *William Bassett* ou *Basset*, no fol. 88 v. muito declaradamente como seu possuidor:

William Bassett is the right oner of this Boke.

Noutro sítio parece ler-se *W. Bassett, Birmingham* (?). Particularidade curiosa destas notas do baixo da página é a de serem, em geral, feitas com o livro invertido. O nome de *Tomas* também aparece algumas vezes, e com diferentes apelidos, mas em nenhum caso com a indicação clara de possuidor do livro; é todavia provável que estas anotações não sejam tôdas do mesmo punho. Algumas delas, e principalmente das laterais, foram cortadas pelo encadernador. Em vários sítios as frases manuscritas

estão obliteradas a traço, e não conseguimos decifrá-las.

Ainda procuramos ver se êste sr. William Bassett não seria alguma figura menor, que constasse das enciclopédias: pois com a sua aquisição demonstra interêsses literários, embora as suas notas não constituam, positivamente, uma revelação de talento. No *Concise Dictionary of National Biography*, redução, como o primeiro epíteto indica, da conhecida obra monumental que honra a erudição inglesa, encontramos um sacerdote William Basset (1644-1695), Mestre em Artes pela Universidade de Oxford (Magdalen College), e autor de obras teológicas, mencionadas também no *Critical Dictionary of English Literature*, de Allibone. Como algumas das frases manuscritas denotam interêsses religiosos ou moralistas, afigura-se-nos realmente viável esta conjectura; a data 1718 pode ser doutra mão. Menos probabilidade haverá de se tratar do medíocre poeta William Basse, que foi amigo do William Browne, e viveu na primeira metade do século XVII. Escrevia o seu nome também *Bas*, mas não *Bassett* ou *Basset*, como o «*right owner*» de que tratamos.

Pedimos ao proficiente conservador da Biblioteca Sr. João de Sousa elementos para a história dêste exemplar, mas infelizmente nenhum nos pôde fornecer. O 2.º fascículo do Suplemento do Catálogo, na parte das «*Obras*» acrescentadas durante a impressão, faz referências expressa ao período de Março a Junho de 1872. Porém o Sr. Sousa diz que se

poderá tratar não de obra adquirida na ocasião, mas só então descoberta no «fundo» da Biblioteca. Procurou ver se encontrava menção dela nos papéis dêsse tempo, mas nada lhe foi dado descobrir.

Quanto finalmente ao seu valor, lemos na obra que nos guiou, e que é de 1908, a indicação de que no catálogo n.º 243 do livreiro antiquário *Quaritch*, as primeiras variantes eram cotadas a £ 48 e £ 40; e que o mesmo catálogo considera barato um exemplar da segunda por £ 21. Encontramos também um exemplar oferecido à venda no catálogo de livros de ocasião n.º 180, de 1919, da casa *Heffer & Sons*, de Cambridge. Esclarecendo que contêm «um certo número de rasuras e notas manuscritas no título e última fôlha, em uma letra antiga», e que «algumas páginas estão picadas pelo bicho, afectando levemente o texto», pede por êle, com a nota de ser—*very scarce*—o preço de 15 guineus.

E que a edição não é considerada falha de importância, prova-o a menção expressa, que faz Hammond, de que a Universidade de Columbia possui um exemplar, levemente imperfeito, da primeira variante, e a de Harvard outro, da segunda. Razão bastante tem pois a Biblioteca Municipal do Pôrto para manter o seu Chaucer na categoria dos «reservados».

O ESTUDO DAS LÍNGUAS, SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O ESTUDO DAS LÍNGUAS, SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA ⁽¹⁾

Ao abordarmos o estudo científico de qualquer língua, convém partir duma noção mais geral — a de linguagem; do mesmo modo, para bem comprehendermos os métodos a empregar, um rápido exame da sua própria génese constituirá o processo mais instrutivo. Tais serão, portanto, as directrizes desta breve exposição.

A definição mais comprehensiva de linguagem é a dum sistema de sinais, isto é, de actos directa ou indirectamente tornados sensíveis a outrem, servindo para comunicar estados psíquicos. Tôda a linguagem oferece, pois, vários aspectos: o da sua pro-

(1) Publicado originalmente na revista *Diônyssos*, 2.^a série, n.^{os} 4 a 6. Constitui o capítulo iniciatório dumas *Lições elementares de lingüística germânica*, aguardando publicação.

dução, o da sua recepção sensorial e o da sua ligação com a actividade psíquica. Entre os dois primeiros aspectos existe uma correlação psico-fisiológica mais directa e mais simples.

Se bem que, em rigor, todos os sentidos possam fornecer linguagens, como o tacto para os cegos, os dois que melhor se prestam a êste fim são obviamente a audição e a visão.

LINGUAGEM ORAL E LINGUAGEM ESCRITA

A linguagem que particularmente nos interessa é a linguagem acústica dos agrupamentos humanos — a fala. A linguagem falada originou-se talvez na exteriorização de estados predominantemente emotivos, o mêdo, a dor, a alegria, etc., e com o fim de determinar noutros indivíduos certos actos apropriados. Pelo seu lado intelectual, a linguagem deve também ter começado pela expressão isolada de rudimentares juízos sintéticos, só mais tarde se desdobrando explicitamente a proposição em dois ou mais conceitos, com as respectivas indicações de modalidade e de inter-ligação. O desenvolvimento da linguagem falada e o da actividade intelectual devem ter-se realizado numa íntima simbiose, fornecendo a linguagem ao espírito pontos de apoio para abstracções e generalizações que se foram tornando cada vez mais poderosas.

Das várias linguagens visuais possíveis, como a

dos gestos, que ao princípio deve ter acompanhado em larga escala a linguagem oral, interessa-nos principalmente a linguagem escrita.

Esta forma de linguagem, que se desenvolveu de comêço mais lentamente do que a oral, originou-se talvez no uso de objectos emblemáticos, quando êle passou a traduzir-se pelo desenho. São sucessões de símbolos as escritas ideográficas; mas há já nelas um elemento paralelo ao da linguagem oral, a ordem das figuras. Depois os ideogramas passam a ter certas correspondências com os ideofonemas complexos da mesma significação, isto é, tornam-se em fonogramas; ao princípio bastante imperfeitos, depois cada vez melhor determinados. Assim nasceu a escrita silábica, sendo a divisão em sílabas a análise fónica primordial da frase; finalmente decomposeram-se também as sílabas em sons mais elementares, criando-se a escrita alfabética, ao passo que, por outro lado, se passava a fazer o agrupamento dos símbolos fónicos por palavras, um tanto arbitrário decerto, mas satisfatório para fins práticos.

IMPERFEIÇÃO DAS ESCRITAS

A linguagem escrita interessa-nos menos directamente do que a oral, porque, qualquer que tenha sido a sua posição para com esta na frase primitiva, ela vem a aparecer-nos depois, na fase fónica,

apenas como uma sua representação imperfeita e conservadora.

As próprias escritas exclusivamente alfabéticas não correspondem nunca a uma análise completa dos elementos fonéticos da frase; o fluxo contínuo da fala só se poderia reproduzir com exactidão pela juxtaposição de gráficos também contínuos, experimentalmente obtidos, coordenando a representação dos movimentos dos diversos órgãos que tomam parte na sua produção. Mas tal representação, mesmo quando inteiramente possível em toda a sua complexidade, seria pouco prática, e desnecessária essa precisão exagerada. A frase pode decompor-se em elementos fónicos, como que surpreendendo no seu fluxo contínuo certas sensações mais características e certas atitudes orgânicas mais bem definidas; e o mais essencial seria que, numa dada língua, a cada um desses elementos correspondesse um único símbolo, que por seu lado não deveria ter outro valor.

Isto realiza-se nas escritas fonéticas criadas sob uma orientação científica, como a da Associação Fonética Internacional, mas as escritas ordinárias, mesmo as mais sónicas, fogem constantemente àqueles preceitos: são por um lado incompletas, por outro prolixas. É assim que nelas podem vários sons ser representados pela mesma letra, ou várias grafias corresponder ao mesmo som; grupos de letras traduzem por vezes sons simples, e letras singelas lêem-se como conjuntos fónicos; há ainda

as letras «mudas» — que por vezes se aproveitaram para denotar certas modalidades de sons anteriormente expressos, etc.. E a indicação de alguns elementos da linguagem oral, tais como a acentuação expiratória, a intonação, a quantidade, é em regra bastante falha.

As imperfeições duma escrita resultam em parte duma análise fónica deficiente, mas acentuam-se pelo facto de que as escritas tendem a cristalizar, ao passo que a língua falada evolui sempre. Quando a divergência é já muito grande fazem-se readaptações, que são em regra também bastante imperfeitas. Outra origem de incorrecção fonética de certas escritas está no aproveitamento dum alfabeto afeiçoado a uma dada língua para representar outra língua bastante diferente da primeira. E em épocas mais tardias, finalmente, a pretensão de representar a etimologia das palavras — por vezes dum modo erróneo — introduz ainda, em geral, novas discrepâncias. É certo que a escrita reage por seu turno sobre a língua falada, principalmente com a difusão do ensino e a formação de línguas comuns mais cultas, mas essas regularizações são bastante restritas.

Ora a análise explícita da linguagem começou por basear-se numa língua escrita, e até literariamente trabalhada, aceitando e continuando essa primeira análise que a própria escrita já implica; estas observações preliminares eram, portanto, necessárias, e abrem-nos o caminho da génese dos métodos da linguística.

O estudo das línguas passou por três grandes fases ou períodos, que poderemos designar, segundo os pontos de vista predominantes, pelos nomes de período apriorístico, período histórico-comparativo e período da lingüística geral.

O primeiro estende-se por largos séculos, os dois seguintes são, por assim dizer, dos nossos dias. O sentido geral desta evolução é o de se considerarem os factos da linguagem cada vez mais de perto e mais concretamente, partindo da análise do pensamento e da sua expressão numa só língua para se chegar à integração em fórmulas gerais de toda a diversidade objectiva de processos, uma vez reconhecida finalmente essa diversidade através do número sempre crescente das línguas estudadas.

A CONSTITUIÇÃO DA GRAMÁTICA

Iniciaremos a nossa exposição pelos trabalhos dos gregos, que, neste ponto, como em tantos outros, forneceram a base do pensamento europeu. Há estudos importantes anteriores, como os dos gramáticos da Índia, mas só muito tardiamente nos foram conhecidos.

Do começo a palavra «gramático» designou aquele que conhecia a *grámmata* ou letras do alfabeto, o que sabia ler; e o *grammatistês* foi sempre o mestre de leitura e escrita. A «gramática», inicialmente a arte da leitura, incluía as teorias da

natureza dos sons e da acentuação, quantidade e ritmo. Foi, porém, aos filósofos que se deveram os primeiros grandes avanços: o pensamento-linguagem voltou-se sobre si mesmo e procurou explicar-se. E a análise foi abordada, conforme já dissemos, no ponto em que a escrita a tinha deixado, pelas unidades que ela tinha definido: a letra, isto é, o som alfabético elementar, e a palavra.

Encarou-se a linguagem sobretudo no seu aspecto mais evidente, o de nomenclatura. Discutiu-se o problema de saber se há entre a forma e o sentido das palavras uma relação natural e necessária, ou se apenas se trata do acaso e da convenção dos homens. É êste o tema do *Crátilo* de Platão, que já é um comentário às ideas dos sofistas; nele se explicam as palavras compostas como condensação de frases, por exemplo *ánthrôpos* por *ho anathrôn hà ópôpen*, «o que repara naquilo que vê». Quanto às palavras primitivas, resultariam duma imitação sinestética do objecto significado; os próprios sons alfabéticos, de cuja formação se ocupa, teriam fisionomia e sentido, exprimindo o *l* a fluidez, o *r* o movimento, etc. Dêste modo encontramos desde o princípio esboçadas uma etimologia, aliás fantasiosa, e uma fonologia descritiva. Estes dois ramos foram, contudo, os menos progressivos em todo o primeiro período.

A consideração de que às mesmas ideas correspondem palavras diferentes nas várias línguas levou em seguida os antigos a desprender-se daquele pro-

blema. Voltaram-se para a frase as atenções principais: só às combinações de palavras corresponderia propriamente um sentido, fôsse verdadeiro ou falso.

Platão distinguira na frase o nome e o verbo, mas sob o ponto de vista lógico de sujeito e predicado. Aristóteles, que já tem vocábulos especiais para designar essas funções sintáticas, inicia a discriminação das «partes do discurso» pelas classes dos nomes, ou palavras podendo servir de sujeito, e dos verbos, servindo de predicado e indicando o tempo. As restantes, o pronome, o artigo, o advérbio, etc., ainda nele (pondo de parte uma interposição da *Poética*) reunidas genericamente nas conjunções (*syndesmoi*), são sucessivamente destacadas pelos estoicos e seus continuadores. A classificação ainda hoje habitual nas nossas gramáticas segue quasi por completo aquela a que chegaram os gregos.

Mas na época alexandrina, por uma evolução semântica bem compreensível e significativa, o *grammatikós* é já o que estuda a literatura, especialmente a poesia (cp. o latim *literatus*, o port. *letrado*, etc.). Os estudos lingüísticos tinham-se especializado, tendo por base os antigos textos literários, cuja língua se distanciara dos vários dialectos ao ponto de necessitarem de interpretação. E um outro aspecto da língua, que já em Platão e em Aristóteles começara também a desenhar-se, toma igualmente corpo; o estudo das variações das palavras — formação de temas e flexão — vai-se definindo cada vez mais, e do mesmo modo a sintaxe, a pouco e pouco, se vai

destacando da lógica, mantendo-se-lhes embora um estreito paralelismo.

Aristóteles apenas contrapõe o nominativo aos casos oblíquos, os estoicos consideram já o acusativo, o genitivo e o dativo; factos análogos se dão com o verbo: distinção das vozes, tempos, modos, etc.. Mas foi da célebre disputa entre as escolas rivais da Alexandria e de Pérgamo — entre os analogistas chefiados por Aristarco, e os anomalistas sob a direcção de Crates, defendendo os primeiros a regularidade essencial da língua, enquanto os segundos lhe salientavam as excepções — que proveio a reunião das palavras em paradigmas, isto é, a morfologia.

Tinham entretanto amadurecido os tempos para a constituição da gramática como disciplina independente. Dionísio Trácio, discípulo de Aristarco, que ensinava em Rodes no segundo século antes da nossa era, é o autor da primeira «arte de gramática» (*technê grammatikê*), ainda muito resumida, mas que foi dum modo geral o protótipo das obras congêneres pelos séculos fora, salvo pela adjunção duma sintaxe independente, que se deve a outro Alexandrino, Apolónio Díscolo, da época de Adriano. Apolónio, definindo a sintaxe como «a reunião das palavras na harmonia da frase completa», occupa-se essencialmente da concorrência, regência e emprêgo dos casos, mas não trata ainda da proposição composta.

Foi sobretudo como illustração que entramos em

certos detalhes; é desnecessário prosseguir. Todos êstes trabalhos, decerto valiosos, encerravam contudo um êrro de atitude que impediu o seu progresso. Por várias vezes estiveram os gregos bem perto de reconhecer a necessidade do estudo objectivo da linguagem, independentemente do da lógica, ao apontarem as discordâncias entre ambas, as «imperfeições» da língua; mas nunca deram o passo decisivo, preferindo em geral architectar explicações *à priori* para essas discordâncias, a nelas atentar concretamente. Conheceram a diversidade das línguas, mas também êsse facto os não levou à comparação dos vários modos de exprimir as ideas; apenas a sua própria língua lhes mereceu interêsse, e essa estudada nos textos literários. E tampouco chegaram à noção da importância da história lingüística, embora no *Crátilo* já se encontrem algumas intuições luminosas, como a de Sócrates dizer que se não poderá talvez encontrar a etimologia de certas palavras «por causa da sua antiguidade», que as «desfigurou», ou então «por serem de origem bárbara».

Esta atitude infecunda prosseguiu através dos séculos; Roma, com Varrão, Donato, Prisciano, etc., e Bizâncio, com os seus «catecismos gramaticais», apenas continuaram os gregos; na Idade Média tão sômente os escolásticos desenvolveram um pouco a sintaxe; a própria Renascença nada trouxe de essencial. E se as especulações sôbre a «gramática geral» ou «gramática filosófica» dos séculos XVII e XVIII têm a pretensão de aplicar-se a tôdas as línguas, o

facto é que conservam ainda o mesmo carácter de exagerada subordinação à lógica formal; a linguagem é considerada como a veste da razão e esta como idêntica em todos os povos. Não se pode contudo deixar de reconhecer que já representam, pelo menos, o renovar do interêsse pelos problemas lingüísticos, sendo ao mesmo tempo significativo o facto de também notarem, como os gregos, certas imperfeições da linguagem: por exemplo, as que respeitam ao género gramatical.

Igualmente por esta altura começam a encarar-se os aspectos históricos das línguas no estudo dos textos, e o conhecimento da gramática hebraica, com a discriminação de raízes e de sufixos, e a flexão verbal explicada pela aglutinação de pronomes, veio preparar o terreno, como vamos ver, para certas linhas do desenvolvimento do período que se inicia.

O MÉTODÓ HISTÓRICO-COMPARATIVO

Desde os fins do século XVIII os estudos das línguas entram numa nova fase, mais profícua. Dois factores principais contribuíram para a sua transformação.

O princípio, que já nas sciências do mundo físico tinha dado resultados tão vastos e precisos, de substituir tôdas as explicações *à priori* pela observação directa dos factos, foi-se por esta época tornando extensivo a todos os ramos do conhecimento. Ao

mesmo tempo reconheceu-se que os objectos de certas sciências, as sciências dos sêres e dos agregados sociais, têm de ser estudados no seu desenvolvimento histórico. Esta mudança de atitude devia necessariamente ser fértil em resultados para a lingüística, mas um outro facto se lhe associou que deu o principal impulso aos seus progressos.

O estudo pelos europeus duma antiqüíssima língua da Índia, o sânscrito, veio dar a noção clara do parentesco entre várias línguas da Ásia e a maioria das da Europa. E a importância do sânscrito não estava apenas em nele se descobrirem aproximações com outras já conhecidas, mas nos elementos em que se mostra mais arcaico do que elas, particularmente do que o grego e o latim, as melhor estudadas até então; ao princípio julgou-se mesmo que o sânscrito era mais arcaico em tudo. Ora êsses elementos conservados em sânscrito, em especial as suas consoantes, vieram lançar luz sobre a estrutura morfológica, já bastante mais obscurecida, das outras línguas.

Já anteriormente tinha sido emitida a hipótese de que tôdas as línguas derivavam do hebraico, o que estaria de acôrdo com a Bíblia: mas a idea, falha de fundamento, não frutificou. Foram sobretudo as línguas dos indígenas da América que opuseram então dificuldades mais evidentes a uma tal genealogia. Mais tarde formou-se a opinião de que as línguas não proviriam tôdas duma só fonte original. O parentesco agora descoberto integrava-se nesta

última corrente, mas distinguia-se de tôdas as conjecturas anteriores pela sua base mais concreta.

A primeira intuição do parentesco indo-europeu já vinha do séc. XVI, quando o mercador florentino Sasseti, que morreu em Gôa em 1588, apontou algumas concordâncias de vocabulário entre as línguas antiga e coeva da Índia e o italiano; mas é nos fins do séc. XVIII que fazem afirmações perentórias o francês Coeurdoux, o alemão Saint-Barthélemy, ambos missionários, e sobretudo o inglês William Jones, juiz em Bengala. São dêste último as seguintes luminosas palavras: «o sânscrito é duma estrutura maravilhosa, mais perfeito do que o grego, mais rico do que o latim, de maior delicadeza do que qualquer dêles. Está para com ambos, tanto no que respeita às raízes dos verbos, como quanto às formas gramaticais, numa relação de parentesco, que é tão próxima, que não pode ser proveniente do acaso, e tão decisiva, que qualquer filólogo que estuda estas três línguas tem de chegar à convicção de que nasceram duma mesma fonte original, que talvez já não exista». Acrescenta a seguir que a mesma origem se deve atribuir ao gótico e ao celta.

Além dos textos do sânscrito clássico então conhecidos, Sakuntala, as epopeias, etc., estudaram-se também os preciosos trabalhos descritivos dos velhos gramáticos da Índia, como Pânini, que viveu no séc. IV antes da nossa era, tão ricos de minúcias, e que muito contribuíram igualmente para o progresso lingüístico.

É em Frederico Schlegel, no seu célebre livro *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier*, que primeiro aparece a expressão de «gramática comparada», ao mesmo tempo que se lhe traça a teoria mais geral. Ao largo espírito científico de Guilherme de Humboldt também mereceu vivo interêsse êste ramo de estudos, sendo êle, em particular, o primeiro a chamar a atenção para o aspecto social da linguagem, em que via uma «actividade» reflectindo a psicologia dos povos, e que, portanto, se deve estudar concretamente em cada caso.

Mas o verdadeiro fundador da gramática comparada, visto que só êle examinou sistematicamente o assunto, foi Francisco Bopp, que, tendo-a iniciado em 1816 com um trabalho sôbre o «sistema de conjugação do sânscrito, comparado ao do grego, latim, persa e germânico», publicou de 1833 a 1849 a sua *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Letthauischen, Gothischen und Deutschen* — o primeiro tratado da nova sciência. Depois os seus progressos marcam-se pelas duas grandes codificações seguintes: a de Schleicher, de 1861-2, e a Brugmann e Delbrück, de 1886-1900. O material foi enriquecendo e foi sendo circunscrito cada vez de mais perto, definiram-se novos e fecundos pontos de vista, e a marcha da sciência foi tal que, ao publicar-se cada nova coordenação, já a anterior se encontrava em relativo atraso, embora trabalhada em novas edições.

Bopp demonstrou o parentesco das línguas pelas

concordâncias da sua flexão, segundo a apresentavam os textos mais antigos até então conhecidos; mas, continuando a orientação dos hebraizantes, o seu objecto especial era o de explicar as formas gramaticais. As desinências, verbais ou nominais, bem como os sufixos e as características temáticas, eram para êle palavras primitivamente independentes, em geral pronomes, em certos casos o verbo substantivo ou ainda outros, que se teriam aglutinado às raízes. Só estas constituiriam um mistério impenetrável. Considerava o antigo tipo flexivo como o mais perfeito, e o seu empobrecimento nas línguas derivadas como uma decadência. A fonética é ainda nêle pouco desenvolvida.

A par de Bopp, e entre êle e Schleicher, registam-se importantes contribuições em vários sentidos. O dinamarquês Rask, quasi simultaneamente a Bopp, mas independentemente dêle, comparou algumas línguas europeias entre si, e o zend com o sânscrito; o alemão Jacob Grimm iniciou as gramáticas histórico-comparativas dos vários ramos pelo das línguas germânicas; Pott criou a etimologia, que até então se tinha limitado a fantasias sem base. Com todos êstes trabalhos a fonética fez grandes avanços.

Seguindo o modelo de Grimm, apareceram sucessivamente as gramáticas histórico-comparativas de Diez, para as línguas românicas, de Miklosich, para as línguas eslavas, e de Zeuss, para as célticas; e pouco depois Curtius e Corssen introduziam igualmente os novos princípios no tratamento das línguas clássicas.

Schleicher aproveita e coordena todos os progressos anteriores, e em especial os do campo da fonética. A regularidade das transformações que se vinham constatando na fonética histórica permite-lhe tentar, pela primeira vez, a restituição da hipotética língua mãe, o indo-europeu. Como Schlegel e Humboldt, também êle reparte as línguas em isolativas, aglutinativas e flexionais; e a formação da linguagem, que constituiria a primeira actividade dos povos «antes da História», isto é, «antes de entrarem na arena da política», teria seguido esta mesma directriz: a uma fase em que a língua se compunha só de raízes com significação plena, ter-se-ia sucedido outra em que certas sílabas, exprimindo as relações, se teriam aglutinado às primeiras, e por fim ter-se-ia dado a sua fusão íntima, originando a flexão. Esta última fase, representada pelo indo-europeu, seria a mais perfeita; em seguida as línguas só teriam decaído. Dêste modo se vê que Schleicher concorda ainda essencialmente com as teorias de Bopp; mas preocupa-se mais do que êle com as alterações internas das raízes, cuja importância na flexão já Schlegel salientara.

Schleicher foi também o primeiro a atender à importância da língua falada em relação à letra dos textos literários, na sua Gramática do Lituânio, e no seu *Compendium der vergleichenden grammatik der indogermanischen sprachen* já procura seguir a evolução do indo-europeu dentro de cada ramo lingüístico. O seu êrro principal a êste respeito

é o de considerar as línguas como sêres naturais dotados de uma evolução própria, que se repetiria em tôdas com as mesmas características paralelas.

Em seguida os primeiros progressos a registar são mais em extensão do que em qualidade. Fick elabora o seu dicionário etimológico do indo-europeu; o conhecimento do sânscrito alarga-se e recua no tempo com a publicação completa dos textos védicos; o mesmo se dá com o Avesta para o persa, e dum modo geral a massa de factos estudados, antigos e modernos, enriquece prodigiosamente. Mas logo depois a geração dos «novi-gramáticos» vinha imprimir aos estudos histórico-comparativos uma nova e mais fecunda orientação.

Em três direcções principais se manifesta o avanço lingüístico. Até então a fonética histórica, ao lado das evoluções regulares, considerava igualmente a possibilidade de transformações «esporádicas». As descobertas Graszmann e de Verner, explicando por leis complementares certas excepções às permutações consonânticas do germânico desvendadas por Grimm e Rask, e outras novas sistematizações análogas, vieram estabelecer a fé na constância das leis fonéticas, isto é, excluir tôda a hipótese de intervenção do puro acaso nas transformações. Êste princípio foi em seguida completado pelo reconhecimento da importância da analogia, em especial quanto aos nivelamentos morfológicos pelos quais a flexão tende a regularizar-se, enquanto as evoluções fonéticas, no seu mecanismo, muitas vezes

dissimilam formas afins. A analogia passou a ser olhada como um dos factores mais importantes da vida das línguas. Finalmente outra influência muito vasta foi ainda tomada em consideração, a das relações histórico-geográficas dos povos, determinando importações lingüísticas de tôda a espécie, ou mesmo misturas de línguas de carácter mais extenso. Em todos estes trabalhos destacam-se os nomes de Leskien, Paul, Sievers, Osthoff, Brugmann, Joh. Schmidt e Hübschmann, mas o número dos cooperadores foi avultado.

A fonética do indo-europeu elevou-se a conjecturas arrojadas mas sólidas, em que brilharam, entre outros, Brugmann, Collitz, Ascoli e de Saussure, e a sintaxe comparada erigiu-se num corpo sistemático de doutrinas, que forma a parte de Delbrück no monumental *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, com que êle e Brugmann encerraram uma época notável.

Assim fecha o período de constituição da gramática histórico-comparativa. A par da família lingüística indo-europeia têm-se formado outras, a semítica, a fino-húngara, na África a bantu, etc.; e procura-se hoje relacionar algumas das famílias entre si, embora ainda sem resultados concludentes. E se na restituição integral das línguas mães, mesmo dentro da família mais bem estudada, a indo-europeia, os resultados são de necessidade bastante deficientes, apenas fragmentários, nem por isso a gramática comparada deixa de representar um

enorme avanço didáctico: a determinação dos elementos concordantes das várias línguas afins, e que, portanto, lhes devem provir dessa língua mãe, fornece, principalmente quanto às linhas gerais da sua estrutura, os melhores fios condutores para compreendermos dentro de cada uma delas a plena significação dos factos lingüísticos. E o mesmo se repete dentro de cada ramo com as suas inovações próprias, que também têm a sua história e o seu aspecto perspectivo.

A ÚLTIMA FASE: A LINGÜÍSTICA GERAL

No último período da evolução da lingüística, que vem desde os fins do século passado, além do prosseguimento de numerosos trabalhos de investigação e de síntese dentro das orientações já definidas, salientam-se como directrizes novas mais importantes, por um lado o desenvolvimento do estudo dos dialectos e línguas populares actuais, base necessária — visto ser a linguagem oral em sua plena vida a única possível de observação directa e minuciosa — para a interpretação de todos os outros factos lingüísticos; por outro o renascimento, sob novos aspectos, do exame crítico geral do fenómeno da linguagem — cujos resultados, por seu turno, vão igualmente influir sôbre o estudo particular de cada língua.

Na continuação e aperfeiçoamento das correntes

já traçadas de actividade científica, registaremos em especial os trabalhos sôbre as variações das raízes, em que muito há ainda a precisar; o estudo dalgumas línguas antiqüíssimas, cujos documentos foram recentemente descobertos, como o «tocárico», que se falou no Turquestão, e o «hitítico», da Ásia Menor; e, em vasta escala, o desenvolvimento minucioso das histórias particulares dos diferentes ramos lingüísticos. E também a acentuação indo-europeia, na sua correlação com as alternâncias de sons dentro das palavras, já largamente determinadas por de Saussure e Hübschman, foi o objecto de trabalhos importantíssimos de Hermann Hirt, a quem igualmente devemos hoje a quarta grande compilação da gramática comparada, a sua *Indogermanische Grammatik*, cuja publicação está em via de terminar-se.

No estudo directo da vida da fala, os progressos, desde aquela época, têm sido enormes. O modo como nascem e como se propagam as inovações lingüísticas, a determinação das *isoglosas* delimitando cada particularidade dialectal, a publicação de atlas lingüísticos, o estudo dos dialectos e das línguas de classes, o recurso aos métodos experimentais, etc., têm merecido uma atenção cada vez maior.

Finalmente, na análise renovada das correlações entre a linguagem e a actividade psicológica vários grandes nomes têm brilhado, como os de Wundt, Saussure, Meillet, Jespersen e Vendryes, mas além

dêstes muitos outros, não devendo esquecer-se os pioneiros de valor, como Whitney. Esta nova corrente distingue-se bem das antigas «gramáticas gerais» pelo seu carácter científico e objectivo, e da gramática comparada pela sua maior compreensão.

Se a classificação genealógica, com efeito, se mostra para as línguas, sempre que possível, a única verdadeiramente satisfatória, enquanto as tentativas de classificação morfológica encontram na prática inúmeras dificuldades — facto análogo ao que se deu na biologia com as classificações naturais e artificiais — não quere isto dizer que se não possa tirar grande proveito da comparação dos processos de tôdas as numerosas e variadíssimas línguas do globo, actuais ou antigas, vivas ou extintas, sem atender a família. E o maior avanço realizado, depois do estabelecimento do método histórico-comparativo, está justamente em se ter concebido a possibilidade e a conveniência de se criar uma sciência geral da linguagem, procurando determinar o que há de comum a tôdas as línguas, qualquer que seja o seu tipo ou genealogia, e tanto pelo que diz respeito à estrutura como pelo que se refere à evolução. Êste novo aspecto de estudo das línguas constituiu o domínio da lingüística geral; todos os grandes conceitos tradicionais da gramática estão sendo por ela sujeitos a ponderada revisão, procurando-se reagrupar os factos em bases mais sólidas e mais amplas.

As noções iniciais dêste artigo sôbre a análise da linguagem já se enquadram na nova ciência. A linguagem oral dos agrupamentos humanos — de que as línguas escritas representam uma primeira análise aproximada — é a resultante histórica de um tríptico condicionalismo: fonético, mental e social; a lingüística tem, pois, como ciências colaterais a anatomia, a fisiologia, a acústica, a psicologia e a sociologia. E nestes vários campos as aquisições têm sido consideráveis. A fonética experimental, desde Rousselot, tem tomado enorme desenvolvimento, chegando hoje a noções interessantíssimas, como, por exemplo, a de procurar no estudo dos defeitos da fala a interpretação de certas transformações históricas; na acústica, menos essencial, o avanço é mais lento, mas ainda assim podemos salientar os trabalhos mostrando que o timbre das vogais não resulta da produção de sons harmônicos ao fundamental, dado na laringe, mas de novos sons produzidos nas cavidades superiores (teoria dos «formantes»); tôdas as conquistas de psicologia, tais como as ideas da escola sociológica sôbre a diversidade da razão humana, as conclusões da psico-patologia, etc., são logo integradas nos estudos lingüísticos; finalmente quanto à influência da vida das sociedades sôbre a sua instituição que é a linguagem, tem-se registado por igual forma contribuições valiosas: a atenção dada às línguas especiais, o papel da unidade política e cultural na constituição das línguas comuns, etc..

Dada a íntima ligação entre as conclusões da lingüística geral e os progressos do método, terminaremos por uma breve impressão sintética da atitude actual da ciência no estudo das línguas.

O ASPECTO ESTÁTICO DAS LÍNGUAS

Consideram-se as línguas sob vários aspectos, que se reportam ao espaço e ao tempo, e se combinam entre si. Cada língua, com efeito, pode tomar-se ou, quanto possível, isoladamente, ou nas suas relações com as que com ela coexistem no mesmo espaço, ou a cercam: aspectos designados por interno e externo; assim como pode estudar-se ou quanto a um dado momento, ou na sua evolução: aspectos estático ou sincrónico e histórico ou diacrónico.

O aspecto estático descreve-nos, pois, determinada fase duma língua, porém mesmo localmente podemos encontrar, além da língua popular comum, as línguas de classes, a literária, etc., e de igual modo se tem de atender a todos os seus dialectos.

A frase é a primeira unidade a considerar na linguagem; as várias frases compõem-se, porém, de secções e de elementos fónicos comuns, combinados de variadíssimas maneiras.

Já vimos, com efeito, que o fluxo contínuo da fala se deixa analisar, com bastante aproximação, em certos equilíbrios momentâneos suficientemente carac-

terísticos: os sons de cada língua, que, com outros fenómenos acessórios, como a acentuação expiratória, a intonação e a duração, constituem o domínio da fonologia. Ora estes elementos acústicos da linguagem, condicionados pelas possibilidades fonatórias, são todos mais ou menos aproveitados, em sistemas diversos conforme as várias línguas, para exprimir ideas e as suas sínteses. Sob êste ponto de vista destacam-se em primeiro lugar nas frases certos grupos de sons ligados às ideas principais — os «semantemas», que são acompanhados e envolvidos por um conjunto de outros elementos fónicos precisando certas modalidades dessas ideas, ou traduzindo as suas relações na frase — os «morfemas». E estes últimos podem constar, ou também de troços fónicos da frase, «esvaziados» de sentido independente, ou do recurso aos restantes elementos acessórios da linguagem acima enumerados, sobretudo ao acento musical, e bem assim à própria ordem de sucessão dos semantemas.

O predomínio duns ou doutros dêstes processos é que imprime carácter às línguas sob o ponto de vista da estrutura morfológica. Há línguas em que os grupos fónicos exprimindo relações conservam bastante independência, e há outras em que se afixam aos semantemas, podendo soldar-se-lhes mais ou menos intimamente, até à completa inseparabilidade. Em certos casos é de preferência aos elementos fónicos acessórios, a ordem, a entoação, etc., que cabe o papel da síntese; mas o que corren-

temente encontramos são tipos mixtos, combinando em diversos graus vários dêstes meios. E os grupos fónicos relacionadores podem preceder, ou seguir, ou gozar mesmo duma certa indiferença de posição quanto aos semantemas a que mais directamente respeitam, enquanto, por outro lado, os semantemas podem também sofrer modificações no seu interior, que, embora de origem fonética, se vêm a ligar à expressão morfe-mática. São desta última categoria, por exemplo, certas alternâncias de vogais, umas devidas à acentuação, outras à influência de sons próximos, utilizadas mais tarde para índice, senão exclusivo, pelo menos preponderante, das modalidades de sentido; é o que se deu na conjugação vocálica germânica, no plural dos substantivos, etc.: *write, wrote, written; wir sprachen, wir sprächen; der Apfel, die Aepfel*.

Em muitas línguas indo-europeias modernas, tais como o português e o francês, a afixação e o recurso a palavras auxiliares, pronomes, preposições, etc., acompanham-se lado a lado. No inglês vemos as desinências reduzidas a um mínimo. No grupo eslavo, pelo contrário, tal como nas fases antigas de tôdas as línguas da família, aquelas tem um papel muito importante, enquanto o número das palavras «vazias» auxiliares é tanto menos elevado. Mas a verdade é que muitas destas palavras auxiliares apenas se distinguem das «desinências» tradicionais em poderem preceder a idea principal — compare-se, por ex., *I see, we see* com *video, videmus; der Mann, den Mann* com *homo, homi-*

nem; j'avais vu, tu avais vu com *videram, videras* — e em admitirem interpolações: *je n'avais pas vu, je l'avais vu, etc.*

Dêste modo se compreende o artifício da divisão em palavras realizado pelas escritas, a impropriedade de considerar a flexão apenas como final (isto é, constando só de morfemas pospostos aos semantemas) e duma forma geral se estabelece a conveniência de adoptar no estudo das línguas pontos de vista mais largos e mais sólidamente firmados. E o mesmo se dá quanto à classificação das palavras e às divisões habituais da gramática, das quais apenas a fonética mantém uma certa independência. A morfologia, a sintaxe, a lexicologia, que tôdas elas envolvem relações entre significando e significante, sobrepõem-se constantemente. Actualmente, como dissemos, todos estes conceitos estão sendo objecto duma viva análise, embora se vão mantendo para fins práticos.

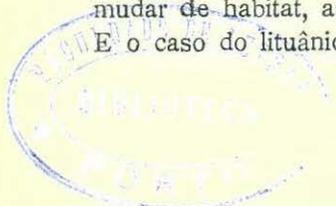
O ASPECTO HISTÓRICO

Sob o ponto de vista histórico as línguas transformam-se pela acção de factores internos e externos. Quando uma população monolíngüe ocupa um domínio restrito, sem intercâmbio acentuado com populações doutra ou doutras línguas ou dialectos, e sem mudar de habitat, as variações são bastante lentas. E o caso do lituânio, língua duma população rural

estabilizada, e praticamente isolada, durante muitos séculos: é a mais arcaica das línguas indo-europeias actuais. No entanto há sempre evolução. Os principais factores internos de evolução são os seguintes: nunca os pais impõem completamente a sua língua às gerações novas, nunca cessa o jôgo complexo das simplificações fonéticas e das regularizações analógicas, e, pelo lado afectivo, a linguagem vai igualmente envelhecendo, perdendo expressibilidade, o que conduz também a novos arranjos de estrutura, às variações de sentido das entidades fónicas, à formação de novos vocábulos — à sua transformação, emfim.

Quando se alarga o domínio duma população monolíngüe até ao ponto de se tornar mais raro o intercâmbio entre todos os seus distritos, há inovações locais cujas ondas de propagação já não atingem todo êsse domínio, e assim se vão formando dialectos, cuja evolução divergente pode levar até à incompreensão completa, à criação de línguas diferentes. É o que se deve ter dado com o indo-europeu, e é esta, na sua essência, a teoria das ondas de Schmidt. Por outro lado o estabelecimento histórico de unidades culturais pode, inversamente, levar à maior ou menor fusão de dialectos em línguas comuns.

As influências de ordem externa actuam também poderosamente nas transformações lingüísticas. Quando uma população muda de habitat, a própria alteração das condições geográficas pode deter-



minar uma correspondente alteração do mecanismo fonatório. É assim que se nota que os povos de montanha, qualquer que seja a sua família lingüística, apresentam um sistema de guturais muito desenvolvido, e até semelhante em tôdas elas. O simples destacar de parte duma população por efeito de migrações, quebrando os seus laços com a população mãe, também conduz a diferenciação lingüística. As transformações mais importantes são porém as devidas ao contacto de populações de língua diferente, quer vivendo lado a lado, quer sobrepostas no mesmo território pelas conquistas e colonizações. Ao contacto lateral resistem melhor as populações geográficamente defendidas, como as das penínsulas, das montanhas; é o caso do bretão, do basco. Mas em particular a adopção por um povo, com relativa rapidez, duma língua que não era primitivamente a sua, introduz nessa língua perturbações de tôda a ordem, que conduzem depois a um novo estado de equilíbrio, diferente do anterior. É esta, por exemplo, a explicação hoje oferecida, e com bastante verosimilhança, para as profundas alterações do consonantismo germânico em relação ao indo-europeu, qual o estabelece a gramática comparada, e ainda para as do alto-alemão em relação ao germânico comum.

A evolução histórica duma dada língua reconstitui-se, na medida do possível, remontando, primeiro pelo estudo dos textos e inscrições antigas, e também pelo dos seus empréstimos de ou a outras

línguas, depois pela comparação com as línguas e ramos lingüísticos afins, até ao passado mais remoto a que se podem erguer conjecturas bem fundadas—para em seguida se descer numa só linha, e no sentido directo passado-presente, dentro da própria língua; mas a observação concreta do modo como as línguas faladas, sobretudo as populares, se transformam actualmente, como se criam as inovações e como elas se propagam, tem, naturalmente, como já dissemos um grande papel em tôda a interpretação restituitiva.

Existe alguma correlação entre as evoluções das línguas e o progresso das sociedades? O vocabulário tem, decerto, que seguir o desenvolvimento da civilização; mas a estrutura? O que nos diz a êste respeito a lingüística geral?

As suas inferências podem resumir-se do seguinte modo: se há decerto predomínios de certos tipos em determinadas épocas da vida das línguas, «progressos» de estrutura são todavia difíceis de estabelecer: há grandes escritores, por exemplo, em línguas dos tipos mais diferentes. O único avanço bem definível é o que acompanha a própria marcha cultural das sociedades—o que conduz as línguas de concretas e místicas, quais se nos apresentam nos povos inferiores, para abstractas e racionais, como as encontramos nos povos de civilização adiantada.

Aos estudos lingüísticos, quer de pormenor ou de síntese, dedicam-se hoje milhares de especializados

em todos os centros culturais do mundo, publicando os seus trabalhos em muitas dezenas de revistas, bem como em inúmeros livros e monografias — isto deixando já de parte os campos mais extensivos da filologia, e tôdas as contribuições que o exame das línguas vai trazendo, por seu turno, às suas sciências colaterais. Desde as grandes línguas literárias até às falas dos povos selvagens, desde as largas reconstituições hipotéticas até às mais minuciosas histórias dos factos de cada língua, desde o decifrar de antigas escritas e dos textos mais arcaicos até ao emprêgo de elaboradíssimos métodos experimentais, a produção mundial é hoje enorme e maravilhosa; e o espectáculo de tôda essa actividade metódica e perseverante, dessa colaboração intensa emulando em apresentar surpresas, tôda uma sciência a crescer, a florir, a frutificar sob os nossos olhos, é decerto uma paga bem suficiente para a aridez relativa dos estudos iniciais.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Para maior desenvolvimento dos assuntos aqui tratados podem consultar-se, entre outras, e além das próprias fontes, as seguintes obras: Inama, *Filologia classica*; Sandys, *A History of Classical Scholarship*; Steinthal, *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern*; Porzezin'ski, *Einleitung in die Sprachwissenschaft* (trad. al. de Boehme); Gregorio, *Glottologia* (trad.

port. de Cândido de Figueiredo, sob o título de *Manual da sciência da linguagem*); Delbrück, *Einleitung in das Studium der Indogermanischen Sprachen*; Roudet, *Éléments de phonétique générale*; Panconzelli-Calzia, *Die Experimentelle Phonetik in ihrer Anwendung auf die Sprachwissenschaft*; De Saussure, *Cours de linguistique générale*; Fink, *Die Haupttypen des Sprachbaus*; Vendryes, *Le langage*. Além destas, quasi todos os livros e artigos de Meillet — na sua *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* há um excelente resumo do desenvolvimento da gramática comparada — contém ideas e informações do maior interesse, e o mesmo se dá com os trabalhos sobre a linguagem de Ginneken, Jespersen, Sapir, etc.

PORTUGUESE-ENGLISH GRAMMARIANS
AND THE HISTORY OF ENGLISH SOUNDS

PORTUGUESE-ENGLISH GRAMMARIANS
AND THE HISTORY OF ENGLISH SOUNDS ⁽¹⁾

I. STATEMENT OF PURPOSE AND LIMITATIONS FOUND. Although a new current of research, with Professors Zachrisson and H. C. Wyld as chief exponents, emphasizes the importance of occasional phonetic spellings for the study of the history of English sounds, and thus has deeply modified, especially as regards chronology, the conclusions arrived at by the great pioneers and their followers — Ellis, Sweet, Viëtor, Jespersen, etc., yet the works of the grammarians, and particularly those for the use of foreigners, all due allowances being made, still have their own place in the whole scheme. Wyld expressly says: «Our best chance of help is from

(1) Publicado sob título um pouco diferente, substituído aqui por outro mais breve, na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.ºs 5-6. Da parte puramente bibliográfica extratamos uma notícia que saiu nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. III, n.º 10.

the works of foreigners, who, having no prejudices in favour of one sound more than another, have no hesitation, if they are acute enough to observe a difference between the English pronunciation of a «letter» and their own, in pointing it out». (1)

English grammars in German, French, and other languages have been thoroughly studied by Viëtor, Spira, etc. The desire to know what could be done in a systematic way, on the Portuguese side, as a collateral contribution to the study of the history of English pronunciation, led us first of all, naturally, to a bibliographic research.

Going through the catalogues of our large public libraries, rich in class-books from the incorporation therein of the conventual libraries, we have been able to supplement and complete the indications given by our great bibliographer Innocencio Francisco da Silva, to whose authority everyone in my position will naturally resort.

We were not able to find any work of the kind previous to the eighteenth century, and in this way our principal purpose was at once, we may well say, invalidated. Some notes, however, bibliographic and otherwise, which we made during our research, we are going to record in the following lines; in their modest scale, one or another of them may still peradventure be of some interest, however

(1) *A History of Modern Colloquial English*, p. 197.

slight and transient, to those who study the evolution of English sounds.

2. A VERY PROBLEMATIC MENTION OF A XVI CENTURY PORTUGUESE-ENGLISH GRAMMAR. In a book of 1734, a *Portugal Illustrado pelo Sexo Feminino* (1), some mention is made of an "Arte para aprender o Inglez, e Olandez", by Paula Vicente († 1576?), the daughter of our great play-writer Gil Vicente. Others after him repeat that statement (2), including Barbosa Machado in his *Bibliotheca Lusitana*; but the book, printed or in manuscript, has never been discovered, and nobody nowadays believes in its existence, neither our illustrious Romanist D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (3), nor the late critic and historiographer Braamcamp Freire, who just before his death published an exhaustive book upon Gil Vicente (4).

As a mere possibility we may be allowed to suggest that such a work may have existed, not some unknown P. Vicente, the same being after-

(1) Ascribed in its title-page to Diogo Manoel Ayres de Azevedo, but, according to Inocencio, the work of his brother, the rev. Manoel Tavares.

(2) For instance, Damião de Froes Perym, in his *Theatro Heroïno*, Lisboa, 1736.

(3) *A Infanta D. Maria*, p. 43.

(4) *Vida e Obras de Gil Vicente*, p. 254.

wards attributed to her; and we should be thankful, in any case, to anybody who would kindly point out to us the existence in a foreign library of a copy of this work, or of any other works of kind the previous to, or different from, those we mention ⁽¹⁾.

3. TWO UNACKNOWLEDGED TRANSLATIONS FROM LATIN-PORTUGUESE WORKS. The first grammar of either language, presented as a foreign one, we actually come upon is:

Grammatica Anglo-Lusitanica, by A. J. London, 1701.

It is a Portuguese grammar for the English — we point out the fact, because both classes of grammars may prove of interest, and these titles are liable to ambiguity. Would it not be possible, first of all, to identify its author?

This 1701 grammar is appended to a bilingual dictionary bearing also that date, published in London under the title: *A Compleat Account of the Portuguese Language. Being a copious Dictionary*

(1) We were not able to see a *Grammatica hollandeza, ou arte compendiosa para um portuguez aprender a lingua hollandeza*, printed at Amsterdam in 1765 (quoted by Bernardes Branco, in *Portugal e os Estrangeiros*, II, p. 567), and so we cannot tell whether it bears any reference to P. Vicente's lost grammar.

English with Portuguese and Portuguese with English, by A. J.

It was also, with some dialogues added to it, separately reprinted, under the same title, in Lisbon, 1705; but here the work is entirely anonymous, not even the initials A. J. appearing on its title-page.

According to our great novelist, and impassioned bibliophile, Camilo Castelo Branco ⁽¹⁾, both this grammar and the dictionary came from the pen of Raphael Bluteau, a most learned French Theatine, to whom we owe our first extensive Portuguese dictionary.

Bluteau, born in London in 1638, but the son of French parents, studied in France and acquired renown as a preacher, coming in 1668 to Portugal, where he became a favourite with the Court and the learned. We are told that he knew and spoke fluently English, French, Italian, Portuguese, Spanish, Latin and Greek. In 1697 he was obliged, for political reasons, to go to France, whence he returned in 1704, but still in disfavour. In this way he would have published the *Grammatica Anglo-Lusitanica* together with the "*Complete Account*" while away from Portugal, and the separate edition of the grammar just after his return; and his reason for not

(1) In *Bibliographia portugueza e estrangeira*, Porto, 1879, p. 75, his article being reprinted later on in *Narcoticos*, vol. II, pp. 16-17.

putting his name to these works might naturally have been his disgrace.

Camilo, in his usual dictatorial way, does not tell us anything as to the sources of his information. The publication in Lisbon of a Portuguese grammar for the English is rather unexpected, and, taken together with the broad accordance of the hypothesis with biographical circumstances, would seem to render this hypothesis probable—although we are unable to find any concordance of this book with Bluteau's better known works or even with their general make and style.

We were rather puzzled with the whole matter—and are explaining it so fully—because both Bluteau and Camilo are such great men among us, and it would prove of some interest if the work were Bluteau's; but, as a matter of fact, in the course of our investigations we found out that it is but the translation from the Latin of the *Ars Grammaticae pro lingua Lusitana addiscenda*, of 1672, by our philologist Bento Pereyra, the two parts of the Dictionary, in the same way, being versions of Pereyra's *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum, digesta*, and of his Portuguese-Latin *Thesouro da Lingua Portuguesa*. Where the unknown translator found Latin, he put English instead.

May these translations, at least, be Bluteau's? At first I would not credit such an idea.

Bluteau tells us in his dedication of the 3rd

volume of his sermons⁽¹⁾ to the Marquês de Cascaes, that when he went to France he had his *Vocabulario Portuguez e Latino* ready for the press: he was going to have it printed in that country; and his biographer D. Thomas Caetano do Bem even relegates the date of its completion to 1691⁽²⁾. Now if Bluteau's own work were so far advanced at that date, it is not likely that he, in 1701, would have translated another's, instead of using his own.

So it would seem that not even the hypothesis of these English translations representing his beginnings in philology is acceptable. And he was not, we should be inclined to say, the man to translate instead of creating or at least improving.

But when I found that in his *Prosa grammatologica*⁽³⁾, he makes use of whole paragraphs, *ipsis verbis*, of a former work—*Ortografia da Lingua Portuguesa*, por Joam Franco Barreto, Lisboa, 1671—without any acknowledgement, I don't know what to think.

Be this as it may, the question of "translatorship" is after all of very little interest for our special purpose—and so is the grammar itself. Nevertheless

(1) *Primicias Evangelicas*, printed in Paris in 1698; the *Vocabulario* was printed from 1712 to 1721, the first four volumes at Coïmbra, the remaining four in Lisbon.

(2) *Memorias Historicas dos Clerigos Regulares*, vol. I, p. 301.

(3) *Prosas portuguesas*, vol. II, p. 186.

we may add that, Bento Pereyra having been for a time director of the Irish Seminary in Lisbon, and the prefaces at least of both works being cast in perfectly idiomatic English, we may suspect the translation to have been made by a former British pupil of that Seminary, on his return to England.

The only known copy in our country of the "*Compleat Account*" exists in the *Biblioteca* of Evora.

4. THE FIRST TRANSCRIPTIONS. Also largely based upon, although not a literal translation of Pereyra's *Ars Grammaticae*, as regards morphology and syntax, but perhaps original as regards phonology, is the

Grammatica Lusitano-Anglica. London, 1731. Anonymous. (The designation above given, which appears on the title-page, is corrected from p. 1 to *Grammatica Anglo-Lusitanica*).

To it is appended

Epitome Gramaticae Lusitano-Anglicae, ou Huma breve instrucção para aprender a lingua ingleza (London, 1731).

This is a very short compendium of English grammar for the use of the Portuguese.

I have not been able to find out who was the author of these works.

The *Grammatica* was later on reprinted in another volume, where the *Epitome* is substituted

by a longer English Grammar. There J. Castro appears as the name of the author, on the first inspection in an ambiguous way, as he is solely the author of the new part, the preface of which is the only one signed "Castro"; and we could not find any affinity between the *Epitome* and the grammar that takes its place, as there would certainly be if they were by the same pen.

From the analysis of the languages in which both parts of the 1731 edition are written, the first in English, the second in Portuguese, we come to the conclusion that their author knew both of them as a foreigner, though his English is notably correct, and his Portuguese a little less so ⁽¹⁾.

On the other hand, by the knowledge he reveals of French, and from the large part he gives to that language in the formation of Portuguese—he says, for instance, that Henry Duke of Burgundy "introduced the Gaulic Dialect" into Lusitania, and that "the difference there is between Spanish and Portuguese pronunciation is in all conformable to the Gaulic or French Dialect", which assertion he tries to prove by many examples—this grammar seems to be the work of a Frenchman ⁽²⁾.

(1) He even uses several Spanish forms, such as "entonces", "léngua", "misma", etc., side by side with the corresponding Portuguese words.

(2) There is a Portuguese-French grammar also largely based on Pereyra's—*Ensayo da Arte Grammatical*

This hypothesis of its author being a Frenchman seems to receive confirmation from his transcriptions, which are numerous in both parts, but incorrect and incoherent. As a sample we reproduce a few lines of a continuous piece of transcription he gives in the English-Portuguese part.

PORTUGUESE.

Tive a honra de suas de quinze e vinte do mes passado pello correo, e de 22 ditto pello navio A Capitam j pellas quais recebi suas ordens de carregar por seu risco e Conta a bordo do primeiro bom navio, fazendo a viagem para Am-burgo 25 caixas de bran-cos, e 30 rolos de Tabaco...

ENGLISH.

Teeve au honra de suaus de kinze a veente do mes paussauo pello Corráo, de 22 ditto pello Nau-veeo A. Caupitaung j pellaus qu-aiuis recebee soo-aus ordengs do cauregaur por sa-oo risco a Conta au bordo do primá-iro bong nauveeo, fauzendo au veeaugengpau-rau Aumboorgo 25 Cau-ishaus de Aussoocaures cong 6 Caú-ishaus de braun cos, a 50 rolos de Taubauco

As a transcription from the Portuguese, this is inconsistent enough; we find, for instance, Engl. *a*

Portuguesa e Francaza, Lisboa, 1705—by one Josué Rousseau, a Frenchman, who also wrote a phantastic History of Portugal from the creation of the world or thereabouts; but, from comparison, we conclude that he is not the author of this grammar.

or *e* both for stressed and unstressed Port. *e*, Engl. *au* both for Port. [a] and [v], etc.. But if we regard the author right away as a Frenchman ignoring these distinctions, then he is simply to be placed by the side of the French-English grammarians and dictionaries, to whom French *a* = Engl. *au*, *aw* and French *e* = Engl. *e* or *a*.

5. WHO WAS J. CASTRO? We find Castro thrice quoted in Professor Jespersen's *Modern English Grammar* (1); it would be of some interest to know something about him.

The title of his grammar is:—

Grammatica Lusitano-Anglica ou Grammatica Portuguesa e Inglesa, por J. Castro, Mestre e Traductor de ambas as Linguas ("teacher and translator of both languages"). London, 1751 (2).

As we have seen, this grammar forms one volume with a second edition of the English-Portuguese Grammar of 1731; in place of the *Epitome* we have this *Grammatica Lusitano-Anglica*, solely the work of Castro. The first part is unaltered.

There is another edition of this second part which has neither the date, nor the place where it was printed, but only the indication that it was sold

(1) Vol. I, 9.03, II.43, II.62.

(2) "Printed for W. Meadows, at the Angel in Cornhill; and E. Comyns at the South-Gate of the Royal-Exchange, in Cornhill".

by Bertrand, of Lisbon. On the authority of our bibliographer Innocencio, however, it bears the stamp of the Lisbon editions of that time. Another reason to believe that it is so, and at the same time to conclude that the London edition is the earlier, is the fact that its many mistakes in Portuguese, the spelling, use of capitals, etc., are here corrected. The London edition was printed by workmen who did not know Portuguese, and very badly revised; but if it had been made from an accurately printed Portuguese edition, it would have been itself much more correct. The Lisbon edition, on its side, has some alterations due to the reviser's ignorance of the subject: for example, finding that, out of four different pronunciations given for English *o*, two are said to be "like the Portuguese *a*", the latter of these two is simply eliminated.

The date of this Lisbon edition must have been 1759. Innocencio, speaking of a 1777 reprint of this same edition, says that "according to some notes that had been shown him" (Bertrand the bookseller's apparently), an edition had been made in 1759.

This date perfectly agrees with the hypothesis of this being a reproduction of the London 1751 Grammar.

Now who was J. Castro? Bertrand's edition develops "J. Castro" into "Jacob de Castro", and, possibly only on this ground, has it been generally held that this grammar is the work of Jacob de Castro Sarmiento (1692-1762), our great physician,

a Portuguese Jew who in 1720, from fear of the Inquisition, went into voluntary exile in England, three years after taking his medical degree at Coïmbra. In England he spent his whole life and worked with some of the most notable scientists of the time, as Hans Sloane, Stephen Gray, Bevan, Thomas Short, the celebrated anatomist James Douglas⁽¹⁾, etc. He soon became a member of the Royal College of Physicians (1725) and of the Royal Society of London (1730), and wrote several medical treatises in Portuguese.

His memory has no need of this small additional stone to increase its glory: but, of course, it would render references to the work more valuable were it proved that it was indeed his. But I have reasons for believing that it is not. These are:—

1st. All the London editions up to 1811 bear the name of J. Castro: the Lisbon editions, made upon that of London of 1751, have Jacob de Castro; but the initial alteration must have been the result of guesswork. Now Jacob de Castro's medical works bear his surname Sarmiento, and his professional titles.

2nd. All Sarmiento's acknowledged works, although printed in London, are accurately printed, and their Portuguese is very correct: this is not the case with the Grammar in question.

(1) Maximiano de Lemos, *Jacob de Castro Sarmiento*, Cf. also the *Dictionary of National Biography* and *The Jewish Encyclopedia*, s. v.

3rd. The London edition of 1751 prints for the first time—as it does not figure in the 1731 volume,—the following curious “Advertisement”;—

“The author of this Grammar, who has lately publish'd a treatise, intitled, *A Present for young gentlemen on entering the compting-house*, teaches, either at his House at Houndsditch, between the Sun and the Crown, near *Bishopsgate*, or abroad, young Gentlemen, Ladies, etc., Writing, Arithmetick and the true *Italian* Method of Book-keeping, in a short Time (without the common Detail of Rules, and impertinent or rather unnecessary Questions) by a successful and approved Method of Instruction in a Merchant-like Manner.”

But we owe to the kindness of our friend Mr. William Bentley, who made the respective research for us in the British Museum Library, a new document from which the notion that J. Castro, the author of the *Grammatica Lusitano-Anglica* of 1751, was by calling, besides a teacher of languages, an accountant, and therefore not Jacob de Castro Sarmiento, receives further confirmation.

The proof lies in the title-page of another book of his, which we had seen mentioned in Allibone's *Critical Dictionary of English Literature*, only attributing to him a different prenom. We reproduce it almost in full:

“*The Merchant's Assistant and Clerk's Instructor*, etc., by J. Castro, Writing Master and Accountant; Also Teacher of the true Italian Method

of Book Keeping.—NB. He likewise fairly states and faithfully settles all Sorts of Accounts, of which kind soever, with Expedition.—London. Printed for the author and sold by B. Milles, in Houndsditch near Bishopsgate, etc., 1742.”

It is quite impossible that this should apply to Jacob de Castro Sarmiento—a learned man and a physician of note, as we have said. As to the biography of our J. Castro—probably also a Jew—we have so far learnt nothing. But this, of course, does not destroy the value of his transcriptions, although it may somewhat lessen their authority.

6. A JUDICIOUS CRITIC. The next grammar to be met with is:—

Grammatica ingleza ordenada em portuguez, etc., por Carlos da Silva Teles de Menezes. Lisboa, 1762.

Although the author of this grammar tells the reader that he composed it “on finding himself possessed of a sufficient knowledge of that language” the truth is that we have here only very poor work, widely and incorrectly based on French models.

Far more valuable is its criticism published in the Oporto review

Gazeta Literaria (March, 1762),

and due to the pen of its sole editor, Francisco Bernardo de Lima.

Lima, as he himself tells us and we might infer

from the English names which figure in the list of subscribers to his *Gazeta*, lived in close touch with the British colony, already numerous in Oporto, and had given special care, he asserts, to learning at first hand the correct sounds of the languages he knew: "the only possible way in which to learn the true pronunciation is through the practice of hearing the most polished Englishmen."

But we give the translation of the principal passages in his article, as respects phonetics:

"The letters, and syllables, have sometimes so different a sound from the one they have in Portuguese, that it is impossible to make it known in writing; the author therefore uses the sound that is somewhat similar to ours, but he forgets to tell us that this substitution is imperfect, and that we can only learn the true pronunciation by the habit of hearing the most polished Englishmen."

"... our first rule in learning the languages we know to-day, was to try and acquire as good a pronunciation as a Portuguese may attain to, and only after this seek the true meaning of the words..."

"The author knows that there are in English letters and syllables for which there is no corresponding sound in Portuguese, and so it would seem proper to make this preliminary remark..."

"Under the letter *a* the author [Menezes] says that *table*, *miracle*, *cable*, etc., are pronounced *téble*, *mirécle*; but a little attention causes

us to perceive the sound of *tébel*, *mirékel*, *kébel*, so that we may say that, when *le* follows a consonant, especially at the end of words, the general rule is to pronounce *el*, with silent *e*; we do not find this remark, even under the letter *l*..."

"It would not be improper to say in this place that the letter *a*, when followed by *ll*, must be pronounced as German *a*, the sound between *a* and *o* in opening the mouth, which we do not possess in Portuguese... The same applies to the diphthong *au*, or *aw*..."

"Under the letter *i* it is said that this vowel before a consonant and final *e* is pronounced as *ai*; but it is certain that by pronouncing *ai* with close *a*, and very rapidly, we get the true English sound." (1).

"When it sounds like *e*, as in *girl*, it is impossible to indicate its true sound in writing."

(1) Cp. Rippman, *The Sounds of Spoken English*, 40.101: foreigners may dwell "much longer on the first element" (of the diphthong [ai]), and make it "more open".

Port. [A], the first element of the Port. diphthong *ai*, *s* in *pai*, is intermediate between the French *a* in *pâte*, and that in *palle*; while Port [a], the first element of *aw* as in *pau*, is similar to the French *a* in *pâte*, slightly more rounded (Gonçalves Vianna, *Portugais*, p. 11 ff.. Cp. also Daniel Jones, *English Phonetics*, § 408.

As to the *ai* of *ensaïar* [isɐi 'Aɪ], it is obviously out of question here.

"The author, in speaking of the letter *o*, says that, placed in the middle of monosyllables ending in a consonant, it sounds like *a*. It would be advisable to say that we have no sound equivalent to the abovesaid *o*; because, for instance, the *o* in *God* is not pronounced by opening the mouth so much as the Portuguese do for their *a*; and we feel sure that if a Portuguese utters in conversation any of these words, isolatedly, *God*, *rod*, *clock*, pronouncing them *Gad*, *rad*, *clack*, no Englishman will understand him..."

"The letter *u*, before a final consonant, or before those consonants which make a syllable with this letter, has some resemblance to the Portuguese *o*; it is pronounced, however, with the mouth slightly open, so that there is no Portuguese word with an *o* of the same sound."

"It is to be observed that the English, generally speaking, do not open their mouth so much as the Portuguese or the French when pronouncing the vowels, except for German *a*; but even in this case it seems to our ear that the sound is formed within the mouth, as in the combinations *all*, and *au* or *aw*."

When dealing, at some length, with the pronunciation of Engl. *th*, Lima gives his sole transcriptions: *whether* [*uhédar*], *father* [*fádar*], the second being repeated a little below: "... when English words end in *er*, they have not an open *e*, as when the Portuguese utter the word *mulher*, but rather a

sound somewhat similar to short or close *a*, as in the syllable *ar*, when we say *marguez*; so that when the English pronounce *father*, we seem to hear *fádar*, the mouth closing a little for the second *a*."

These reflections, although lacking precision, show that Lima was a keen observer, quite aware of the peculiarities of English pronunciation. Syllabic *l*, the "clear" quality of the first element in [*ai*], the pronunciation of *girl* ⁽¹⁾, the unrounded representatives of M. E. short *o* and short *u* ⁽²⁾, the value of Engl. *a* in *father* ⁽³⁾, Port. intervocalic *d* as comparable with Engl. [*ð*] ⁽⁴⁾, all are more or less clearly hinted at. He is also the first among us to direct attention to a more correct valuation of the digraphs *au* and *aw*, as well as of the *a* in *all*, etc..

In the next grammar we have to deal with:—

Nova grammatica da lingua ingleza, por Agostinho Neri da Silva ⁽⁵⁾. Lisboa, 1779.,

notwithstanding it closely follows, in the matter of "orthography", Miegé's *Grammaire Angloise-Françoise*, a certain progress is observed in the analysis

(1) Jespersen, *Mod. Eng. Gram.*, I, 12.63.

(2) Wyld, *op. cit.*, pp. 232-4 and 240-2.

(3) Cp. our special note on the *a* in *past*, *car*, etc., below.

(4) G. Vianna, *op. cit.*, §§ 41 and 56.

(5) About Neri's life not much is known. He was for a time employed in our Foreign Office, then became consul of Portugal in Denmark.

and notation of some English sounds. Thus Engl. short *o* is rendered by Port. *o* in such transcriptions as *ox* [oqse], *coffee* [coffi], *dropped* [dropt], and others; the new long *o* is frankly admitted as the value of *a* in *all*, *bald*, *talk*, *altar*, etc., and its open quality ("o agudo") recognized in the *ou* of *ought*, *nought*, *brought*, etc.; finally the transcriptions *globe* [gloube], *mode* [moude], *boat* [boute], *broach* [brouche], and similar ones—i. e., those respecting the sound evolved from M. E. slack long *o*—clearly point to our close [o], or even to [ou], if Neri had our northern pronunciation⁽¹⁾. And the same "long *ou*" is attributed in one of his rules to the Engl. *ow* of *blow*, *grow*, *know*, etc.

This change in notation also comprehends the diphthong *oi*, said to be pronounced «as in Portuguese». Single transcription: *employment* [iemployment].

7. THE QUESTION OF THE EVOLUTIONAL STAGE OF M. E. *ai*, *ei*, IN THE XVIII CENTURY. Professor Jespersen—*Mod. Engl. Gram.*, I, 11,43—quotes many transcriptions from Castro's grammar in support of his idea that the levelled M. E. *ai*, *ei* were never monophthongized. Dr. Zachrisson thinks that much is to be said in favour of this theory⁽²⁾;

(1) Cf. Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, pp. 106-8.

(2) *Pronunciation of English Vowels, 1400-1700* (Göteborg, 1913), p. 196.

but Professor Wyld, in his *Mod. Col. Engl.*, pp. 247-9, argues that this cannot have been the case, among other reasons because there existed from the fifteenth to the seventeenth centuries inclusive a pronunciation [ei] for M. E. long *i*.

Will it not be possible to get from the other Portuguese-English grammarians of the time some contribution to this problem?

Menezes' grammar of 1762 is of no help, but in Neri 1779 we find something that seems worth noticing. Here, however, the position is quite the reverse from that in Castro 1751: while in that grammar the diphthongic pronunciation only comes out from transcriptions, and never from the rules, Neri has no transcriptions concerning this point, but in his rules he expressly assigns the value of Port. *ei* to the digraphs *ay*, *ei* and *ey*, and the value of Port. *e* to the *ai* of *fair*, *despair*, *hair*, *dairy*—that is, as shown by the examples, before *r*, just as in Castro.

Neri's positive assertion that "*ei* is pronounced by the English just as in Portuguese" seems at first somewhat weakened by the fact that he may be only translating from his French model: "*ei* se prononce en Anglois comme en François"; but he is not copying Miegé in the case of the digraphs *ay*, *ey*, to which the French grammarian gives either *ai* or "*e masculin*" as the equivalents, and so it seems after all that Castro's transcriptions receive confirmation from his rules.

In the remaining works of the kind up to 1828 we find the sounds derived from M. E. *ai, ei* and M. E. long *a* always rendered by *e*. All these grammars, however, are, for various reasons, of little avail for our object. Antonio Vieyra Transtagano—a noted philologist, who was King's professor of Spanish and Italian at the College of Dublin, left a Latin work on the Arabic and Persian languages and is the author of a well-known bilingual dictionary English-Portuguese and Port.-English—has also a *New Portuguese Grammar* (1768), but, living in Ireland, his pronunciation of English must, at least, be suspected. André Jacob, said to be an Englishman who came to serve in our navy, only follows Sheridan in his *Gramatica Portugueza e Ingleza* (1793). And similar reasons, besides their lateness, impair the *Mestre Inglez, ou Grammatica Portugueza e Ingleza*, by J. P. da Silva e Mello (1813), and the other *Mestre Inglez, ou Nova Grammatica da Lingua Ingleza*, by F. de Paula Jaku, of 1814⁽¹⁾.

Meanwhile all subsequent editions of Castro's and Neri's grammars keep an unaltered position regarding this question. Only in the former's revised edition of 1828—if not also in an earlier one, of 1818, which we have not seen, both bearing the name of H. J. da Costa (Hipolito José da Costa)

(1) Only the dates of the first editions are given; Vieyra's is very scarce: there exists a copy in the British Museum Library.

as the author—we have for the first time in a Portuguese-English grammar Engl. "long" *a* rendered by Port. *ei* in all transcriptions.

The first to say expressly that Engl. "long" *a* is pronounced like Port. *ei* is D. José de Urcullu, a Spanish exile who published a *Grammatica ingleza para uso dos portuguezes*, Lisboa, 1830⁽¹⁾.

8. A CONTINUOUS TRANSCRIPTION FROM CASTRO'S GRAMMAR ANALYSED. Following the example set him by the unknown author of the English-

(1) There are also Portuguese versions of the French-English grammar of Siret (1813), which we have not seen, and of the English grammar of Murray (1820), where we found nothing of interest. Speaking of Siret we may be allowed to mention an apparently rare "revised and corrected" edition of his *Éléments de la Langue Anglaise* (London, 1800)—"Printed for R. Philips, N.º 71, S. Paul's Church-yard, Et se trouve à Bordeaux, chez Pierre Beaume, Imp.-Lib.º, rue de l'Égalité, n.º 32"—which is not quoted by Theo Spira in his *Englische Lautentwicklung nach französischen Grammatiker-Zeugnissen*. The name of the reviser is not given, but we find in it, for the first time, a *Notice sur la vie et les ouvrages de P. L. Siret* († 1797), most probably the same that appears in Siret-Poppleton 1815.

This Siret 1800 is quite independent as regards phonology from Siret-Parquet 1796, and some of its transcriptions—as *nation* [nèi-chienne], *station* [stèi-chienne]—might be thought to point to a diphthong; but in some other words transcribed he also renders Engl. "long" *a* by *ai* or by *é*.

Portuguese grammar to which he furnished the Portuguese-English counterpart, Castro also transcribes a complete business letter by means of Portuguese sounds. As the best way of passing under a brief review his phonological system, we are going to analyse this transcription; in such a continuous piece as this we may hope that Castro was trusting more to his ear than in his rules and examples, where he is inconsistent enough, particularly as regards the use of marked and unmarked Portuguese vowels; it would, besides, prove of a special interest if it turned out that he made a distinction between stressed and unstressed syllables and words.

First of all we reproduce his letter and the respective transcription, as they read in the 1751 edition:

INGLEZ

Since mine of the 16th instant I have yours of the 14th ditto, and refer myself to what I have already written in answer to your said Letter. This serves at present to desire you to furnish and pay to Mr. *J. M.* to the Value of two hundred Pounds, at one or more Times, according as he shall

O MESMO INGLEZ POR
ESTYLO PORTUGUEZ

Sênsê máin av thi 16 instant Ai ev iúars av thi 14 ditto, end rifár máisêlf tu uát Ai ev alrédy rítin in ênsar tu iúar séid Létar. This sárvés et présent tu dizair iú tu fárnix end péy tu Místar *J. M.* tu thi vélhu av tu hándad Páunds, et uán ar môr Tâims, eccarding es hi xal dizáiár it fram

desire it from you, taking his Bill or Bills of Exchange for what you shall so furnish him with, and put it to my Account, and this my Letter of Credit shall be your sufficient Warrant for so doing.

iú, teking his Bill ar Bills av Exchênge far uát iú xal so fárnix him úith end pát it to mái Eccáunt, end this mái Létar av Credit xal be iúar sáffixient Uárant far so duing.

How are we to interpret the above transcription?

Our problem is twofold. Which were in every case the Portuguese sounds that Castro recurred to for his comparisons? And, once this determined, as far as possible, what inferences are we to draw as to the peculiarities of 18th century English pronunciation?

In answer to the first question, and to enable foreign readers readily to seize Castro's meaning, we are going to "translate" his transcription into the notation of the International Phonetic Association, as adapted to our language by Gonçalves Vianna in his *Portugais* (1), but necessarily simplified from want of special type for some of the more minute peculiarities.

This is not always an easy task. In his phonology Castro scarcely gives any directions as to the manner of production of every English sound; he almost confines himself to equalize Portuguese letter-values to English letter-values, his system

(1) In the *Skizzen Lebender Sprachen*, edited by Professor W. Viëtor.

being identical to that of the French-English grammarians of the time, whom he possibly took as models. On the other hand in his transcriptions, where he is sometimes independent from them, he often interchanges two or more signs in the notation of the same sound. Lastly we must take into account the several values a Portuguese letter may have, some possible dialectal differences in pronunciation and also the evolutional changes registered in spoken Portuguese.

To begin with, we must make the following allowances:

1. Castro cannot have endowed English with nasal vowels, and so his *m* and *n* at the end of a syllable must be pronounced as in English, while in Portuguese they nasalize the preceding vowel, and may in some cases be unvoiced, or even silent ⁽¹⁾. As to the *ng* of the ending *-ing* ⁽²⁾, we must suppose that he meant [ŋ], as he does not drop the *g*, although he may be only following the spelling. In his phonology he has no rule about this point.

2. For *h* and *th* he must have meant their Engl. values; but as in his brief rule respecting the digraph *th* he does not distinguish between its breathed and voiced values, we have assumed every-

(1) Cp. Daniel Jones, *English Phonetics*, § 510.

(2) Wyld, op. cit., pp. 289-290. Jespersen, op. cit., § 13.11; etc.

where [ð], as required by the words transcribed. We also possess a variety of [ð], but only as the value of *d* in certain positions, a fact of which almost certainly he was not conscious ⁽¹⁾.

3. He must have also meant Engl. [j] and [w] initially, sounds which do not exactly occur in Portuguese ⁽²⁾.

4. For Port. *lh* = [ʎ] he evidently means in Engl. [lj].

As regards the remaining consonants not much has to be said. The distinction made by Castro in his rules between Port. *ch* and *x* is worth noting. This distinction, which subsists in our northern provinces, was formerly extensive to the whole country, that digraph having almost the same affricative pronunciation as in English, and *x* being uttered as a "hushing" dental fricative ⁽³⁾. But he seems to have no notion of the voiced affricate [dʒ], as he says that the *d* in *badge*, *hedge*, etc. "is not pronounced" and "only serves to lay stress (?) upon the syllable".

Particularly uncertain is the case of *s*, owing to the varieties of pronunciation registered in both

(1) Gonçalves Viana, op. cit., §§ 41 and 56.

(2) The Portuguese semi-vowels are only formed with a slight friction when intervocalic. Cf. Gonçalves Vianna, op. cit. §§ 25 and 27.

(3) Cf. Leite de Vasconcellos, op. cit., pp. 116-7, and Gonçalves Vianna, *Pronuncia Normal Portuguesa*, p. 92.

countries and to the possible changes since Castro's time ⁽¹⁾. According to his rules, English *s* is pronounced, when final, "just like in Portuguese"; nevertheless we cannot assume that for medial and final *s* he may ever have intended its Port. occasional values of [ʃ] and [ʒ], among other reasons because when he really means [ʃ] he expressly transcribes *x*, even against the spelling, as in *sugar* [xugar], *assure* [éxuar], *nation* [néxian], etc..

Most probably he did not pay attention to the influence of neighbouring sounds on the pronunciation of the letter *s*, either in Portuguese or in English; but, as the nearest approach, we interpret his *s*, when final and followed by a word beginning with a consonant, as [z]—as it is the rule in our tongue—and in every other position as [s].

But our chief trouble lies with his vowels. In his phonological chapters Castro never goes so far as to tell us whether a vowel is open or close. It is true that he makes use of marked and unmarked letters, but he currently interchanges them in the notation of the same sound, to the extent of giving both, side by side, in the transcriptions of examples to the same rule. On the other hand our Portuguese vowels may have several stressed and reduced values. All this renders his phonology of the vowels rather difficult to interpret.

(1) Wyld, *op. cit.*, pp. 291-2; G. Vianna, *P. N. P.*, pp. 91-2; L. de Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 114-6.

The case is somewhat easier with the letters *i*, *u* and *o*. As respects the first two, their more common unstressed values in our tongue are not very dissimilar from their values in stressed syllables, [i] and [u]. And as to his transcriptions of *more* by [môr] and *so* by [so], we also think that he means Port. close [o] in both cases, as he almost never marks this letter with the acute accent in the few transcriptions of his phonology where he uses it: *note* [not], *know* [no], *coat* [cot], *cloak* [clock], *coast* [cost], etc., while *ghost* he renders once by [gost] and once by [góst]: there remains only as exceptional the transcription *comb* [cóm], which is not particularly significant. On the other hand it seems to us that only in *ditto* [ditto] is it possible to assume for *o* its Port. reduced value of a very short, occasionally whispered [u] ⁽¹⁾.

But what about his use of *a* and *á*, *e* and *é*, the two signs in each pair being currently interchanged for the same sound in the transcriptions scattered through his phonology? In this continuous piece he, in fact, uses his marks more consistently: while nearly always putting an acute accent over the *a* or the *e* in stressed syllables, he hardly ever employs it in unstressed syllables and weak words. Therefore, respecting the first pair, the two Portuguese sounds he recurs to in this transcription may

(1) Gonçalves Vianna, *Portugais*, § 25.

only have been [A] for *á* and [v] for *a*. There remains a difficult point: our vowels, and more particularly *a* and *i*, are modified, in stressed syllables, before *l* and *u*, and generally not reduced, in unstressed ones, before *l* ⁽¹⁾; he most probably did neither mean, nor even notice, such distinctions, but he could not but have made them in reading, and so we are obliged to keep them, at least as regards *a*. And as to *e* and *é*—although he does not mark [teking] and [credit]—if he really intended a different Portuguese sound in stressed and unstressed syllables, the only hypothesis we think practically possible is that he meant respectively [e] and [e] ⁽²⁾, this last sound being also preferred before *m* and *n*, instead of the close nasal we would then use. Port. [ə]—which is different from Engl. [ə]—does not occur initially, not even in our dialects ⁽³⁾, and we think that Castro never intended for *e* its reduced values akin to [i], for he expressly used this letter when he heard it so, as in [rifár], [dízaríar], [dispáír], [ríciit], etc.. Only the last *e* of [exchéngé] we feel obliged to re-transcribe by its Port. reduced value of [i]—which would

(1) Ibid., §§ 26 and 73.

(2) Both varieties of Portuguese *e*, however, must formerly have been closer than nowadays (Cf. Gonçalves Guimarães, in the 1st Appendix to his edition of the "Luziadas", pp. 20-1).

(3) Leite de Vasconcelos, op. cit., pp. 99-100.

even be unvoiced on account of the voiceless consonant that begins the following word ⁽¹⁾.

Finally as regards his notations *ei*, *éi* and *éy*, their meaning is also dubious. Our diphthong [ei] only occurs in a small number of cases; nevertheless, seeing that he almost always puts the acute mark over the *e*, our only choice is to suppose [ei].

We must add that we corrected the obvious misprints *sárvés* for *sárvs* ⁽²⁾—cp., in the same transcription, *times* [táims]—and *be* for *bi*, as given in one of his *E* rules, and that we also equalled the two different transcriptions of *desire*, in accordance with his interesting rule: "*E* does not sound at the end of words after *r*, but is converted into Portuguese *a*. Ex.: *fire*, *desire*, *acre*, *meagre*, to be read *fáiar*, *dízáríar*, *écar*, *mígar*, etc." The *x* of [exchéngé] is also perplexing: does he mean a sound agreeing with the old spelling *eschange* ⁽³⁾, or is it merely a slip? We chose the last alternative, and accordingly corrected to [ks], just as it stands in his other transcriptions *six* [siks], *example* [éksempil], *express* [ékspress], etc..

Our rendering of Castro's transcription—a necessarily hybrid piece where the corrections resulting

(1) G. Vianna, *Portugais*, § 69; *P. N. P.*, p. 73.

(2) In the 1770 ed., "revised and corrected" (rather badly) by a certain A. da Paz, we find, in fact, *sárvs*.

(3) Jespersen, op. cit., I, 14.32.

from n. 1-4, above, are given within parentheses — reads therefore as follows:

sens main ev (ð)i 16 instent ai ev (j)uæɪz ev (ð)i 14 ditu, end rrifai maiself tu (w)at ai ev alrredi rritin in ensæɪ tu (j)uæɪ seid letæɪ. (ð)is saɪvz et pɛzɛnt tu dizaiɪ ju tu faɪni/ end pei tu mistæɪ J. M. tu (ð)i vɛ(l)ju ev tu (h)andəd paundz et (w)an vɛɪ moɪ taimz ekaiɪdi(ŋ) ez (h)i /əl dizaiɪ it fɪɾɛm (j)u tɛki(ŋ) (h)is bil vɛɪ bilz ev ekst/ɛnzɪ fɛɪ (w)ɛt (j)u /əl so faɪni/ (h)im (w)i(ð) end pat it tu mai ekdunt end (ð)is mai letæɪ av kɛɪdit /əl bi (j)uæɪ safi/ient (w)aiɾɛnt fɛɪ so dui(ŋ).

We are now in a position to approach our second question: what hints can be derived from Castro as to the English pronunciation he heard and taught. For this purpose we will consider not only this continuous transcription but also the rules, examples and transcriptions given in his phonology.

Regarding the English consonants we may say that nothing is to be concluded that is really significant. He bears testimony to several isolative and combinative changes and cases of loss, but for all of them there are earlier instances⁽¹⁾. His noticing of the murmur vowel developed before *r*, as in *your* [iuar], *desire* [diɾaiar], *pure* [piuar], etc., is

(1) Wyld, op. cit. p. 287 ff.

perhaps the only point of some interest⁽¹⁾. As respects the vowels, the inferences we think allowable are the following:

a) In rendering Engl. short *o*, as well as the vowel in *all*, *bald*, *saw*, etc., by Port. *a* or *á*, although he possibly took the French-English grammarians as models, he may really mean more or less unrounded sounds⁽²⁾. The same remarks more assuredly apply to unrounded short *u* — one of the cases dealt with by Professor Jespersen⁽³⁾; but taking together all his transcriptions concerning this point in the London 1751 edition, some of which are omitted in the Lisbon edition that Jespersen followed, we see that the balance stands even between his use of the marked and the unmarked letter — *rub* [ráb], *gun* [gán], *run* [rán], *custom* [cástom], *judge* [jáge], *clutter* [clátar], *mutter* [mátar], *vulgar* [válgar], *hunger* [hángar], *knuckle* [nákil], *loved* [láved], *some* [sám], *monk* [mánk] against *hug* [hag], *gum* [gam], *such* [saché], *dumb* [dam], *just* [jast], *flux* [flâcs], *love* [lav], *blood* [blad], *flood* [flad], *soot* [sat], *young* [iáng], *rough* [raf], *enough* [énaɸ]. In this way Jespersen's conclusion that he precisely means the Port. *a* in *anamós* seems to us somewhat weakened.

(1) The ending *-le* he also consistently transcribes by *-il*, as in *chronicle* [cránuquil], *battle* [bétil], *people* [pípil], etc.. Cf. Wild, *ibid.*, pp. 262 and 272.

(2) *Ibid.*, p. 240 ff. and 204-5.

(3) *Op. cit.*, I, 11.62.

In his examples to the respective rule Castro always uses the marked letter, and we think that indeed our [A] corresponds better, at least in acoustic effect, to Engl. unrounded short *u*. But, all things considered, the precise quality of the sound represented by Castro cannot be inferred from his inconsistent transcriptions.

b) For the reason above given, we more easily agree with Professor Jespersen when he admits ⁽¹⁾ that by unmarked *a* Castro denotes, in unstressed syllables, the Engl. reduced neutral. This view receives confirmation from many transcriptions given in his phonological chapters, although Engl. *o* and *u* are also very often rendered by unaccented Port. *a* in stressed syllables as well; it is only the clear predominance of the unmarked letter in unstressed syllables that renders these transcriptions, on the whole, probative. He uses it mostly for the vowels + *r*, while some other cases are particularly significant, such as *Isaac* [áizac], *Canaan* [kénan], *phthisical* [thísical], etc.. At the same time we also find other notations for unstressed vowels, as in *catalogue* [ketelág] *perceive* [pársiv], *altogether* [áltoguethar], *machine* [mexin], *forgive* [fárguive], *Guildford* [gúildford], *economy* [écanimi], *philosopher* [fílaçifar], *Penelope* [penélipi]. These last three transcriptions, taken from different paragraphs

(1) Op. cit., I, 9.03, 9.333.

of his phonology, and thus all the more supporting one another, furnish rather curious instances of a reduction to [i] ⁽¹⁾.

c) For the sound evolved from M. E. slack long *o*, and from the M. E. diphthong in *knownen*, etc., the only inference to be derived from Castro is a close monophthongic pronunciation.

d) his use of *á* in the diphthongs of which such a sound forms the first element, cannot be taken as a sure sign of their so-called "dark" pronunciation, while the preference of *á* to *o* in such transcriptions as *void* [váid], *toil* [táil], etc., also excludes the pronunciation [oi] ⁽²⁾.

e) In marked advance over the French-English grammarians, and even over the English orthoepists, of his time ⁽³⁾, Castro bears testimony to the change [ju] > [u] after certain consonants, as well as to the concomitant changes of some of these: *sugar* [xugar], *assure* [éxuar], *insure* [ínxúar], *accrue* [écru], *sue* [su], *avenue* [évinu], *pursue* [parsu], *residue* [residu], *bruise* [brús], *recruit* [rícru], *fruit* [frut], *pleurisy* [plúrisi], *shoe* [su], by

(1) Professor Wyld gives but a few spellings showing a reduction of *o* to *i* in unstressed medial syllables: op. cit., p. 264 and 276.

(2) Wyld, op. cit., p. 249 ff.

(3) Spira, *Englische Lautentwicklung nach französischen Grammatiker-Zeugnissen*, p. 251; Jespersen, op. cit., I, § 13.7 ff.

the side of *confute* [confiut], *dew* [diu], *pew* [piu], etc..

f) As regards the different values of the English *a* and *e* which he renders by Port. *e* and *é*, it is impossible to say whether or when he means an open or a close sound, but in weak syllables and words he must also have employed unmarked *e* for Engl. [ə]. At the same time a reduction of *e* to *i* is often given, as we have said.

Castro's contributions to the problems of the 18th c. representatives of M. E. long *a* and of the levelled M. E. diphthongs *ai*, *ei*, as well as to that of the vowel in *past*, *car*, etc., are dealt with separately.

Some particular points worth noticing in his continuous transcription are his rendering of *since* by [sence], as it was then still often heard⁽¹⁾, that of *serves* by [sárvs]⁽²⁾ and his [handad] for *hundred*, which reminds us of Cooper's "facilitatis causa dicitur hundurd"⁽³⁾. And from his phonological chapters we also extract, as representing some well-known peculiarities of pronunciation, *Rome* [rum], *gold* [guld], *girl* [guél], *yet* [iit], *get* [guit], *beget* [biguit], *forget* [fárguit]. All of them bear testimony to his general accuracy.

(1) Wyld, op. cit., pp. 180 and 226.

(2) Ibid., pp. 214 and 219.

(3) Jespersen, op. cit., I, 9.III.

ADDITIONAL NOTES (1)

9. CASTRO'S AND NERI'S POSITION AS REGARDS THE EVOLUTION OF M. E. LONG *a*. We have seen that Castro and Neri attribute a diphthongic pronunciation to the sound derived from M. E. *ai*, *ei*; there remains for us to examine their position as to the evolution of M. E. long *a*.

For the partisans of the theory that M. E. *ai*, *ei* became for a long period a monophthong, its coalescence with M. E. long *a* took place very early, the levelled sound passing through various stages, until it was diphthongized either in the 17th⁽²⁾ or in the 19th century⁽³⁾.

For those who defend the opposite view, their convergence occurred in the 17th century⁽⁴⁾.

It seems therefore that, in either case, Castro

(1) Having sent our article, as published in the *R. F. L. U. P.*, to Professor Zachrisson, he was so kind as to call our attention to certain special points, that might be made clear from the Portuguese side. In view of the present re-edition of the same, we examined them anew, and are giving here the final results we were able to attain.

(2) Cf. Wright, *Elementary New English Grammar*, § 82, where this view is registered, although he is a partisan of the second theory.

(3) Wyld, *A Short History of English*, § 225.

(4) Jespersen, op. cit., I, 11.41; Wright, op. cit., § 82.

and Neri must have also pronounced the *a* in *name*, *game*, etc., as a diphthong, only for orthographical reasons assigning to it the value of Port. *e* or *é*. And Castro, as Professor Jespersen also points out, even transcribes it by *éi* in a single case: *nature* [néitar].

It is our special object to examine their grammars in themselves in reference to this question. For this purpose we are going first of all to reproduce all of Castro's and Neri's rules, examples and transcriptions concerning either case.

CASTRO 1751

In the English alphabet he assigns the name of [*eiche*] to the letter *h*, by the side of [*e, je, ke*] given to *a, j, k*. On the pronunciation of Engl. long *a* he says:

"*A* is Portuguese *e* in all names of one syllable ending by a consonant. Ex.: *bat, can, far, mad*, etc., to be read *bet, quen, fer, med*, etc."

"Silent *e* serves to render long the preceding vowel... Ex.: *mad, made*... to be read *med, mede*..."

In his chapter on «Prosody» he repeats this statement, giving two parallel series of examples of short and long monosyllables, among which *bar* [bér], *car* [quer], *hat* [héi] and *mad* [méd] in the first, and *bare* [bér], *care* [quér], *hate* [ét], *made* [medé] — surely a misprint — in the second.

"The diphthong *ai* is Port. *e*. Ex.: *fair, pair, pain, stain*, etc., to be read *fer, per, péin, estéin*, etc."

"*Ei* has two sounds, Ist.: as Port. *e*. Ex.: *feign, reign*, to be read *féin, réin*"

Transcriptions (scattered throughout his phonological chapters, those given above being here repeated for comparison):

<i>made</i> [mede, mède?]	<i>nature</i> [néitar]	<i>chaise</i> [xés]
<i>game</i> [guem]		
<i>taking</i> [teking]	<i>ache ? aitch ?</i> [eiche]	<i>they</i> [thé]
<i>determination</i> [di-terminexian]	<i>rain</i> [réin]	<i>fair</i> [fer]
	<i>said</i> [séid]	<i>pair</i> [per]
<i>hate</i> [ét]	<i>pain</i> [péin]	
<i>acre</i> [écar]	<i>vain</i> [véin]	<i>care</i> [quér]
<i>crazy</i> [crézi]	<i>praise</i> [préiz]	<i>fare</i> [bér]
<i>plac'd</i> [plésed]	<i>dispraise</i> [dispréiz]	<i>bare</i> [fér]
<i>sav'd</i> [séved]	<i>champain</i> [xémpéin]	
<i>cage</i> [quéje]	<i>quail</i> [quél]	<i>bear</i> [bér]
<i>nation</i> [néxian]	<i>stain</i> [estéin]	<i>tear</i> [tér]
<i>patience</i> [péxience]	<i>pay</i> [péy]	
<i> vexation</i> [vékséxian]	<i>feign</i> [féin]	<i>wear</i> [üer]
		<i>swear</i> [siuer]
<i>exchange</i> [exchéngé]	<i>reign</i> [réin]	
<i>danger</i> [dénjar]		<i>great</i> [grét]
<i>Canaan</i> [kénani] (1)		

(1) As Professor Jespersen (op. cit., II.43) has all Castro's transcriptions but three, and these of no special significance, there would really be no need of repeating them here, if not for completeness' sake. But we took the oppor-

NERI 1779

In the English alphabet he has [*gei, quei*] as the names of *g, k*, against [*e, etch*] given to *a, h*. In his rules we read:

"*A* has the value of *e* in monosyllables ending by silent *e*, such as: *fate, care, fable, grace*, which are to be pronounced *fet, quer*, etc."

"*Ai* has the value of *e* as in *fair, despair, hair, dairy*".

"*Ay* has the value of *ei*, as in *fray, pray, to dismay, to defray, Monday, to stay, Sunday*, etc."

"The English pronounce *ei* like the Portuguese, v. g., *veine, weight*".

"*Ey* is pronounced in three ways... secondly, as *ei*, in these words: *they, to convey, to obey, to survey*, and others..."

No transcriptions are given of the digraphs, but we find Engl. long *a* also denoted by Port. *e* in *quake [queque]*, and four times rendered apparently by Port. *a* — *acre [acer, aquer]*, *nature [nater]*, *lac'd [laçed]*, *occasion [occason]*. In this second group, however, he is not exactly transcribing, but solely calling attention to the pronunciation of a certain letter or letter-group, which is never *a*.

tunity to reproduce them precisely as they read in the original London edition, although the state of things is not altered.

At the same time we find in Neri a "Catalogue of words that are alike, and similar, in pronunciation, and different in spelling and meaning" — taken we do not know wherefrom, but in Enticks' *New Spelling Dictionary* there is just such a "catalogue", and presented almost under the same title. Neri, in his Preface, enhancing the importance of his list, even omits the case of simple similarity, calling it but "a collection of words of the same pronunciation". And among his homonyms we find such pairs as *ail—ale, bail—bale, bass—base, Dane—deign*, etc..

We thus see that, although Neri and Castro — save in the latter's transcription *nature [néitar]* — agree in distinguishing between the digraphs *ai, ei*, etc., and "long *a*" (except before *r*), their position is not quite the same.

Neri's distinction only comes out from his rules, while his list, abstracting from the ambiguity of its title, would prove against it. In this way his position seems at first quite similar to that of some English grammarians and orthoepists, as Cooper 1685⁽¹⁾, Greenwood 1729⁽²⁾, and Walker 1775⁽³⁾; but when we remember how closely he follows Miege, this marked deviation from him apparently enforces Neri's meaning.

(1) Wyld, *M. C. E.*, pp. 172 and 249.

(2) Viëtor, *Elemente der Phonetik*, § 53, Anm. 8.

(3) Jespersen, op. cit., I, 11.34.

Castro's position is altogether different: after having likened, in his rules, both the Engl. digraphs and Engl. long *a* to Port. *e*, when he comes to the respective examples he generally distinguishes between them. And this distinction is also emphasized by the fact that between Port. [ɛ] and [ei], or even between Port. [e] and [ei], there is a more appreciable acoustic difference than between the corresponding English sounds.

Our inferences are therefore as follows. Considering together the general antagonism between Neri's rules and the "Catalogue" in question, on one side, and, on the other, the concordance of its title with Entick's, pointing to the same source, it seems to us that Neri is only rather blindly copying former lists of a similar purport; while Castro's single transcription [néitar] may simply be either a slip or a misprint, as in his many other parallel cases he always renders Engl. *a* by Port. *é* or *e* (1). And for these reasons we feel inclined to the view that, as regards the Portuguese-English grammarians, we find in Castro and Neri no sure objective indication that they also pronounced the *a* in *name*, etc., as a diphthong.

It rather seems that they consciously meant a

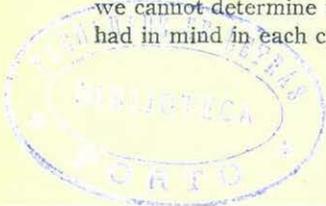
(1) It is not easy to derive any conclusions from the names given by Castro and Neri to the letters *h*, *j*, *k*, as we cannot determine the orthographical English form they had in mind in each case.

a distinction; but we evidently recognize that, while in making it they agree with the statements of some English grammarians and orthoepists, the interpretation of such a distinction would, on the whole, present great difficulties as to the Standard language, being against the indications derived from the spellings, rhymes and homonyms, and the testimonies of other English grammars, both by native and foreign authors. A possible explanation, however, would be that offered by Professor Spira for a similar distinction found in Siret-Parquet 1796, viz., dialectal influence, as in the south Midland, Eastern, Southern and south Western counties the two sounds have not fallen together (1). This remark may particularly apply to Castro, although we only know with certainty that he lived in London.

10. ON THE PRONUNCIATION OF PORTUGUESE *ei* AND *éi*. Unmarked *ei* (not *éi*) is now pronounced in the North and the Center, and in the capital, as [ei] (with some other exceptional pronunciations), that is, something very like Engl. [əi]; in the South (excepting Lisbon) it is sounded [ei] or [e] (2); but, according to our late and renowned phonetician Gonçalves Vianna, it was still pronounced [ei] in

(1) Op. cit., §§ 641 and 738; cp. also Wright, op. cit., § 82 and *English Dialect Grammar*, §§ 43, 48.

(2) Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, pp. 108-9.



Lisbon at the beginning of the 19th century, and this must have been formerly its sole pronunciation ⁽¹⁾. As regards *éi*, it must have been pronounced with an open [ɛ], as nowadays.

In this way it appears that the two Portuguese diphthongs *ei* and *éi* were pronounced in the time of Neri and Castro respectively [ei] and [ɛi]. The first element of these diphthongs is longer than the second, but not so markedly as this is now the case with Standard Southern English [ei].

Since Castro always puts an accent over the *e* of *éi*, we think, as we have said, that he probably meant [ɛi], while the *ei* in Neri's rules only bears the interpretation [ei].

11. THE VOWEL IN *past*, *car*, ETC., IN NERI, LIMA AND CASTRO. Neither of them gives any rules regarding this point.

In Neri 1779, besides the name of [ar] assigned to the letter *r*, we find such transcriptions as *regard* [regard], *guard* [garde], *guardian* [gardian], along with *aunt* [ante], *to daunt* [to dante], and *laugh* [láfe]. In the first word he may be said only to follow Miege 1756, but his relative independence from him is shown by the last group, for which Miege has, in the editions of 1685 and 1728 [aint, tou daint, laiff], and in that editions of 1756 [aint, tou daïnt, laiff].

(1) *Pronuncia Normal Portuguesa*, p. 92.

Neri, besides, expressly says that the "diphthongs" *ua* in *guard*, *guardian* and *au* in *aunt*, *daunt* have the value of *a*. Now as Port. [v] only occurs, in stressed syllables, before nasal and prepalatal consonants ⁽¹⁾, it is evident that in [regard, gard, gardian, láfe], at least, he meant Port. [A]; and this, it seems to us, may well be taken as a sign of the retraction of the English vowel. Neri, as we see, not only endorses Miege's "exception" ⁽²⁾, but strengthens its value with his other transcriptions.

More valuable still, although isolated, is perhaps the transcription *father* [fádar] twice given by Lima a little earlier (1762), in his able criticism of Menezes' grammar published in the March issue of the *Gazeta Literaria* — cp. p. 173, ff., above ⁽³⁾.

As regards Castro 1751 we notice first of all that, like Neri, he gives to the letter *r* the name of [ar] in his English alphabet. In the same way when he comes in his syllabary to *ar*, *er*, *ir*, *or*, *ur*, he gives as their Portuguese equivalents

ar, *ar*, *ir*, *ar*, *ar* ⁽⁴⁾

(1) Gonçalves Vianna, *Portugais*, § 49.

(2) Cf. Spira, op. cit., §§ 588 and 716.

(3) On the derivation of the form [fa:ðə] from a M. E. doublet with a short vowel in the first syllable, cf. Wyld, *A Short History of English*, § 220.

(4) In the Lisbon ed. we find Engl. *ab*, *eb*, *ib*, *ob*, *ub*, etc., represented by Port. *ab*, *eb*, *ib*, *ob*, *ub*, but this, being

in every other position having $a = e$. This, however, is in opposition to his rules, where he not only attributes the same vowel to *far* and *bat, can, mad*, but considers it as the short value of the a in *bare, care*, also given as e or \acute{e} (see above, pp. 196-7),

Lastly, gathering up all transcriptions of interest for the point we are examining, we find:

<i>bar</i> [bár]	<i>car</i> [quer]	<i>yard</i> [íard]
<i>carve</i> [quérvo]	<i>far</i> [fer]	<i>heart</i> [hart]
<i>carry</i> [quéri]	<i>cast</i> [kest]	<i>hearken</i> [harkin]
<i>tarry</i> [tèri]	<i>calf</i> [kef]	<i>heard</i> [hard]
<i>farrier</i> [fériar]	<i>calves</i> [quelvos]	<i>serves</i> [sárvos]
<i>half</i> [éf]	<i>example</i> [éksempil]	<i>laugh</i> [laf]
<i>answer</i> [énsar]		<i>psalm</i> [sâm]

We thus see that Castro, when dealing with words having M. E. *er* and *ar* ⁽¹⁾, seems to keep a short front vowel before final or intervocalic r , and to prefer Port. a for its notation before r + consonant; but, on the whole, he may be said to reveal hesitation. And, as we have pointed out when dealing with Neri's corresponding transcriptions

against his own rules, and most obviously inaccurate as regards unrounded short u , is clearly a misconstruction of the Lisbon editor, on finding in the London ed. both Engl. a and e rendered by Port. e , both o and u rendered by Port. a .

(1) Cf. Wright, *E. N. E. G.*, §§ 108 and 110; Wyld, *Mod. Col. Engl.*, pp. 201, 203-5 and 212 ff; Jespersen, *op. cit.*, §§ 10.65 and 10.69.

(see p. 203, above), by a or \acute{a} , i. e. except in [sâm], Castro can only have meant Port. [A].

On the other hand the single interruption, in the syllabary, of the long series of Port. *ee* as equivalents for the letter a , when followed by a consonant in the same syllable—*eb, ec, ed, ep, ar, es, et, . . .*—although weakened by the fact that he indistinctly equals *ar, er, or, ur* to Port. *ar* ⁽¹⁾, seems to point in the same direction. In this way we think it may be held that Neri, Lima and Castro support one another, and that we thus find in the Portuguese-English grammarians, since 1751, some collateral evidence that the vowel under question had already attained its present pronunciation.

(1) This particularly applies to *ar* and *ur*, as for several words retaining the spelling *er* there was up to Castro's time a type of pronunciation (still surviving in *clerk*, etc.) which really levelled *er* and *ar* (Wyld, *M. C. E.*, p. 212 ff.).

As to the lack of a similar interruption for *ir*—a combination which could not have Port. *ir* as the equivalent—in the series *ib, ic*, etc., we remark that in his phonology Castro has the transcriptions *girt* [gárt] and *shirt* [xáart], the last one furnishing the only case where apparently he also denotes length.

1

CARACTERES RÚNICOS
E CARACTERES IBÉRICOS

CARACTERES RÚNICOS E CARACTERES IBÉRICOS (1)

Estácio da Veiga, no capítulo terminal das suas *Antiguidades Monumentais do Algarve*, manifestando-se a favor da tese ocidentalista da origem das escritas lineares, aproxima os caracteres rúnicos dos caracteres ibéricos (2), e o mesmo faz Ricardo Severo no seu conhecido artigo da revista *Portugalia* sôbre os achados de Alvão (3). Ricardo Severo apresenta já um quadro comparativo de vários dos alfabetos antigos mais importantes, em que figura uma coluna de runas, mas sem a pretensão de fazer um estudo sistemático do assunto. É o problema da possibilidade desta aproximação — entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos —

(1) Publicado nos *Trabalhos da Sociedade de Antropologia e Etnologia*, vol. IV, fasc. II.

(2) Vol. IV, pág. 306 e segs.

(3) Tomo I, pág. 745 e segs.

que vamos tentar precisar um pouco mais; não podemos, todavia, avançar ainda tanto quanto desejaríamos, devido à falta de material, mesmo bibliográfico, baseando-nos sobretudo nas conclusões dos cientistas mais autorizados.

Já na comunicação que sôbre êste assunto, por um cativante convite do seu ilustre presidente, o nosso amigo e colega Dr. Mendes Corrêa, tivemos a honra de apresentar à «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» (1), salientamos, como se tornava necessário, as grandes deficiências bibliográficas que se nos tinham deparado, em particular quanto às inscrições rúnicas; felizmente essa dificuldade foi em seguida um pouco remediada, o que nos permitiu refundir o nosso modesto trabalho. Os resultados a que então chegamos não se alteraram: dentro do estado actual da runologia, as afinidades que *melhor se defendem* para as runas são ainda as gregas ou as latinas. Porém, a nosso ver, embora se apresentem obstáculos consideráveis para fundamentar a sua filiação directa nos sinais ibéricos, ou numa escrita nascida no ocidente, de que ambos os sistemas proviessem, esta solução não é ainda totalmente impossível perante as aquisições actuais, seguras e definitivas, das várias sciências que no problema têm de intervir.

Para o nosso trabalho utilizamos em primeiro

(1) Sessão de 20 de Dezembro de 1927.

lugar, quanto às inscrições rúnicas, o artigo *Runenschrift*, de Otto von Friesen, no *Reallexikon der germanischen Altertumskunde*, de Hoops (obra adquirida, bem como os albuns de inscrições rúnicas de Stephens e Henning, pela Biblioteca Municipal do Pôrto); êste artigo não só é considerado presentemente a melhor exposição geral do assunto, como encerra, na sua forma simplificada e corrigida, as ideas do autor sôbre a origem grega das runas, tese de que êle é o principal defensor. Para a tese duma origem latina servimo-nos da versão francesa dum artigo de Holger Pedersen sôbre *L'origine des runes* (1), originariamente aparecido nos *Aarboeger for nordisk Oldkynd og Historie*, 1923, que, renovando as ideas de Wimmer, é um estudo muito consciencioso e nos forneceu elementos mesmo sôbre outras hipóteses. Finalmente, quanto aos caracteres ibéricos, além da obra bem conhecida de Hübner, *Monumenta Linguae Ibericae*, aproveitamos também o curioso artigo do prof. Júlio Cejador, *Alfabeto e inscripciones ibéricas*, publicado no *Bulleti de l'Associació Catalana de Antropologia, Etnologia i Prehistória*, vol. IV, 1926. Mas pelo que respeita às leituras das inscrições ibéricas adoptadas por Hübner e Cejador consignamos desde já a devida reserva.

Uma advertência temos ainda a fazer para quem porventura se dê ao confronto entre o quadro de

(1) Edição da livraria «Thiele», de Copenhague.

Ricardo Severo e as aproximações morfológicas que adiante registamos. Ricardo Severo, tomando para base da sua tabela os sinais alfabéticos de Alvão e Capeludos, foi apenas buscar as runas que mais se lhes assemelhavam, não nos dizendo mesmo onde as colheu; além disso recorreu confessadamente a vários alfabetos, e não apenas ao *nórdico primitivo*, isto é, ao que hoje se considera quasi unanimemente o mais antigo. Esse alfabeto compunha-se de 24 letras, e as respectivas inscrições, segundo a maioria dos especialistas, datam-se, sobretudo por motivos arqueológicos, desde o século III. Os alfabetos anglo-frísio e alemão ocorrem em inscrições cujo início se marca dois a três séculos mais tarde, aceitando-se correntemente que derivam do primeiro; o alemão conserva o mesmo número de 24 letras, mas o inglês aumenta-o sucessivamente para 28 e 33. Além destes ainda houve o segundo alfabeto nórdico, de 16 letras, iniciado no século IX, e o alfabeto pontuado, iniciado no século XI — não falando já nas runas de ramos, de carácter mágico. Ricardo Severo, que utilizou certamente o conhecido livro de Taylor, *The Alphabet*, diz-nos ter recorrido aos alfabetos gótico, escandinavo e angliano; afigura-se-nos mais legítimo, pelos motivos dados, comparar a escrita ibérica apenas com o primeiro, que é na nomenclatura de Taylor o correspondente ao nórdico primitivo, qual acima o definimos. É esta, além disso, a prática usual quando se estuda a origem das runas.

Pôsto isto, vejamos até que ponto o parentesco sugerido se pode estabelecer com mais precisão; mas ainda antes carecemos de afastar uma questão prévia: se dentre as teorias mais correntes da origem das runas, alguma ou algumas se não encontram já fundamentadas ao ponto de excluir por completo qualquer outra possibilidade. É a êsse estudo que vamos em primeiro lugar proceder.

*
* *

Tem-se procurado filiar as runas nos alfabetos semítico, grego e latino, e ainda em certos alfabetos da Itália, em particular da Itália setentrional, havendo igualmente que as tenha julgado uma criação germânica, seja numa época muito remota, seja em tempos mais recentes. De tôdas estas hipóteses, porém, as que até hoje têm congregado em sua volta os especialistas mais autorizados são as duma origem latina, ou grega, ou mixta; mas deve igualmente dizer-se que a hipótese norte-italica não tem deixado de impressionar runólogos de nome, como era Sophus Bugge. Voltaremos a êste ponto.

A arqueologia tem sido invocada em favor da tese grega. São largamente aceites, e até mesmo entre os opositores desta tese, as conclusões de Bernhard Salin, baseadas principalmente na ornamentária, de que no século II da nossa era floresceu nas regiões ao norte e noroeste do Mar Negro uma

cultura germânica de moldes clássicos, e de que esta cultura já cêrca do ano 200 se tinha propagado à margem sul do Báltico, desde a Prússia oriental até ao Schleswig. Ora é no Schleswig, na Dinamarca e no sul da Escandinávia que se encontra a maioria das inscrições rúnicas mais antigas — em geral muito breves, duma ou de duas palavras, em pedras, em tésseras (medalhas de ouro, prata ou bronze, gravadas dum só lado, usadas como adorno ou amuleto) e ainda em joias, em armas ou em utensílios de metal, ôsso ou madeira. Mas algumas inscrições do mesmo estilo e da mesma época apareceram também para o oriente, como em Kowel, na Volínia e em Pietroassa, perto de Bucarest; a invenção das runas teria pois sido feita no oriente, propagando-se em seguida para o ocidente integrada nesta corrente cultural.

Quando, nos meados do século IV, se interromperam estas relações entre o oriente e o ocidente, o centro ocidental desta cultura era o Hannover, donde se propagou mais tarde em duas correntes, uma para a Grã-Bretanha e outra para o sul ao longo do Reno até os Alpes e a bacia do Danúbio superior, e daí na direcção da Itália. Esta última via é o domínio das inscrições rúnicas alemãs: Hesse, Nassau, Wurtemberg e a Baviera, até a região de Pressburg, na actual fronteira austro-húngara.

O número daquelas inscrições rúnicas orientais é de-certo ainda mais diminuto que o das ocidentais mais antigas, mas isso não invalidaria a hipótese:

que a escrita rúnica era bem conhecida entre os godos, quando estabelecidos na Mesia, prova-o o facto de o bispo Wulfila, no século IV da nossa era, ao criar um alfabeto, baseado no grego ⁽¹⁾ para a sua tradução da Bíblia, ter recorrido às runas para a representação de certos sons; ora Salin julga que essa cultura germânica oriental do século II já era gótica. Mas, como Pedersen adverte, deve-se também notar que as constatações de Salin não implicam necessariamente a origem grega, nem mesmo a oriental, da escrita rúnica: se, como hoje em geral se admite, ela deve ter nascido numa região onde os alfabetos grego e latino estavam em concorrência, tendo o alfabeto rúnico ou uma base grega com algumas letras latinas, ou uma base latina com algumas letras gregas, aquela condição tanto se poderia verificar no oriente como, numa data compatível com os dados do problema, na própria Itália; e a transmissão da escrita pode não ter seguido a linha de maior influência cultural, mas outra secundária, qual a que na Itália terminava. Não conhecemos directamente os trabalhos de Bugge, mas Hirt ⁽²⁾, abonando-se com o seu nome, defende uma origem greco-italica, donde se deduz que Bugge a achava possível.

A origem latina é portanto, dentro das condições expostas, tão defensável como a grega, e a

(1) É esta a opinião actual, fundada em trabalhos de Friesen; anteriormente julgava-se que a base fôsse latina.

(2) *Geschichte der deutschen Sprache*, págs. 104-105.

hipótese ocidental tão boa como a oriental. Para o caso de se admitir para as runas a base dum alfabeto da Itália, as inscrições rúnicas alemãs (v. ante, p. 214) testemunhariam também a via de propagação, mas agora num sentido inverso, e alterando-se-lhe a cronologia. Todavia, além de ser muito provável, como veremos, que a escrita rúnica em madeira, substância perecível, fôsse bastante mais antiga do que o séc. III, e de haver igualmente quem negue as ideas de Salin⁽¹⁾, contra a hipótese duma origem oriental no século II parece existir hoje um argumento ainda mais ponderoso, que só nos admira não vermos adoptado por Holger Pedersen. Com efeito na *Grammatik der urnordischen Runeninschriften*, de Johannesson, versão alemã de Schröder (1923), encontramos, adicionada pelo tradutor⁽²⁾, a menção dum amuleto com uma inscrição rúnica, escrita da direita para a esquerda, e achada, segundo parece, em 1917, que é atribuída à primeira idade do ferro; ora esta, para a Escandinávia, vai do século V a.-C. até ao princípio da nossa era. É o amuleto de Utgaard, Stod, na Noruega. Só podemos imaginar que o silêncio de Pedersen sôbre êste achado importante se baseará em quaisquer dúvidas sôbre a cronologia.

(1) V., por ex., Van Gennep, *Religions, Mœurs et Légendes*, 2^{ème} série, págs. 249 e segs.

(2) A pág. 117. V. também o prefácio do tradutor, que fez na obra algumas modificações.

Das duas principais hipóteses que se defrontam, a duma origem latina foi a primeira a atingir um grau suficiente de maturação com o trabalho célebre de L. Wimmer, apresentado originalmente em 1874 sob o título de *Runeskriptens oprindelse og udvikling i norden* (Origem e evolução da escrita rúnica no norte), e em 1887 numa versão alemã, revista e melhorada pelo autor, sob o título de *Die Runenschrift*.

Wimmer faz derivar as runas do alfabeto monumental latino dos primeiros tempos do império, e explica as suas deformações em relação a êsse alfabeto pela hipótese plausível de se terem inscrito primeiro em madeira, ponto a que tornaremos. Muitas das suas pretensas deformações têm contudo deixado de ser consideradas, assimilando antes os caracteres rúnicos a outros alfabetos epigráficos mais antigos, onde as curvas, por exemplo, também se evitavam. A única deformação que ainda geralmente se admite é a que explicaria a ausência de traços horizontais, porquanto os entalhes ao longo do veio da madeira seriam deléveis ou indistintos.

A tese grega tomou vulto um pouco mais tarde nos sucessivos trabalhos de Sophus Bugge e sobretudo de Otto von Friesen, atingindo os dêste a forma definitiva no seu artigo do *Reallexikon* de Hoops. Bugge parte ainda da escrita epigráfica, o que parece razoável, visto as inscrições rúnicas terem nitidamente êsse carácter; mas Friesen,

apoiando-se na descoberta de certos papiros dos séculos II e III com cursivos gregos, procurou derivar as runas desta escrita e não da monumental. Notemos de passagem que Grienberger, em 1900, fêz idêntica tentativa de derivar os caracteres rúnicos dum cursivo, mas, desta vez, latino. Friesen, na última forma da sua tese, reconhece para certos sinais a necessidade duma proveniência latina, ao mesmo tempo que admite a possibilidade de umas runas derivarem de cursivos gregos ou latinos e outras da escrita monumental.

Modernamente, por fim, a hipótese latina reavigorou-se também, sendo esta a que Holger Pedersen defende no seu artigo; mas, pelo seu turno, reconhece-se nela igualmente para certas letras a necessidade duma origem grega.

As concordâncias, ao mesmo tempo de forma e de valor fonético, entre as runas e os alfabetos grego e latino são realmente notáveis em grande número de casos. Contudo o próprio facto de se conhecerem suficientemente estes alfabetos, mesmo nas suas variantes antigas, constitui também de-certo uma vantagem para as referidas hipóteses.

O estado actual da questão, quanto a estas hipóteses, pode resumir-se como segue. Um pequeno número de runas, entre as quais se afirmam especialmente as dos valores *f*, *u* e *r*, só se explicariam bem, quanto a forma e som, pelo alfabeto latino; outro pequeno grupo, em que se destacam as dos

valores *g*, *ng* (a nasal velar, como no inglês *sing*) e *m*, pelo grego; ao primeiro ainda se acrescentam o *c*, *h*, *j* e *s*, e ao segundo o *e*, *o*, *p* e *z* ($\text{>}R$), mas quanto a tôdas estas letras há já mais divergências; o que afinal quer dizer que para estes casos, bem como para o resto do alfabeto, se procura uma base grega ou latina conforme a hipótese que se defende.

Nestas aproximações atende-se, como temos dito, ao mesmo tempo à forma e ao valor fonético, mas deve acrescentar-se que o relacionamento parece por vezes bastante forçado (embora se invoquem exemplos da história dos alfabetos), e muito especialmente no que respeita a configuração. Mesmo a quem nunca tenha abordado o assunto bastará examinar o alfabeto rúnico primitivo para ver como bastantes das suas letras diferem das lapidares de igual valor fonético dos alfabetos gregos e latinos. E a sua derivação dum cursivo grego, tentada por Friesen, merece comentário idêntico.

E no entanto, diga-se desde já, semelhanças só de forma há-as bem maiores entre as runas e os sinais doutras escritas, como as do norte de Itália e as ibéricas. Hirt, que acentua, criticando a teoria de Wimmer, o facto de todos os investigadores da origem e parentesco dum alfabeto antigo partirem do princípio de que um alfabeto se transmite dum povo a outro relativamente pouco alterado⁽¹⁾, nou-

(1) Ob. cit., pág. 105.

tro ponto, confessando ignorar a origem das runas, aponta o *d* como ocorrendo apenas em certos alfabetos da Gália, e o *E* como unicamente no lémnico e no ibérico (1). E afinal o próprio sinal *d* do rúnico também no ibérico se encontra, não se sabe ao certo com que valor fonético, mas de configuração absolutamente idêntica.

Que conclusões devemos pois tirar, em relação ao nosso problema? As hipóteses duma origem grega ou latina impõem-se de tal modo como necessárias que impossibilitem definitivamente qualquer outra solução?

Sem entrarmos em investigações para que não estamos especializados, mas apenas consultando as discussões dos runólogos, cremos que se pode responder pela negativa.

Em primeiro lugar o próprio facto de ainda se degladiarem as duas hipóteses, bem como o de uns fazerem derivar as runas da escrita epigráfica e outros da cursiva, ou simultaneamente duma e doutra, parecem-nos indícios de imaturidade. Depois, a necessidade de, em qualquer caso, se admitir para alguns sinais uma origem diferente daquela que fornece a base do alfabeto, é também de-certo um ponto fraco. Como observa Holger Pedersen, a hipótese mixta só se deve tentar em último caso;

(1) Ob. cit., pág. 282.

mesmo fazendo nascer as runas em regiões onde existissem ao mesmo tempo os dois alfabetos, grego e latino, não há razão poderosa para lhes postular êsse modelo duplo. Finalmente não poderá deixar de nos impressionar o facto de se terem de fazer intervir certas explicações para a forma dalguns caracteres, que afinal nos aparecem já com perfeita identidade de configuração em outras escritas anteriores, como as do norte de Itália; e é do alfabeto etrusco que muitos fazem hoje derivar o próprio alfabeto latino.

Finalmente a descoberta de Utgaard, a que porventura se juntarão outras, se não exclui ainda, sob o ponto de vista cronológico, a possibilidade duma origem grega ou mesmo latina, leva-nos pelo menos a esperar uma remodelação bastante profunda das respectivas hipóteses, ao mesmo tempo que poderá aumentar-lhes a incerteza.

*
* *
*

Uma vez que nem a hipótese grega nem a latina se têm de considerar ainda definitivamente estabelecidas, ou prováveis ao ponto de excluir qualquer outra, nada nos impede de examinar agora, conquanto os materiais sejam aqui menos bem definidos, a duma aproximação íntima entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos; e dizemos íntima, pois algumas semelhanças eram já de esperar, desde

que, como vimos, se tem pretendido derivar ambas estas escritas dos alfabetos semítico, grego ou latino, o que se não poderia fazer sem uma base mínima. De resto é bem sabido que certos sinais nos aparecem um pouco por tôda a parte, e até desde épocas remotíssimas, assunto sôbre o qual já se pronunciaram nestas páginas (1) os nossos ilustres colegas Drs. Mendes Corrêa e Teixeira Rêgo, sendo também na grande antiguidade dessas concordâncias que se fortalece a teoria duma origem ocidental das escritas lineares. À semelhança do que fizemos para as hipóteses grega e latina, procuraremos em primeiro lugar as possibilidades de transmissão, e só em seguida notaremos quais são de facto as semelhanças que existem entre as duas ordens de caracteres.

A dificuldade da resolução dêste problema foi reconhecida por Estácio da Veiga, que, embora defendendo a idea de ser a escrita ibérica o modêlo de todos os alfabetos antigos, incluindo o fenício, escreve, quanto aos caracteres rúnicos, que «se não pode indicar o trajecto terrestre ou marítimo que a epigrafia peninsular seguiu até às regiões bálticas». Não temos também a pretensão de o solucionar, mas cremos que pelo menos para um determinado trajecto se conseguem encontrar alguns elementos de apoio.

(1) V. a nota 1 de pág. 209.

No estudo da questão temos de encarar sucessivamente as possibilidades duma transmissão directa e duma transmissão indirecta, tendo em consideração as épocas que é lícito atribuir-lhes, e aproveitando de preferência as hipóteses que integrem elementos fornecidos por inscrições, ou que, por qualquer forma, se liguem simultaneamente às duas escritas; isto é, dando-lhes maior valor do que a quaisquer possibilidades prè-históricas ou históricas sem nenhum apoio epigráfico ou lingüístico. Escusado será acrescentar que, sendo êste aspecto do assunto muito complexo, e exigindo uma alta especialização, se trata da nossa parte, quanto às relações culturais entre os povos, apenas duma consulta aos respectivos cientistas — um modo de lhes submeter os dados da questão.

Como temos visto, consideram-se em geral os mais antigos documentos rúnicos como sendo do século III da nossa era, isto à parte do amuleto de Utgaard. A cronologia dos achados baseia-se tanto na lingüística como na arqueologia; os objectos contendo as inscrições rúnicas mais antigas são realmente em número diminuto, mas encontraram-se muitos outros análogos, e o conjunto permite datar arqueològicamente as inscrições. Há ainda, segundo igualmente dissemos, quem julgue as runas uma criação germânica muito antiga, mas esta opinião não tem atraído o consenso dos cientistas; e há também o facto curioso de, até Wimmer, se consi-

derar o alfabeto de 16 sinais como mais antigo que o de 24, invertendo-se então esta ordem, o que poderia traduzir incerteza, se não fôsse devido aos progressos da ciência. Mas, salvo a tendência dos runólogos dinamarqueses para considerar aqueles achados ainda mais tardios, a opinião mais geral coloca-os no século III.

A aceitarmos que a escrita rúnica tivesse nascido por essa época, ou mesmo um pouco antes — como a-pesar-do achado de Utgaard, se continua repetindo — as dificuldades para uma transmissão directa seriam grandes, senão insolúveis, visto que a Península Ibérica já estava de há muito romanizada. Para aquele século, ou mesmo para os imediatamente anteriores, não nos parece que se deva sequer formular a hipótese, nem pelo nosso lado nem pelo lado nórdico, visto que, se algum alfabeto os nórdicos aqui pudessem ter vindo buscar nesse tempo, seria de-certo também o latino.

Mas a escrita rúnica pode ser bastante anterior aos seus mais antigos documentos subsistentes; sem mesmo nos apoiarmos no amuleto de Utgaard, há outras razões, que muitos aceitam, para o supor. Já vimos que para explicar certas particularidades da configuração das runas, e em especial a ausência de traços horizontais, se alega a razão de terem sido primeiro inscritas em madeira. O costume de escrever em madeira aparece-nos em muitos outros povos, do que dão testemunho vocábulos como o latim *liber*, «casca», o grego *biblos*, «casca de

papiro», o sânscrito *bhunjā*, «casca de bétula», e ainda *tabula*, *codex*, etc.; não seria pois de estranhar que o mesmo se desse entre os germanos. Mas há referências directas a que também entre êles existiu de facto êsse uso, e numerosas palavras suas, igualmente, cuja evolução semântica é em geral assim explicada.

Que numa época, é certo, relativamente tardia para o nosso caso, os germanos escreviam mensagens em ramos de árvores, informa-nos o historiador latino Venantius Fortunatus (século VI) confirmado por numerosas alusões dos poetas nórdicos; não se sabe porém desde quando dataria êsse costume. Mas há também uma referência de Tácito (cap. X da *Germania*), que, não dizendo respeito a mensagens, já pode aludir a runas; ocupando-se das suas práticas divinatórias, diz que êles as faziam cortando em bocados um ramo de árvore frutífera, marcando-os com sinais e lançando-os ao acaso sôbre um estôfo branco: o sacerdote ou o chefe de família levanta depois cada fragmento por três vezes, e, conforme os sinais que se apresentam, explica se se deve ou não praticar o acto projectado, que determinara a consulta. Ora muitos julgam que essas *notae impressae* já deviam efectivamente ser runas.

A lingüística, segundo opinião geral, confirma estas ideias; é com aquelas práticas que se relaciona a semântica de certos vocábulos germânicos. O vélho nórdico *run* tinha a dupla significação de

«mistério» ou «segrêdo» e de «letra rúnica», a primeira das quais é ainda hoje testemunhada pelo alemão *raunen*, «segredar», a que correspondeu em inglês antigo *runian*, em inglês médio *roun* ou *round*; e *Alraun* era o nome dado à mandrágora, em cuja raiz se julgava existir um espírito que presidia ao lançar das runas. Os verbos *raten* (alemão) e *read* (inglês) derivam também ambos dum verbo germânico primitivo, que, qualquer que seja a sua origem, juntava os dois sentidos de «ler» e de «aconselhar», «explicar»; e do mesmo modo o alemão *lesen* tinha primitivamente a acepção de «escolher», «juntar» — os ramos com as runas mágicas. Por outro lado *book*, *Buch* e *Buchstabe* explicam-se como tendo significado primitivamente «faia» e «ramo de faia», enquanto *write* vem dum verbo primitivo queria dizer «riscar», como ainda o testemunha o alemão *reiszen* e seus afins (*schreiben* é um empréstimo tardio do latim *scribere*; êste porém é que, bem como *exarare*, se explica do mesmo modo que o antigo *writan*)⁽¹⁾.

Há portanto tôdas as probabilidades de a escrita rúnica ser bastante mais antiga que o século III da nossa era; mas até que ponto será lícito recuá-la?

(1) Sobre a etimologia dos vocábulos acima e sua ligação com a passagem citada da *Germania* de Tácito, ver, por ex., o *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, de Kluge, a obra mais categorizada da sua classe.

Sem se tomar em conta o amuleto de Utgaard, o máximo que em geral se recua é até ao século I a.-C., embora se possa talvez ir ainda um pouco além. O amuleto de Utgaard é da primeira idade do ferro, ou seja, como vimos do período entre o século V a.-C. e o começo da nossa era, segundo os cientistas escandinavos e para o seu país; mas tanto poderá ser do seu início como do fim. Suponhamos porém que nos é lícito recuar até ao século V a.-C.: facilitar-se-ia assim a hipótese duma transmissão directa?

Os especializados dirão; mas, pelo que nos foi dado ler, cremos que uma tal hipótese poucos elementos encontra em que se apoiar. Assinalam-se de facto, em tempos muito remotos, relacionamentos arqueológicos entre a região das runas primitivas e a da escrita ibérica; trata-se, porém, segundo opinião corrente, de influências indirectas transmitidas mediante a Armórica, a Irlanda e a Grã-Bretanha⁽¹⁾; e alguns escassos elementos para um relacionamento mais directo, certas aproximações isoladas de ornamentária, ou certas conjecturas, como a de Loth, de que os machados-martelos líticos da Escandinávia imitariam directamente os machados-martelos de Portugal (em lugar de, segundo julgava Déchelette,

(1) Ver, por ex. Loth, no *Bulletin de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne*, 1926, pág. 1 e segs. e Bosch Gimpera, nas *Atti del Convegno Archeologico Sardo*, 1926.

se ter dado o inverso), são igualmente duma época demasiado afastada. E quanto à possibilidade de, considerando as runas uma sobrevivência, remontarmos a essas velhas idades — o que, em princípio, seria autorizado pelo grande poder de conservação da escrita rúnica evidenciado em tempos históricos, pois a sua utilização é ainda bastante extensa até aos fins do século XVI, e ocasional até ao século XVIII, em plena concorrência com a escrita ordinária — essa possibilidade já vimos que é em geral mal acolhida, não tendo nós conseguido sobre este ponto bibliografia suficiente. Mas ainda que, pelo lado nórdico, alguma coisa nos aparecesse de aproveitável, já não seria com a escrita ibérica propriamente dita que se teriam, neste caso, de fazer as comparações, mas sim com a *proto-ibérica* (Alvão, Parada, etc.), como lhe chama apropriadamente o prof. Mendes Corrêa.

As possibilidades duma transmissão directa da escrita entre a nossa Península e a região das runas primitivas são dêste modo, parece-nos, difíceis de estabelecer; nada encontramos certamente de comparável à corrente de cultura defendida por Salin, e aproveitada pelos partidários da hipótese oriental. Resta-nos examinar a viabilidade duma transmissão indirecta.

Baseando-nos em certas aproximações feitas pelos runólogos, duas delas fora das hipóteses grega ou latina e uma terceira associada com esta última,

mas dela talvez desligável, encontramos três elos entre runas e caracteres ibéricos, em que porventura se poderá vir a fundamentar uma transmissão ibero-rúnica. E empregamos o termo «elos», tanto por êste motivo de se tratar ainda de simples sugestões, como pelo de que não exigem verdadeiramente a prioridade ibérica; isto é, poderia nesse elo estar a origem das duas escritas. Deve também acrescentar-se desde já que duas destas ligações assentam em bases realmente muito ténues, tomando no entanto algum valor pelo facto curioso de haver entre tôdas três certos pontos de contacto que, de algum modo, as fundem numa só.

A mais importante destas possibilidades conectivas é-nos fornecida pelos Lígures. Já Ricardo Severo, abonando-se com uma tese conhecida e com o nome de Martins Sarmiento, sugere uma transmissão ligúrica; mas, consultando nós os trabalhos de ambos, ficamos em dúvida sobre quais seriam exactamente as ideas de Severo, que é pouco explícito. Por um lado parece indicar-nos uma transmissão directa por via marítima; por outro, uma transmissão terrestre pelos vales do Ródano, Danúbio e Reno, via que cita de Martins Sarmiento como sendo a da penetração da cultura micénica no centro e norte da Europa. E quanto às opiniões de Martins Sarmiento ⁽¹⁾, quer sobre a estada dos Lígures até

(1) *Portugalia*, tomo I, pág. 1 e segs., e também *Ora Marítima*, *Argonautas*, etc.

ao século VII a. C. nas margens do Báltico e talvez na Escandinávia, quer sôbre o seu estabelecimento, uma vez rechassados do norte pelos Celtas, na Península Ibérica — onde seriam representados pelos Lusitanos, persistindo mesmo a sua civilização ao lado da romana — cremos que estão longe de se confirmar. Além disso levantar-se-iam aqui, em qualquer caso, as mesmas dificuldades, ou históricas — pelo lado da Península Ibérica e quanto a uma transmissão tardia — ou cronológicas — pelo lado das runas e quanto a uma transmissão remota — que já salientamos a propósito da não viabilidade duma transmissão directa ibero-báltica.

Para a ligação indirecta que julgamos mais susceptível de ser fundamentada em dados epigráficos, é-nos indiferente, pelo contrário, a própria questão, ainda debatida, da vinda dos Lígures à Península Ibérica; basta-nos saber que estiveram com ela em contacto íntimo, e êste, com maior ou menor extensão, todos o admitem. Ora esta possibilidade encontra o seu outro ponto de apoio naqueles alfabetos da Itália setentrional a que já nos referimos.

Vimos, com efeito, que se tem igualmente tentado filiar as runas nalguns dos alfabetos não latinos da Itália, em particular da Itália do norte, e que essa hipótese ainda conseguia impressionar runólogos de categoria, como foi Bugge. Julgam muitos que êstes últimos alfabetos derivam todos do etrusco, e por isso os englobam na designação de norte-etruscos, mas Pauli, o illustre autor das *Altitalische For-*

schungen, discorda. Ora entre as respectivas inscrições encontram-se também as dos Lepontinos, que seriam Lígures celticizados (1) — e, segundo Pedersen, a forma ocidental do alfabeto norte-etrusco, de que os gauleses se serviam, seria a dum alfabeto «lígure» mais antigo. O mesmo Pedersen, porém, combatendo aliás a hipótese norte-italica, acha que as maiores analogias entre o alfabeto rúnico primitivo e os norte-etruscos se dão, não com o alfabeto galo-lígure, mas com o veneto; contudo outros têm opinião diversa, justificando-se com certas semelhanças flagrantes de forma e orientação de alguns dos caracteres.

Seja como fôr, encontramos aqui populações lígures e, quando não uma escrita propriamente lígúrica, pelo menos um grupo de alfabetos estreitamente aparentados entre si e de notável semelhança ao mesmo tempo com as escritas ibérica e rúnica; e em apoio desta ligação há ainda a circunstância de, como veremos, os caracteres rúnicos terem mais analogias com a escrita ibérica ceterior — cujas inscrições se estendem até ao território da Gália

(1) Herbig, in *Reallexikon* de Hoops, s. v. *Ligurer*. V. também Vetter, in *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, de Pauly-Wissowa, e o mesmo Herbig, in *Reallexikon der Vorgeschichte*, de Ebert. Todos êstes magníficos instrumentos de trabalho se encontram actualmente na Biblioteca Municipal do Porto, cuja direcção é por êste facto, digna do maior encômio e reconhecimento dos estudiosos.

Narbonense. A região chamada *Hispania Citerior* pelos romanos, é, com efeito, desde tempos recuados, a de mais provável contacto com os Lígures ⁽¹⁾; por outro lado a escrita citerior julga-se mais nova que a ulterior, quer dizer, a aproximação com as runas facilita-se mesmo cronologicamente. E quanto à transmissão desde a Itália do norte até às regiões bálticas, já vimos que tem sido largamente admitida, seguindo ao longo do caminho comercial que pelo Salzburg se dirigia ao Schleswig.

Sobre as duas aproximações restantes pouco nos demoraremos. A segunda possibilidade que se nos oferece é a da transmissão por intermédio da Gália. Holger Pedersen fala-nos efectivamente de certas afinidades, não de forma mas de estrutura interna ⁽²⁾, entre o alfabeto rúnico e o alfabeto

(1) O prof. Mendes Corrêa escreve na *História de Portugal* dirigida pelo prof. Damião Peres, em publicação: «A vinda dos Lígures em tempos remotos a estas regiões... é muito verosímil, tanto mais que, segundo o périplo suposto de Scylax (séc. iv a. C.) e outros, os Iberos se misturaram com os Lígures (constituindo os *Misgetas* de Hecateu, segundo Schulten) entre os Pirineus e o Ródano, sendo de admitir que esta expansão ibérica para leste tivesse sido antecedida alguns séculos por uma expansão ligúrica em sentido contrário». (Vol. I, pág. 163).

(2) Os sinais ogâmicos constam dum certo número de hastes, ladeando ou cortando uma linha média; conforme o seu número, a sua unilateralidade ou bilateralidade e a sua inclinação em referência àquela linha

ogâmico da Irlanda, cuja antiguidade é debatida, conjecturando alguns que seja do século II da nossa era, outros do IV. Êste alfabeto é dividido em secções de cinco letras cada, assim como o rúnico é dividido em três secções de oito letras (mais tarde 6-5-5); essas secções chamam-se em ambos os alfabetos «famílias»; a ordem das letras é também em ambos diferente da dos alfabetos grego e latino; em ambos há um sinal especial para a nasal velar; finalmente em ambos as letras têm denominações longas, que são palavras com um sentido independente, e até em alguns casos com afinidades etimológicas nas duas línguas.

A opinião corrente sobre a origem do ogâmico, quanto ao valor dos símbolos, é a de que provém do alfabeto latino, mas já tem havido quem o pretenda derivar do grego, e também quem o suponha uma invenção mais remota sobre uma base fenícia. Encontramos portanto uma situação análoga à dos alfabetos rúnico e ibérico; o que mais interessa, todavia, para o nosso problema, é o facto de Pedersen se inclinar a deduzir daquelas aproximações que tanto os Irlandeses como os Germanos

média—perpendiculares ou oblíquas—assim o seu valor fonético.

O princípio das letras ogâmicas oferece deste modo alguma analogia com o de certas runas criptográficas, as chamadas runas de ramos; estas, porém, consideram-se muito mais tardias.

aprenderam as suas escritas com os Gauleses. Já Wimmer tinha apontado a possibilidade de os Germanos terem aprendido a sua com os Gauleses da Itália do norte; se isto assim fôsse voltaríamos de-certo modo á hipótese anterior, visto que o alfabeto dêstes Gauleses é o mesmo que o dos Lepon-tinos. Mas Pedersen julga que seria junto do Reno, e partindo do alfabeto latino, que os Gauleses teriam ensinado a escrita aos Germanos.

Abstraindo pois dessa presunção duma origem latina, encontramos aqui porventura uma nova possibilidade conectiva, a da Gália, bastando para isso que novas investigações viessem a mostrar o ogâmico como igualmente relacionável, por qualquer forma, com a escrita ibérica; e também o norte da Gália, como já vimos, parece ter sido, desde tempos recuados, um intermediário natural entre a Península Ibérica e as regiões setentrionais da Europa (1).

Finalmente a terceira possibilidade, ainda mais vaga, mas de-certo interessante para nós, depara-se-nos no Oriente, aliada possível de outras hipóteses quer orientais, quer ocidentais. Bugge, que por um lado procurou nos Galatas, que tem por

(1) Segundo Salomão Reinach, que se apoia em Belloguet, Müllenhof, D'Arbois de Jubainville e em autores antigos, os Ligures ocuparam a Gália inteira. Tais ideas, porém, encontram grandes relutâncias; se acaso se provassem, esta possibilidade e a anterior poderiam novamente coincidir. (V. *Cultes, Mythes et Religions*, I, 213-214).

Celtas, a possibilidade duma aprendizagem oriental da escrita pelos Germanos, por outro aproxima os nomes longos de certas runas de nomes de letras do alfabeto georgiano. Ora há tôdas as probabilidades de o vasconço ser a língua dos antigos Iberos ocidentais (1), mas tem-se feito também, desde a antiguidade, a aproximação entre os Iberos do ocidente e os Iberos do oriente, e modernamente tem-se procurado relacionar as duas línguas, que hoje alguns consideram componentes duma nova «família jafetítica». As línguas desta família, em que se incluiriam curiosamente o etrusco, o rético e o ligúrico, seriam as descendentes directas da língua falada por tôda a Europa antes das indo-germânicas (2), e a esta hipótese não faltaria mesmo uma base antropológica e pre-histórica. Eis portanto uma nova e um tanto inesperada possibilidade de aproximação. É certo que os mais antigos manuscritos georgianos existentes são do século IX ou X, e os seus caracteres muito diferentes dos ibéricos

(1) Hirt, *Indogermanische Grammatik*, vol. I. pág. 106.

(2) Já, entre outros, o grande filólogo inglês Roberto Ellis e o alemão Winckler tinham feito esta aproximação, mas últimamente a questão foi retomada com desenvolvimento nas duas obras seguintes: Friedrich Braum, *Die Urbewölkerung Europas und die Herkunft der Germanen* (1922); Nikolaus Marr, *Der Japhetische Kaukasus und das dritte ethnische Element im Bildungsprozess der mitteländischen Kultur* (1923). Crit. in S. Feist, *Indogermanen und Germanen* (1924), pág. 52 e segs.

ocidentais, mas há notícia de os Iberos do oriente possuírem uma escrita desde o século II ⁽¹⁾, escrita que se teria modificado bastante. Deve contudo dizer-se que Hirt, embora ache concebível que tenha havido uma unidade lingüística basco-caucásica, e que no desgaste da flexão indo-europeia, quanto aos ramos europeus, se deverá ter de reconhecer uma influência da população primitiva do ocidente da Europa, entende também que estas aproximações lingüísticas assentam em material tão restrito que talvez nunca venham a poder provar-se ⁽²⁾.

Cejador sustenta igualmente a idea de ser o vasconço a língua dos Iberos, mas vai até considerá-lo como o ascendente das línguas indo-europeias, e entre nós João Bonança defendia uma tese do mesmo alcance. Pelo seu lado o insigne etruscólogo prof. Trombetti já se inclinava também para uma aproximação etrusco-caucásica; e quando alguém conseguir a leitura das inscrições etruscas, com certeza estes problemas se esclarecerão notável-

(1) V. Taylor, *The Alphabet*, vol. II, pág. 268 e segs. Segundo o historiador arménio Moses, de Korene, uma velha tradição dava a paternidade dos alfabetos arménio e georgiano a S. Mesrob, que viveu no século V da nossa era. Há porém moedas anteriores, e o testemunho de Philostrato, acima citado. Taylor julga que S. Mesrob apenas remodelaria um alfabeto já existente, juntando-lhe algumas letras gregas.

(2) *Indog. Gram.*, vol. I, págs. 106 e 107.

mente, embora de-certo não se chegue tão longe como pretenderam aqueles entusiásticos iberistas.

Examinemos por fim as semelhanças entre caracteres rúnicos e caracteres ibéricos.

Em primeiro lugar deve notar-se que nos temos de limitar aqui a semelhanças de forma, visto que da escrita ibérica, pela deficiência de inscrições bilingues, não há ainda uma leitura que se imponha. Delgado e Hübner, partindo da hipótese de uma origem fenícia, atribuíram determinados valores fonéticos aos vários símbolos, organizando assim com as letras mais freqüentes dois alfabetos, o ulterior e o ceterior, e dando os restantes sinais como variantes daquelas. Mas, apresentando transliterações, não conseguiram apresentar traduções aceitáveis, o que levou compreensivelmente à dúvida e ao abandono das próprias transliterações, como fêz o ilustre numismata espanhol Vives.

Dificuldade capital do problema é a de não se conhecer a língua em que estarão essas inscrições. Últimamente Júlio Cejador, retomando a idea de ela ter sido o vasconço, que se teria falado por toda a Península, assim as pretende ler; a sugestão já vem de Humboldt, e parece ir ganhando algum terreno; mas as leituras de Cejador, embora possam conter alguns elementos de verdade, afastam-se tanto do habitual em documentos análogos que também não têm logrado impor-se. Além disso as próprias bases em que assentam surpreendem, umas por demasiada

simplicidade, outras por demasiado engenho: supor uma língua una falada em tôda a Península por tão largo período, mais, conservada quási sem alterações no basco actual (mesmo dado o seu conhecido arcaísmo), representa uma exigência tão grande como, por outro lado, o número elevado de variantes a admitir para o sinal de cada som, e de valores diferentes para vários sinais.

Não podemos pois aproximar as duas séries de caracteres ao mesmo tempo quanto à forma e valor fonético, e portanto não podemos também fazer, como nas teorias grega ou latina das runas, a comparação integral entre um determinado alfabeto rúnico e outro ibérico, mostrando as coincidências perfeitas sob ambos os pontos de vista, e procurando explicar as discordâncias mais ou menos graves que nos restassem. Mas as simples concordâncias de forma são quási sempre perfeitas, em muito maior grau, cremos, do que se dá entre as runas e qualquer alfabeto grego ou latino.

Tomando por base, apenas quanto à forma dos sinais, os trabalhos de Hübner e Cejador, verifica-se facilmente que das 24 letras do alfabeto rúnico, 20 se encontram, em geral com a mesma forma, em reduzido número com pequenas dissemelhanças, nas inscrições ibéricas. Dêsse facto não se deve porém concluir, diga-se desde já, que as duas escritas quási coincidam, e bastará examinar algumas inscrições ibéricas para se lhe compreender a razão. É que o número de sinais ibéricos diferentes

(embora contando ligeiras variantes) anda por duzentos, de modo que só logrará em geral encontrar, em cada palavra das inscrições, alguns sinais concordantes com as runas: digamos, freqüentemente cêrca de metade.

No quadro que acompanha êste artigo, ou nas obras em que se baseia, poderão aqueles a quem o assunto interessar fazer a verificação das nossas asserções. Aceitando, só quanto à forma das letras, os alfabetos ulterior e ceterior de Hübner — o que, nestes termos, se faz hoje correntemente — podemos resumir do seguinte modo os argumentos a favor e contra as possibilidades duma aproximação ibero-rúnica:

A favor:

O número avultado de concordâncias perfeitas de forma, sobretudo tomando em conta as variantes.

O maior número de concordâncias com a escrita ceterior, o que facilita a hipótese dum «elo» lígure.

São coincidências análogas às que se dão com os alfabetos norte-italicos, e já vimos como isto poderá também fortalecer aquela hipótese.

Contra:

O facto de, entre as concordâncias com o alfabeto ceterior, figurarem certos sinais que andam com a mesma forma em muitos alfabetos antigos, como o *i*, o *l*, o *h*, e o *s*.

O facto de algumas das variantes do alfabeto ceterior utilizadas serem duma ocorrência pouco freqüente, o que aliás se dá também com certas runas.

A base da primeira destas objecções poderá porventura ter igualmente significação, mais geral em todo o caso que a do problema que nos propusemos.

*
* *
*

Qual a conclusão a tirar de todos os dados resumidamente expostos quanto ao problema duma aproximação entre os caracteres rúnicos e os caracteres ibéricos? Talvez a de que, nesse jôgo de paciência como é necessariamente a reconstituição dum passado remoto e complexo com alguns fragmentos isolados e de significação incerta sob vários pontos de vista, os materiais gregos ou latinos são os que fornecem um conjunto mais harmónico para uma hipótese da origem das runas; mas também a de que os elementos já colhidos para uma aproximação ibero-rúnica nos dão o direito de esperar, com os progressos das sciências na questão interessadas, a modificação dêsse estado de coisas em favor da tese dos nossos illustres compatriotas.

Uma transmissão directa afigura-se-nos, em todo o caso, pouco provável, não só pela falta de outros elementos a atestarem, suficientemente e em época adequada, relações directas entre os dois povos, como também pela existência de discordâncias ainda importantes entre o velho alfabeto nórdico e o alfabeto ibérico citerior propriamente dito, formado por

Comparação morfológica dos caracteres ibéricos e rúnicos

(Os valores fonéticos atribuídos aos caracteres ibéricos por Hübner e Cejador dão-se apenas a título complementar)

Alfabeto ibérico ulterior (Hübner)	(8) a	(17) c	X o	I e	∞ z	H h	⊙ th	∧ i	∨ k	∧ l	[15,16] m	[10,15] n	⊖ o	⌒ p	⊗ q	⊖ r	∞ s	[22,23] M v	(20) ↑ t	4 u	
Variantes aproveitáveis						[3] H		(11) I		(24) ∧				[28] ⊗		(19) ∞		(17) Y			
						[10] N															
Alfabeto ibérico ciliar (Hübner)	(8) a	(6) c	(7) X d	[1] F e	T z	H h	⊙ th	∩ i	[18] X k	(24) ∩ l	∩ m	[10,15] ∩ n	⊖ o	⌒ p	[28] ⊗ q	⊖ r	(19) ∞ s	[22,23] M v	[17] Y t	(20) ↑ u	
Variantes aproveitáveis	(5) P	(10) N		(2) F		(9) N	[37] ⊙	(4) I	(27) X		[5,16] ∩				[28] ⊗					Y	
		[4] ∩		(4) F																	
Alfabeto ibérico primitivo (Cejador)	(2) a	(11) i	⊙ o	V u	∥ e	P r	(24) ∩ l	∩ m	c z	X tz	∞ s	∞ ts	⊖ p	∩ m	⊙ d	∩ k	K k			[16] ∩ lam	
Variantes aproveitáveis		(20) ↑	(25) ⊙	(17) Y	[22?] ∥	(5) P	[10?] ∩		(6) c	(7) X	(19) ∞	X		(22) M			(21) B (Alcoy)				
					(1) F	(27) ⊗		(9) N	(18) X	(13) ∩	(28) ⊗										
					(4) F	(8) P		(5) ∩		(2) ∩											
n.º de ordem	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)		
Alfabeto rúnico primitivo	f	u	th	a	r	c	X s	P w	N h	t h	I i	h j	E	p	Y z>R	X a					
n.º de ordem	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)												
	↑	b	c	m	l	ng	o	d													

Os números dentro de parentêses curvas indicam as concordâncias perfeitas de forma. Levam parentêses quadradas certas concordâncias aproximadas. Mas entre os restantes sinais há ainda semelhanças aproveitáveis.

Hübner com os caracteres ibéricos mais frequentes nessa região — isto é, sem apelarmos para as variantes dêste.

Uma conexão indirecta, talvez ligúrica, parece-nos mais viável; e, como dizemos acima, o facto de se poder fundamentar melhor uma origem grega ou latina não quererá dizer que uma delas seja necessariamente a verdadeira, mas, simplesmente, que essas hipóteses são hoje em dia as melhores documentadas.

NOTA COMPLEMENTAR

Já depois de impresso este artigo, na sua edição original, vimos na *Revue Archéologique* uma breve referência a um estudo do sábio professor sueco Carl Marstrander, defendendo uma nova teoria sobre a origem das runas: a de que teriam provindo dos alfabetos celto-latinos da Alta-Itália. Esse trabalho interessava evidentemente à nossa tese, e, depois de várias tentativas infrutíferas mediante livreiros, conseguimos obtê-lo por obsequiosa oferta do seu autor, a quem nos tivemos por fim que dirigir. Veio publicado no primeiro número da revista *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap*, Oslo, 1928, onde é acompanhado dum resumo em francês.

O professor Marstrander começa por mostrar a fraqueza da tese oriental. Só depois da tomada de Olbia e de Tyras pelos godos é que estes entraram em relações culturais estreitas com a civilização grega, e que, portanto, se tornaria possível a transmissão dum elemento de cultura tão complicado como é o alfabeto. Isto levava-nos à

primeira metade do século III. Ora o alfabeto rúnico já estava em pleno uso na Escandinávia na segunda metade do mesmo século; e como, além disso, a própria forma das runas atesta um desenvolvimento interno já em solo germânico, conclui o autor que elas são mais antigas que o império dos godos no Ponto Euxino, e que sem dúvida já tinham sido levadas por estes nas suas migrações.

O autor não hesita em recuar a origem das runas até o princípio da nossa era, explicando a deficiência de documentos pelos motivos de, a princípio, a escrita rúnica constituir uma ciência exclusiva de certas classes, e de ser apenas gravada em materiais perecíveis, como a madeira e os ossos.

Excluída d'este modo a hipótese oriental, o autor é naturalmente levado a buscar a origem da escrita rúnica nas regiões do alto Reno e do alto Danúbio. Para alguns sinais, como o *f*, *r* e *h*, o prof. Marstrander ainda reconhece afinidades latinas; mas dum modo geral são influências célticas que êle encontra no alfabeto rúnico, apontando as suas semelhanças de estrutura interna com o ogâmico, que derivaria dum sistema criptográfico gaulês, e de forma e valor fonético com os alfabetos celto-latinos das regiões alpestres, em especial com os de Sondrio e Lugano. As respectivas inscrições são umas em lingua céltica e outras em lingua lepontiana, e os alfabetos, comportando desde tempos imemoriais certos caracteres que coincidem com runas, sofreram por outro lado uma progressiva latinização, documentalmente atestada. Daí a origem latina indirecta das letras acima apontadas.

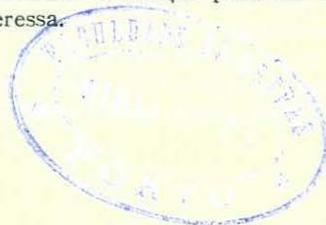
Procurando então a situação histórica e cultural que melhor se adapta a esta hipótese, encontra-a no império marcomano de Marabodvus, onde se registam evidentes influências célticas. Primeiro reservada à magia, como já o era entre os celtas, a nova escrita ter-se-ia propagado aos godos e escandinavos pelas estradas conhecidas. E a influência da civilização dos marcomanos no século I

está hoje bem estabelecida, sendo a que mais imprime a sua marca na indústria da Europa do Norte.

Não nos compete a nós fazer a crítica minuciosa desta hipótese, mas registamos quanto ela favorece alguns dos pontos de vista que esboçamos no nosso artigo. Relaciona as runas, em grande parte, com as escritas norte-italicas; e não é com a dos venetos que a escrita rúnica apresenta mais semelhanças, como pretende Holger Pedersen, mas sim com a gaulesa e lepontiana. Atribui a estas, é certo, uma origem etrusca, mas vimos que Pauli discórdava dessa afirmação, e vimos também que, por outro lado, o prof. Pedersen considera o alfabeto celto-lepontiano como «ligure». Porém ainda mesmo que a sua origem remota fôsse etrusca, e que se deva admitir nalgumas runas a influência indirecta do alfabeto latino, nem por isso, a reconhecer-se um parentesco entre a escrita ibérica e a rúnica, se encontrará talvez um elo mais adequado que o dos ligures. A cadeia seria apenas ligeiramente complicada com um novo elemento: os celtas.

E quanto a considerar estes, em vez dos ligures, o veículo da transmissão, parece-nos que contra tal hipótese se ergue na Península Hispânica o facto de as inscrições aparecerem predominantemente ao sul e a leste, quere dizer, na zona propriamente ibérica (V. Mendes Correia, *Os Povos primitivos da Lusitânia*, págs. 134-5, etc.); isto áparte dos escassos achados de Alvão, Parada, etc., cuja autenticidade é indiscutível, mas cuja significação é ainda imprecisa.

Sabemos que o nosso modesto artigo, decerto principalmente pelo seu quadro comparativo, despertou algum interesse nos países do norte, e aguardamos os estudos dos cientistas especializados. Oxalá nos tenha sido dado, pelo menos, chamar a atenção para um assunto que de perto nos interessa.



CORRIGENDA

O nome de Francisco Alcaforado figura de facto na *Epanaphora III* de D. Francisco Manuel de Melo, e portanto o livreiro Barbin não o derivou do apelido da freira; mas nem por isso a proposição inversa, aventada pelo prof. Green, ganha mais força, visto que não foi Barbin, mas sim o anotador anónimo descoberto no princípio do século XIX por Boissonade, quem atribuiu as cartas a Mariana Alcaforada, enquanto Barbin nem sequer revelou o nome de Chantilly. Por outro lado a existência real, em Beja, duma freira daquele nome, a forma feminina dada ao patronímico, etc., são, parece-nos, indicações bastantes a contrariar uma tal hipótese (v. supra, pág. 66 e segs.).

Além de vários pequenos erros tipográficos, incluindo de pontuação, que o leitor facilmente corrigirá, lamentamos que, por lapso de paginação e revisão, fôsse suprimida uma linha inteira. Na pág. 161, entre linhas 20 e 21, deve pois ler-se «from the pen of the playwright's daughter, but from...» Ainda a respeito deste artigo devemos dizer que, embora tivéssemos mantido a disposição original, nos parece talvez preferível, nesta sua forma ampliada, a passagem das notas 8, 6 e 7 respectivamente para 6, 7 e 8: foi esta ordem a que adoptamos na separata que dele se tirou sob o título de *Portuguese-English Grammarians and Eighteenth-Century Spoken English*.

ÍNDICE

	Pág.
Syr Torrent of Portyngale	7
Notas complementares	40
Novos documentos sôbre as «Lettres Portugaises» .	47
The Killing of Julius Cæsar in Shakespeare's Tragedy	73
Sôbre o Título II do Nobiliário do Conde D. Pedro.	91
Nota complementar	106
O exemplar de Chaucer da Biblioteca do Pôrto . .	113
O estudo das linguas, sua evolução histórica . . .	125
Nota bibliográfica	154
Portuguese-English Grammarians and the History of English Sounds	159
Additional Notes	195
Caracteres rúnicos e caracteres ibéricos	209
Nota complementar	241
Corrigenda	247